

**A QUESTÃO PARTIDÁRIA
AQUI E AGORA:**

opiniões de Lysâneas Maciel, Fernando Henrique Cardoso,
Alberto Goldman, Almino Affonso, Matheus Schmidt,
José Carlos Oliveira, João Quartim,
Éder Sader, Francisco Weffort e
Chico Pinto.

EM TEMPO!

SEMANÁRIO NACIONAL — CR\$ 15,00 — Nº 40 — 4 A 10 DE DEZEMBRO DE 1978

ESQUERDA FORÇA A BARRA NO MDB

As articulações de novos partidos recuaram bastante na última semana. No Rio de Janeiro, no dia 27, a «ala esquerda» do PTB, liderada por Leonel Brizola, chegou a uma conclusão: Não tentaremos a reorganização do PTB agora». O problema se coloca também entre o pessoal que vem debatendo a criação de um Partido Socialista: sem arquivar o projeto, eles já admitem que — no presente momento — a tática poderá ser a entrada no MDB. Entretanto, salvo exceções, os setores de esquerda envolvidos ou não na articulação de novos partidos estão dispostos a levar adiante uma luta interna no atual partido de oposição, puxando-o ao máximo para que assuma compromissos populares e forçando a barra na expulsão aos adesistas. Págs. 3, 4 e 5.

O bruxo vem aí!

Ex-Vereador, ex-Deputado,
ex-Governador,
ex-Presidente da República.

Há 18 anos
(empunhando uma
vassoura)

ele obteve a maior
votação
presidencial que o Brasil
já conheceu.

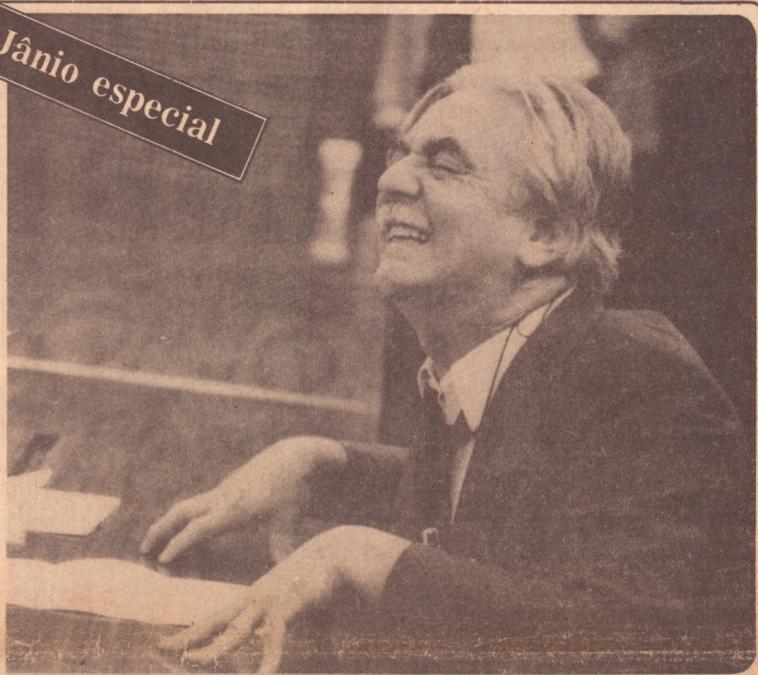
Renunciou, resmungou,
foi cassado.

E sumiu do mapa.
Agora quer voltar.

Seus recados:
defesa de Geisel
e proposta
de um «novo partido».

Jânio Quadros na pág. 2

Jânio especial



FIGUEIREDO ENROLA "PACOTES" DE 79



Brizola: o fantasma nos quartéis.

Pág. 8

Sequestro no sul: quem responde?

O local do sequestro do casal de exilados uruguaios e seus dois filhos ganhou confirmação: é Porto Alegre mesmo, de acordo com o depoimento de uma das crianças, Camilo, que falou sobre o assunto quando voltava da praia em Montevideu. Ele confirmou também que os sequestradores eram brasileiros e uruguaios, juntos. Na página 12, a história do sequestro.

FEMINISMO

Conheça as idéias desta
mulher revolucionária:
Alexandra Kollontai.

Pág. 10



Mao não tem herdeiros?

Um bilhão de chineses, um país enigmático.
O que está ocorrendo com o socialismo
na China depois de Mao Tsé-tung?

Pág. 9

Bernardo Kucinsky, Eduardo Matarazzo Suplicy, Luiz Eduardo Greenhalg e Ricardo Bueno revelam e comentam traços marcantes do perfil do próximo governo: a nova Lei de Segurança Nacional e as modificações na legislação sindical, para amarrar e controlar o movimento crescente da oposição popular; e as medidas para aprofundar o capitalismo no campo e aumentar a desigualdade social. São os pacotes do figurino de Figueiredo. Págs. 6 e 7.

Henfil:

40 MIL CRIANÇAS
SEM ESCOLAS
NO RIO EM 79!



Operários do ABC contra a repressão dentro da fábrica

Mostrando-se — de acordo com o próprio Sindicato — a mais intransigente de todas as empresas desde quando estourou a primeira greve este ano, a Produtos Metalúrgicos Carfriz SA, de São Bernardo, chegou a demitir 211 de seus 800 operários por justa causa, só lhes pagando os direitos trabalhistas após mesa-redonda DRT. E não concordou de forma alguma em conceder ao menos parte dos 50% de aumento pleiteado pelos trabalhadores, que no dia 14 de novembro entraram em greve geral na fábrica.

Devido as fortes pressões efetuadas por parte dos empregadores, incluindo até mesmo a presença de viaturas da PM na porta da indústria e elementos do Deops dentro da fábrica, no dia 16 grande parte dos trabalhadores acabou por retornar ao serviço. Como no dia 14 todos os grevistas haviam sido gofreados pela empresa, 142 deles foram identificados e foram impedidos de entrar no serviço. No portão mesmo receberam uma circular comunicando a dispensa por justa causa.

Dirigindo-se de imediato ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, os 142 operários conseguiram com que o presidente Luiz Inácio da Silva e o advogado Maurício Soares de Almeida fossem de novo até a Carfriz — no dia 14 já tinham feito — para tentar a readmissão. O diretor da indústria, conhecido como Jacó, recebeu apenas o chefe do posto da Delegacia Regional do Trabalho em São Bernardo, Guaracy Horta, que o havia acompanhado, afirmando durante três horas de reunião que não concederia aumento, não discutiria condições de trabalho e nem tão pouco readmitiria os grevistas.

A intransigência dos empregadores fez com que se marcasse uma mesa-redonda na subdelegacia do Trabalho em Santo André, último dia 21. A imprensa foi proibida de participar do encontro, tendo sido comunicada uma hora e meia mais tarde que não haveria acordo pois os patrões se negavam a pagar os direitos trabalhistas dos demitidos.

Os participantes da mesa-redonda — Luiz Inácio da Silva e Rubens Teodoro de Arruda, do Sindicato, e Rudeinei Tonedo e Nelson de Gennaro, pela Carfriz — estavam já todos dispersos quando um dos representantes da DRT comunicou que a empresa havia finalmente concordado em pagar os direitos trabalhistas.

«De início este pagamento atingiria somente os 142 empregados demitidos por causa da greve. Mas acabou subindo para 211 porque antes do movimento grevista muitos haviam recebido justa causa sem que houvesse uma razão de fato para isto» — comunicou esta semana o vice-presidente do Sindicato, Rubens de Arruda.

Por outro lado, Nelson de Gennaro, gerente de Relações Industriais da Carfriz, informou no dia da mesa-redonda que a empresa possui atualmente 820 funcionários e que, de maio a setembro deste ano, concedeu um aumento de 19% a todos os operários.

Fora o pagamento dos direitos trabalhistas, a empresa se comprometeu apenas a estudar até janeiro a viabilidade de conceder uma antecipação salarial. Dentre os direitos a serem pagos não se inclui aviso prévio.

A greve dos operários da Carfriz não aconteceu apenas

em reivindicação a um aumento de 50%. Eles pleitavam também melhor tratamento por parte da chefia, melhores condições de trabalho, eliminação do uso da chapinha para ir ao banheiro, eliminação do cartão de controle de produção e demissão do médico da firma.

Por volta do meio-dia do dia 14 — primeiro dia da paralização — havia cerca de 200 operários parados defronte ao portão, do lado interno da firma, quando o presidente do Sindicato chegou no local. Luiz Inácio foi recebido com uma salva de palmas.

Os operários não conseguiram deixar de mostrar a revolta para com o procedimento da indústria.

Falavam insistentemente que os patrões adotavam ali um regime fascista, que não havia liberdade para nada.

Nos setores 10, 11, 12, 15, 23 e 27 os empregados têm apenas cinco minutos para ir ao banheiro, permanecendo guardas na porta, inclusive no das mulheres, para vigiar o tempo.

Nelson de Gennaro, contudo, não quis falar no dia 21 sobre as diversas reivindicações feitas, se limitando a dizer que as que tinham procedência seriam atendidas. As demissões por justa causa registradas antes da greve já eram — segundo os próprios trabalhadores — em represália àqueles que estavam mantendo contato com o Sindicato devido as arbitrariedades dos patrões.

Uma das demitidas, Vera Lucia Cavalcanti, afirmou: «A empresa se preocupa somente com a produção. Eu, por exemplo, tinha que produzir cerca de 170 peças por hora numa máquina de prensa. Aquilo é uma loucura. O pessoal já não aguenta mais a pressão dos patrões».

Rio G. do Norte: Expulsão para os "arenosos".

No Rio Grande do Norte os adesistas do MDB atingiram a perfeição. O time do potiguar Henrique Alves, cada vez mais concorre seriamente com os adesistas cariocas de Chagas Freitas e com os baianos de Ney Ferreira. Vejam só: Henrique Alves, presidente do Diretório Regional do MDB, fez até boca-de-urna para o candidato da Arena-RN ao Senado, o velho Jessé Freire (candidato à reeleição. Na mesma linha entrou em campo o pai de Henrique, Aluisio Alves, ex-

udenista, ex-governador do Estado, metido a chefe do MDB-RN. Aluisio, durante a campanha eleitoral, chegou a lançar um manifesto público de apoio ao arenista Jessé, confessando ainda sua «santa aliança» com o atual governador potiguar, Tarcísio Maia.

Agora, juntando provas contra os arenosos Alves — filho e pai —, o senador Agenor Maria (eleito em 1974) requereu na última terça-feira a expulsão de

Henrique Alves do MDB e a intervenção no Diretório Regional que ele preside no Rio G. do Norte. Agenor obteve apoio de grupo «autêntico» e inclusive de parte da ala moderada do partido oposicionista, e a coisa vai ser examinada pela Comissão de Ética, em caráter de urgência. Se tudo continuar na mesma, sem a punição do adesismo descarado, essa dita Comissão de Ética do MDB bem que podia mudar de nome (e fechar suas portas).

Breno Gustavo

Qual é a tua, Jânio Quadros?

O político que recebeu a maior votação para a Presidência da República na história do país, dezoito anos atrás, não conseguiu eleger nenhum candidato neste 15 de novembro. Mesmo assim ressurgiu nas câmaras de TV, defende Geisel, e é apontado «por diversas áreas» como capaz de liderar um novo partido, talvez trabalhista, no esquema do general Golbery. A vassoura, está de volta, mas não conseguiu ainda varrer sua própria imagem caricata.

Para alguns, Jânio da Silva Quadros continua sendo apenas a figura contraditória, caricata, polêmica. Há os seguidores, poucos, e entre a população apenas a amarga lembrança de um homem que deceprou 6 milhões de brasileiros. E, nos últimos tempos, engrossa a corrente dos que não se enganam com as novas palavras do ex-presidente, cada vez com mais frequência nos vídeos de TV e nas páginas dos jornais. Numa dessas aparições, o velho populista chegou a confessar seus sonhos de ditador, seus «comichões» de fechar o Congresso, em 1961, e, enfim, a frustração de não tê-lo feito.

Apenas um mito que tenta renascer, ora voltando a brandir sua vassoura, ora festejando o regime que o casou e o levou ao breve ostracismo. Mas um mito que pode não ter mais sucesso. Pois o homem que obteve a maior votação para a Presidência, jamais registrada neste país, não conseguiu levar à vitória nenhum dos candidatos que apoiou neste último 15 de novembro de eleições. Nem mesmo seu fiel seguidor, o deputado Dias Menezes, notório por suas práticas adesistas e bajuladoras, e a quem Jânio passou a dever um favor: o recebimento de sua pensão de 100 mil cruzeiros.

O esperto «Menezinho», ao ser o único emedebista a votar favoravelmente às reformas políticas do governo — segundo ele, apenas com a fraternal intenção de fazer justiça a Jânio —, acabou pagando um preço muito alto: a derrota nas urnas. E não houve Jânio Quadros que o salvasse.

Respeito a Geisel

E agora? Qual é a de Jânio Quadros? Esperar a oportunidade para disputar um cargo ou ajudar seu amigo Golbery do Couto e Silva a fundar o «partidão» que dará respaldo ao que ali está?

Na verdade, nos últimos dezessete anos, Jânio Quadros não soube fazer outra coisa senão acenar com seu triunfal retorno à cena política, além, é claro, de exercer o mortal direito de opinar sobre a vida do país. Mas, vejamos o que pensa o ex-presidente sobre a vida do país, que sofreu um solavanco no dia de sua renúncia, a 25 de agosto de 1961, e desde então passou a conviver com as instabilidades e os desmandos.

Na última entrevista que concedeu a uma emissora de TV, em São Paulo, Jânio Quadros disse: «Lamento que o presidente Geisel esteja tão próximo do fim de seu mandato. O ideal seria convocar uma Constituinte e estabelecer os parâmetros para a criação de novos partidos. Uma prorrogação de mandatos não proponho, mas não me desagrada. Foi um bom governo, embora com erros muito sérios. Não há como

atacar todos os problemas. Estou convencido de que o presidente Geisel merece o respeito, senão a gratidão do povo brasileiro».

No dia seguinte, o vice-líder do MDB na Câmara, deputado Israel Dias Novaes, acusou Jânio de estar «combinadamente com o Palácio do Planalto intensificando a campanha continuista em favor do presidente Geisel». Para Dias Novaes, o ex-presidente estaria, assim, retribuindo a pensão vitalícia que as reformas políticas votadas pelo Congresso Nacional lhe concederam, através da emenda do deputado Dias Menezes.

Trabalhismo do Golberi

Uma semana depois, Jânio revelou que estava sendo sondado «por diversas áreas» sobre a possibilidade de liderar um novo partido, quando houver condições para seu lançamento, provavelmente com a entrada em vigor das reformas políticas do governo, em janeiro. Admitiu também que poderia integrar um «partido trabalhista, desde que sem as conotações daquele que existiu no passado».

Coincidentemente, em Brasília, figuras arenistas atribuíam ao general Golbery a intenção de organizar um partido trabalhista «em novos moldes». No Rio, políticos dos dois partidos interpretavam as constantes aparições de Jânio como parte de um plano em andamento, visando «a armação de um novo jogo político».

O ex-presidente, porém, ainda não revelou quais são suas intenções. Na verdade, joga em todos os lados: ao mesmo tempo em que elogia o governo, faz críticas; condena os dois partidos políticos atuais por não considerá-los partidos, mas apóia

os candidatos dos dois partidos atuais; quer uma «democracia forte», com um Executivo tão duro como o atual; apoiou o lançamento da candidatura do coronel Erasmo Dias e, semanas depois, disse que seus candidatos eram do MDB, entre eles Fernando Henrique Cardoso. E saiu com esta: «Estou votando nos melhores, mas ainda não estou votando nos melhores mesmo. Porque antigamente eu votava no realmente melhor, que era eu mesmo».

Comichão para fechar o Congresso

Jânio Quadros, por isso, pode não passar de um oportunista. Em suas recentes entrevistas, evitou comentar as denúncias de corrupção que assolam o regime, mas lembrou que «ladrão nenhum passou por mim sem que eu o tentasse pegar pela gola». E pela primeira vez, desde seu afastamento forçado da política, reeditou o mito da vassoura num comício em prol da candidatura Dias Menezes, na mesma Vila Maria que o levou, inicialmente a vereador na Câmara Municipal de São Paulo, em 1947, com 1.707 votos. Depois foi deputado estadual, prefeito, governador, deputado federal e presidente da República.

Antunes Veiga



Tempo quente em Pendotiba

primeiro deles a ausência de água encanada e de esgotos.

Coisa esperada

A presença da polícia de algum modo, era esperada. Durante a semana, desde que uma «Comissão dos Enquicados» — formada na segunda feira com os passageiros de um dos velhos ônibus que constantemente encerravam a viagem pelo meio — começou a distribuir um panfleto de convocação para a reunião, o dono da Viação Pendotiba, na companhia de detetives espalhou a intimidação no bairro.

Quando os PMs transpuseram o portão do jardim e intimaram o presidente da mesa (jornalista Benoni Alencar) a acompanhá-los, tiveram que retroceder diante do coro de vozes que os mandavam sair, pois «não podiam invadir uma residência sem ordem judicial».

Seu Antônio voltou a falar. Mas mal começou, voltam os policiais armados de metralhadoras.

Confusão

A cena do jardim foi esta: Policial (furioso, ao presidente da mesa): «Esta reunião não pode ser porque é subversiva».

Presidente (levantando-se energico): «Cale a boca, Nesta reunião só fala quem pede a palavra. O senhor não pediu». Virando-se para um senhor, imperturbável: «Continue com a palavra, seu Antônio».

Seu Antônio (normalmente): «Esse problema dos ônibus...»

Seu Antônio teve a palavra cortada. O policial, agarrando com violência o braço do presidente, tenta arrastá-lo para fora. E estabeleceu-se a confusão.

Durante meia hora o quartel fica conflagrado, com 150 pessoas falando ao mesmo tempo.

Afinal, o presidente concorda em ir à delegacia

num carro particular, onde entram mais dois moradores, enquanto trinta outros lotam mais cinco automóveis.

Benoni Alencar ficou menos de uma hora na sala da DP, onde os trinta moradores debatiam com comissários, escrivão e policiais.

No fim, nenhum interrogatório ou preso e eis que o delegado, que acabara de chegar, anuncia que «todos podem ir para casa». «Esqueçam isso. Voltem para a reunião Mas não comentem nada, por favor».

Fala seu Antônio

De volta a Pendotiba, os exultantes moradores marcam a reunião para o outro domingo. Mas a área fronteiriça da casa de Afair Valadão, o secretário, já era pequena, e o local escolhido foi o galpão de festas do Atlético Clube, onde voltarão a tratar do problema do ônibus e da criação do Centro Pró-Melhoramento de Pendotiba. (Surscursal do Rio).

GERAIS

PM prende quem se reúne para reclamar do serviço. (Jornal do Brasil, Rio). Pendotiba quer ônibus. Polícia acaba com reunião. (O Fluminense, Niterói).

Foram os títulos com que, dias 23 e 24, os jornais noticiaram o drama dos moradores de um obscuro bairro de Niterói (Pendotiba), onde dois PMs, armados de metralhadoras e com ordem do DOPS, invadiram uma casa modesta para «estourar» a reunião «subversiva» que quarenta pessoas realizavam no jardim.

A ação policial foi estonteante. Mais estonteante ainda, porém, foi a reação daquelas pessoas simples, todos eles dependentes do péssimo serviço de ônibus da única empresa que faz a linha do bairro. E decididos não só a ir às autoridades reivindicar que obrigassem a Viação Pendotiba a melhorar o atendimento, como a fundar uma associação de moradores para cuidar dos outros problemas do bairro — o

EM TEMPO:

EM TEMPO:
14 anos de regime militar
Até quando?

EM TEMPO:
PREÇOS DENUNCIAM 233 TORTURADORES
O livro completo das prisões e milícias encobertas

EM TEMPO:
DEVASSA NA PETROQUÍMICA
GOVERNO ACOBERTA TERROR

O semanário nacional EM TEMPO coloca à venda os mais valorizados títulos de leitor: assinaturas do jornal. Comprando o título, ou seja, fazendo a assinatura, você recebe toda semana um jornal comprometido, como você, na luta pelas liberdades democráticas. E faz uma economia de Cr\$280,00. Ao fazer sua assinatura anual, você ainda recebe grátis um livro. Escolha entre os títulos abaixo o livro que você deseja ganhar:

- 1- "MEMORIAL DE IDEIAS POLÍTICAS" — Edgard da Mata-Machado
- 2- "AS RESERVAS MINERAIS E O FUTURO DA HUMANIDADE" — Francisco Fonseca
- 3- "PEDRO" (infantil) — Bartolomeu Queiroz e Sara Ávila
- 4- "GUERRILHAS D'AMOR" — Sérgio Gama
- 5- CADERNOS DO PRESENTE I: "Economia Política Brasileira em Questão" — Guido Mântega e Maria Moraes.
- 6- CADERNOS DO PRESENTE II: "Greves Operárias — 1968/78" — Vários autores
- 6- "EUROCOMUNISMO X LENINISMO" — Coleção Polêmica — Vários autores

Faça hoje mesmo sua assinatura e dê outras a seus amigos neste Natal. EM TEMPO é um presente inteligente e combativo.

Faça aqui sua assinatura e economize Cr\$ 280,00

Desejo fazer assinatura anual de EM TEMPO e receber 52 exemplares por apenas Cr\$300,00

Livro escolhido: 1 2 3 4 5 6

Desejo fazer assinatura semestral de EM TEMPO e receber 26 exemplares por apenas Cr\$250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e coloque no correio. Não é necessário selar. O pagamento poderá ser feito da forma que lhe convier (vale postal, cheque comprovado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

Dê em tempo de presente neste natal e economize mais cr\$ 280,00

Desejo apresentar uma assinatura anual de EM TEMPO. 52 exemplares por apenas Cr\$300,00

Livro escolhido: 1 2 3 4 5 6

Desejo apresentar uma assinatura semestral de EM TEMPO. 26 exemplares por apenas Cr\$250,00

Nome: _____

Endereço: _____ Fone: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Preencha este cupom e coloque no correio. Não é necessário selar. O pagamento poderá ser feito da forma que lhe convier (vale postal, cheque comprovado ou cheque nominal em nome da EDITORA APARTE S/A).

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Angliola Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente), Suplentes: Flávio Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flámino Fantini.

DIRETORES: Antonio de Pádua Prado Jr., Flámino Fantini, Jorge Baptista, Robinson Ayres, Tibério Canuto (Diretor-Presidente), Secretário de Redação: Luiz Nadai.

Produção e Secretaria Gráfica: Paulo Roberto M. Borges.

EDITORIAS Nacionais: Flámino Fantini (editor), Antonio Espinosa, Antonia Silveira, Carlos Savério, Eduardo Fernandes, Fábio Moraes, Fátima Barbosa, Flávio Andrade, Flávia Resende, Maria Moraes, Ottoni Fernandes Jr., Paulo Sérgio, Samira Zaidan, Sérgio Ali, Wilson Prudente.

Internacionais: Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos e Lionel Almeida (sub-editores), Aluisio José Monte-

iro, Altair Moreira, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Lana, Marleneide Oliveira, Olgária Matos, Suzana Rios, Virginia Pinheiro.

Suplemento Cultural: Flávio Aquino (coordenador), Antonio Espinosa, Nimar Santos, Rebeca Moraes, Maria Rita Kehl, Valdeir Amorim.

Arte: Sérgio L. Papi (diagramação), Betc Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Reisuns Filho, Jesus Carlos, João Roberto Martins Jr., Nelsi Andreato (foto).

Arquivo e Pesquisas: Antonio Alfredo S. Nunes, Moura Mariano, Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quiteria Silvestre Prado, Valdeir Amorim.

Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé.

SUCURSALS:

Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimaráes, 1884): Alberto Martini (chefe da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélcio Santos, Maizé Trindade, Mauricio Godinho, Paula Régis, Paulo Vilari, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphan (redação), Mariza Araujo (administração).

Porto Alegre (Av. Osvaldo Aranha, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letícia Menezes, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

EM TEMPO:

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayres, Raul Pont.

Recife (R. Anibal Falcão, 127 — Fracas): Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Rebeca Scatari, Alzira Medeiros, Eliane Veloso, Milton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração).

Rio de Janeiro (R. da Lapa, 200 — sala 408): Adauto Novaes, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Fernando Karan, Flávio Albert, Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasseimann, Fernando Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Ligia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcos Araújo Fietz, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Brada, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas.

Salvador (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio D'Assis, Emiliano José, Eudon Guimão, Olga, Miranda, Lina Maria.

SCRITÓRIOS:

Arcosjij (SC): David Dantas.

Campinas (SP): Rinaldo Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gervásio de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saraiva Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição), **João Pessoa** (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Canopus Hotal, Cibero Correia, Francisco de Assis.

ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Anilton Figueiro, Aparicida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos de Almeida, Jusus Maria, Assessora Jurídica: Luiz Eduardo Greenhalgh, Juiz Aluísio Marcondes Piccini (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelino Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardino de Guimarães, 1884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP: 05415 — Telefones: 280 4759 e 853-0090.

Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados, Rua sete de abril, 230, São Paulo, SP.

Manter a unidade do MDB, mas num nível superior; expurgar o chaguismo nos vários Estados, «sanear a secretaria-geral do MDB, onde Thales Ramalho nada mais tem sido que executor das diretrizes recebidas do Planalto». É assim que Lysáneas Maciel, ex-deputado cassado, vê as primeiras tarefas para tornar o MDB um partido transitório que seja um caminho para o surgimento de um verdadeiro partido popular.



Lysáneas

— Lysáneas, como é que você está vendo essas iniciativas que já são há muito tempo notórias no sentido da criação de novos partidos, no campo das iniciativas populares, é claro?

— Em primeiro lugar, existe no Brasil uma simulação, até inscrita em nossas cartas básicas, que pretende que já conquistamos as prerrogativas imprescindíveis ao livre exercício de uma atividade partidária. Liberdades consentidas não passam de uma falácia e um engodo, pois o povo está totalmente desprovido de garantias adequadas para estas tentativas. O que aconteceu recentemente em Osasco, São Paulo, e a evidência disso. Uma simples assembleia sindical é cercada de um enorme aparato policial. Uma passeata de um senador moderado, no Rio, também, e assim por diante. Toda a campanha eleitoral serviu como um desmentido completo de proclamada abertura. Com base na Lei Falcão e em toda uma série de instrumentos de controle da participação popular está se reprimindo, prendendo de uma maneira até mais intensa que em 1974. A campanha dos candidatos populares foi marcada por visitas às delegacias, enquanto os operários são intimidados com a automática demissão de todos os seus líderes grevistas, o cerco policial a seus sindicatos apertando cada vez mais. Após o dia 15 de novembro, os representantes das associações de bairro, no Rio, voltaram a ser intimidados a depor no DOPS. A coisa vem de longe: jornalistas são processados na Lei de Segurança, jornais são apreendidos, criou-se até uma lei para proteger o chefe do esquadrão da morte, em São Paulo. Alguém já se esqueceu que foi o coronel Erasmo Dias quem mandou jogar bombas MACE, proibidas em todos os países, em cima dos estudantes da PUC SP? Tudo isso se destina a impedir toda e qualquer forma de organização e participação popular. E é isso que e preciso garantir. Para isso é que precisamos conquistar garantias.

— Novos partidos, então, sem garantias para a organização popular de base, não dá. É isso?

— A rigor, nunca houve uma verdadeira participação popular no processo político brasileiro. Em apenas dois períodos da nossa história política esta participação começou a esboçar-se: de 30 a 37 e de 46 a 64, mas, mesmo assim, com grandes distorções, inclusive manipulação do povo de

acordo com os objetivos traçados pelas elites. É o fenômeno que os cientistas políticos chamaram de populismo. O ressurgimento de um partido trabalhista não depurado de velhos vícios de manipulação popular, peleguismo e elitismo de dirigentes, reflete, no essencial, o mesmo tipo de crise que atingiria, por outro lado, um partido socialista que ressuscitasse velhos esquemas de clubes de intelectuais.

A organização de base, a organização popular está apenas embrionária, dando seus primeiros passos. Nesse nível o povo seria cooptado, sua participação só se daria por adesão. Apesar da autenticidade e da sinceridade de algumas propostas de criação de partidos populares e democráticos no fundo, há uma postura nitidamente elitista. Apresenta-se um pacote partidário, muito bem elaborado, e solicita-se ao povo uma simples participação por adesão. É isso ou não é? Um partido não será realmente popular a não ser que seja o ponto de chegada de um processo mais ou menos longo de debates envolvendo todo o tipo de organizações de base já existentes, mas ainda engatinhando. Os movimentos sindicais de oposição à CNTI, as associações sindicais, as associações de bairro, de favelados, grupos de estudos, clubes de mães, o fantástico Movimento do Custo de Vida, comitês de anistia, uma infinidade de instrumentos pelos quais o povo unido vai ocupando os espaços usurpados pela ditadura. Considero, pois, altamente contraditório que um grupo formule um projeto de partido por conta própria. Dou um exemplo: há pouco tempo fomos convidados, eu e o professor Paulo Freire, para participar da elaboração de um projeto de Constituição para o Brasil, em Hamburgo! É uma situação evidentemente caricatural, mas não muito distante da realidade a que estou me referindo.

De qualquer forma, você não acha que é inevitável a formação de novos partidos, a partir dos resultados eleitorais de 15 de novembro?

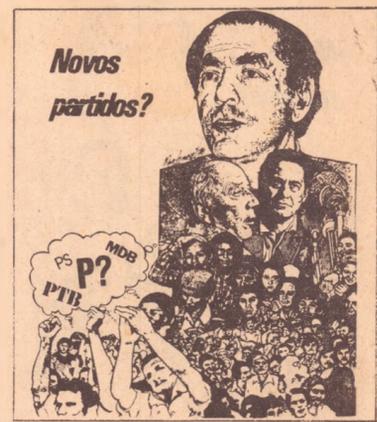
O que eu sei, é fato, é que até um Delfim Neto, um Maluf, e mesmo um Paulo Egydio já estão tentando infiltrar-se nos movimentos de base. Ao fundo, o general Golbery, presidente perpétuo da Dow Chemical. Inevitável, você diz, a formação de novos partidos? Sim, mesmo porque o sistema que comandou a extinção dos antigos comandou, também, a formação da Arena (cômodo de serventia eventual do governo) e do MDB (que, normalmente, defende a tese de não discutir assuntos relevantes para assegurar-se, mais tarde, o direito de discutir assuntos superfluos). E agora pretende comandar a criação de novas legendas. Mas isso é com o sistema, corresponde lá a seus interesses. Do ponto de vista popular, embarcar nessa canoa seria um ato de incompetência política. O que nos precisamos praticar é, ao contrário, atos de competência política.

Seria, portanto, ainda o MDB?

Entenda, o MDB tem sido até hoje uma legenda latente, que só vive em épocas de eleição, como o canal de protesto, de manifestação popular contra a ditadura. Num Congresso renovado, e onde um grupo maior de parlamentares autênticos, com uma responsabilidade renovada, com novos poderes, sem o espectro do AI-5, a compe-

“O povo unido vai ocupando os espaços usurpados pela ditadura”

Entrevista a Marcos Reis, sucursal do Rio de Janeiro.



tência política estará, não só em manter a unidade, mas em elevar o nível dessa unidade, consolidando-a. Aqui no Rio, trata-se de expurgar o «chaguismo», que dispõe de influência até a nível da Justiça Eleitoral, e assumir, nacionalmente, a legenda, disputando os diretórios, travando a luta política dentro da legenda. Botar pra fora os Baibinos baianos, Os Aloisios e Henriques Alves, lá no Rio Grande do Norte, e, mais do que tudo, sanear a secretaria-geral, onde o Thales nada mais tem sido que executor das diretrizes recebidas do Planalto, de Golbery, via Cordeiro de Farias. Um MDB assim, que eu considero possível, na atual conjuntura, poderá tornar-se, de partido de oposição consentida em partido de

oposição verdadeira, articulado à atividade extraparlamentar. Seria, por assim dizer, um «partido (ainda entre aspas) de transição, uma via que, paralelamente, ou melhor dando expressão política possível ao movimento popular, apontasse para o surgimento de um partido (sem aspas) com real expressividade popular. Um partido que, de certa forma, se contestasse, enquanto partido, desde pronto, buscando devolver ao povo, de forma organizada, aquilo que com o povo fosse apreendendo. Nesse sentido é que eu entendo o trabalho de articulação ao nível da sociedade civil dando seus frutos, no futuro na sociedade política. Só o trabalho popular renderá tais frutos. Para mim será o dado principal para

garantir a participação ampla. Pra mim, por isso, o fundamental, está em ajudar na estruturação de mecanismos que permitam uma manifestação autêntica e fiel dos interesses populares. E tudo isso pode, reconheço, perfeitamente desajudar em um partido trabalhista de inequívoca inspiração socialista. Socialista e democrático, no sentido de que não defenda apenas o aspecto igualitário do socialismo, mas também sua face liberal. O que se tem visto é que quando este segundo aspecto é negligenciado, a desigualdade e a tecnoburocracia acabam entrando pela porta dos fundos. O processo de formação de novos partidos é sobretudo um processo de ruptura com o passado.

“Trabalhadores vão ao MDB, mas não se sentem em casa”.

Fala Chico Pinto, ex-deputado pela Bahia, agora reeleito com uma votação recordista.

— Chico, como você está vendo as articulações em torno de novos partidos? É possível a oposição mais consequente sair com uma nova agremiação, mais avançada que o MDB?

— Esta é uma discussão que deve ser feita inicialmente com a participação de todo o grupo autêntico e suas bases. Não seria lícito nem ético de minha parte emitir isoladamente uma opinião favorável ou não à criação de novos partidos.

— E os papos tidos anteriormente?

— Há cerca de quatro meses estamos isolados cada um no seu Estado tentando impor uma derrota à ditadura. A discussão sobre a criação de novos partidos políticos ganhou certa intensidade nos primeiros meses de 77 até agosto do mesmo ano. Alguns parlamentares se deslocaram inclusive para a Europa, para discutir com exilados brasileiros e estudar o funcionamento dos partidos populares na chamada área da democracia burguesa europeia. Houve reuniões preliminares do grupo autêntico que estava de certo modo empolgado com a criação de um Partido Socialista. Mas já no final do ano não se notava o mesmo interesse e entusiasmo inicialmente demonstrados. A Convergência Socialista é que tentou dinamizar a discussão em torno do assunto. Mas em uma área de certo modo restrita. O ano de 1978 foi essencialmente eleitoral e esta discussão foi superada pelo empenho na vitória do MDB nas eleições. A ideia de novos partidos ressurgiu agora, parece que com alguma força. Mas tendo em vista que desde agosto não discutimos o assunto com ninguém, sou a pessoa menos indicada no momento para falar sobre o assunto.

— Mesmo levando isto em consideração o que você acha do governo ou pessoas ligadas a ele estarem colocando esta questão depois das eleições?

— Na área governamental, há mais de um ano que deputados e senadores da Arena também pretendiam criar um partido. O fato do governo ter perdido as eleições em termos de votação global não significa que terá minoria na Câmara e no Senado. Até que ponto interessa ao governo o pluripartidarismo já consagrado na última reforma constitucional? Dividir simplesmente a oposição? O partido oficial também não será fracionado? Quem tem forças para impedir a adesão de muitos emedebistas às novas legendas que serão criadas? Creio que este é um assunto que deve ser discutido em cima da prática.

— Um partido de esquerda correria o risco de isolar-se?

— Ainda que o governo extirpe os atuais partidos, a criação de um partido de esquerda não significaria, por si só, o isolamento destas forças, como a criação de diversos partidos burgueses não significaria o fracionamento da burguesia. As composições políticas formam-se em âmbito parlamentar com mais naturalidade mesmo que os parlamentares pertençam a partidos diversos. As alianças se processam em cima de casos concretos. O divisor de águas é que os trabalhadores não se sentem integrados ao MDB. Eles vão ao MDB como numa visita às vésperas das eleições, mas não se sentem em casa.

— No caso qual seria a opção? Um MDB depurado ou um novo partido? Pode-se criar um novo partido dos trabalhadores decretado de cima para baixo e sem liberdade? Como evitar os riscos de uma manipulação do Partido Trabalhista?

— Antes de 1965, com todos os defeitos e fisiologismo de muitos integrantes do Partido Trabalhista, os operários fizeram daquele partido o seu partido, o que não ocorre atualmente

com o MDB. Creio que um programa mais definido em favor da classe trabalhadora e a arregimentação de quadros nesta área permitiriam a criação de um partido mais vinculado aos trabalhadores. A sigla MDB, se ganhou uma certa legitimidade, por outro lado diante das imensas contradições internas, não conseguiu a confiança do eleitorado. Vota-se mais contra o governo do que no MDB. Essa é a dúvida que tenho: seria melhor manter o MDB depurado ou criar um partido sem as máculas do MDB? O mais prejudicial é deixar os trabalhadores à margem do quadro partidário, ou por falta de crédito no MDB ou porque a este partido faltam condições de arregimentação de forças na área trabalhadora.

— Qual o papel do grupo autêntico nesta fase?

— Não devemos em hipótese alguma nos dividir. Só podemos marchar para a criação de novos partidos se houver consenso na área da esquerda. Se a decisão for de permanecer no MDB, o papel dos autênticos, que no fundo é um partido dentro do MDB, deverá ser o de arregimentar-se melhor no sentido de influir com maior peso nas decisões a serem adotadas. Avaliar o seu verdadeiro peso quanto às possibilidades de assumir o comando partidário na Convenção do próximo ano e fazer um esforço maior para que os trabalhadores possam realmente acreditar na autenticidade emedebista.

— O que você acha das várias propostas de partidos existentes?

— Acho que seria incorreto se vingasse a ideia de criação de novos partidos em que Almíro Affonso e Brizola estivessem em partidos diferentes. O mesmo se poderia dizer em relação a Miguel Arraes e as novas lideranças que vêm surgindo no processo político brasileiro a partir de 1964.

Sucursal de Salvador.

Oposição popular deve testar o MDB

— Quais os saldos mais importantes que você destacaria na sua campanha, bem como na das demais candidaturas populares?

No plano político, abriu-se espaço para forças populares que anteriormente votavam, embora com diferenças, mas contra o regime, que no entanto não tinham uma atuação comprometida com o processo eleitoral propriamente dito. Conseguiram-se legendas, explicitação de programas etc. Já no plano organizativo, obteve-se uma união de forças parlamentares e sobretudo extraparlamentares: trabalhadores, estudantes, intelectuais, artistas, setores da Igreja, profissionais liberais, etc. que, organizados em comitês, foram os que de fato tocaram a campanha. E isso tanto na Capital como no Interior, onde chegamos a conseguir sessenta comitês de apoio e de onde saíram 800 mil votos, o que é surpreendente.

A questão agora é dar continuidade a este trabalho.

— Pois bem. Meses atrás você defendia a criação de um partido popular democrático, e que tivesse o socialismo no horizonte. Posteriormente, ao longo da campanha para o Senado, dado o seu caráter mais amplo e frentista, você deixou de dar ênfase a esta proposta partidária, mas outros continuaram a fazê-lo e a articulação conhecida como a de um PS desenvolveu-se. Como você vê agora a continuidade do trabalho que mencionou acima, juntamente com a proposta deste novo partido, num quadro onde muitos, entre eles você, estão a defender a manutenção do MDB?

Eu ainda continuo achando, juntamente com Almíro Affonso, Plínio Sampaio e muitos outros, que é necessário para as camadas populares o surgimento de um partido que seja popular, democrático no seu interior, e que tenha o socialismo no horizonte. A proposta continua, portanto. Ocorre que agora, aqui, neste momento pós eleitoral, a questão dos novos partidos foi posta pelo governo no intuito de: esvaziar o protesto popular revelado pelas urnas. E assim não cabe a nós vestirmos a camiseta que o regime oferece. Por outro lado, quando pensávamos em um novo partido a expectativa era de que a abertura viria mais rápida, e o que vemos agora é uma simples brecha. A legislação partidária é intolerável, pelo seu caráter elitista e parlamentar para a formação de partidos populares.

É você acredita então que este trabalho da campanha possa ter continuidade dentro do MDB?

Eu acho que vale a pena tentar. Pelo momento eu acredito que é possível sobreviver dentro do MDB. Mas para que o MDB corresponda aos resultados eleitorais alcançados ele deve passar a ter mais nitidez no seu interior. Deve de fato ser uma frente composta de desiguais. No Brasil

há um verdadeiro horror à desigualdade, a assumi-la enquanto real e positiva, quando em política não somos todos iguais, pelo contrário. O momento agora é de digestão dos resultados políticos da eleição, e as forças novas emergentes, as forças populares, vão ter que conquistar uma presença maior no MDB.

— Mas então você acredita que o MDB sobreviverá enquanto uma real frente de oposições, e que assim será possível a convivência no seu interior de blocos diferenciados?

Dentro de seis meses, ou até menos... três meses acho eu, veremos se o MDB é capaz ou não de cumprir este papel. Até lá, o que podemos e devemos fazer é dar continuidade ao trabalho da campanha. E neste sentido eu acho que poderíamos, por exemplo, promover uma reunião de comitês de candidatos afins para darmos curso a atuação coordenada, tanto no Parlamento como a nível das bases que foram organizadas durante a campanha.

— Perfeito. Mas qual a expressão política e ideológica que este conjunto de parlamentares deveria assumir a nível mais geral. Por exemplo, trata-se de inchar os autênticos ou de partir para um bloco parlamentar mais definido?

A diferença, creio eu, não deve estar tanto nos rótulos ideológicos que nos propomos assumir. A realidade já demonstra um claro avanço. Os autênticos da legislatura que se iniciou em 1974 não tinham, como agora tem, um vasto trabalho de base organizado por trás de si nos comitês. Este é um fato novo, e que por si só já distingue um determinado conjunto de parlamentares eleitos e reeleitos daquilo que foi a corrente autêntica durante o período pós 74.

— E a nível político, o que demarcaria os contornos deste agrupamento de comitês e parlamentares?

São as teses que desenvolvemos durante a campanha. Democratizar a sociedade e não somente o Parlamento. Esta é uma tese sobre a qual tenho insistido. O principal é a democratização da sociedade e não a simples democracia. É centrar fogo portanto na questão feminina, na questão negra, nos problemas ecológicos, nas reivindicações dos estudantes, dos trabalhadores etc. Ao mesmo tempo, no plano institucional, lutar contra a Lei Falcão, o pacote de abril, pela anistia, pela Constituinte etc. Agora, a diferença estará sobretudo numa questão de ritmo, em não dar tréguas ao regime, não protelar o enfrentamento dos problemas, na combatividade.

— Mas eu insisto. Concretamente já há propostas variadas em termos de formação de blocos, correspondendo ao campo popular dentro do MDB. Socialista, democrático ou popular são expressões hoje usadas para se referenciar grupos, articulações, reuniões etc. que visam



Fernando Henrique

Para Fernando Henrique Cardoso, o segundo colocado na disputa pelo Senado em São Paulo, partir de imediato para a reorganização partidária é fazer o jogo do regime.

Antes disto é necessário «lutar para que a frente emedebista abrigue as forças populares vitoriosas nas eleições». Aqui, ele desenvolve seus pontos de vista sobre o que fazer com o MDB.

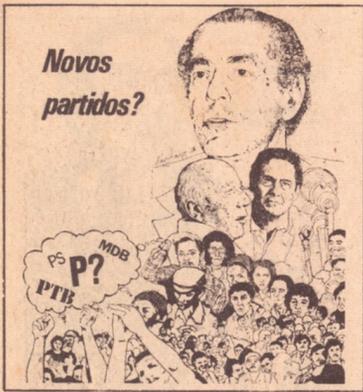
a desaguar em distintos grupamentos dentro do MDB. Com qual deles você estaria?

Eu acho que há uma tendência que julgo pobre e até mesmo tomista que é no sentido da categorização previa de posições. É salutar que surjam diferenças no campo popular, mas se elas assumem a principalidade aí quem ganha é o inimigo, o regime. Hoje eu prefiro ficar numa postura frentista quanto a estas nuances do campo popular que você diz que irão manifestar-se ou já se manifestam dentro do MDB. Prefiro aguardar pelo surgimento das diferenças em cima das questões concretas que iremos enfrentar. É importante por exemplo saber quem é quem na luta pela anistia quando o problema se colocar no Congresso; igualmente na questão das comissões de fábrica e da lei de greve e assim por diante. Não devemos privilegiar os rótulos que possam surgir agora.

— Mas a questão do socialismo não vai surgir nestas questões específicas imediatas que você menciona e que mostrarão quem é quem. Assim, o socialismo seria também um mero rótulo ao qual não deveríamos dar muita importância?

A questão do socialismo é muito importante, e assim posto não é de forma alguma um mero rótulo. Mas para que ele não se transforme num rótulo é importante saber colocá-la e relacioná-la com as demais questões numa hierarquia definida. O povão tem medo do socialismo ou então não entende o que ele é. Nossa tarefa portanto deve ser a de colocar a questão, mas de uma maneira tal que não reforce este medo. É claro que isto não se consegue omitindo pura e simplesmente a questão. Mas tampouco seremos bem sucedidos se fizermos dela o eixo e a marca de nossa posição hoje.

(Entrevista a Flávio Andrade)



Goldman

MDB

«Formar uma frente ou coisa que o valha é errado. O trabalho deve ser no MDB, cada um é cada um, a exceção é a exceção, a exceção são os adesistas».

Alberto Goldman: era deputado estadual em São Paulo, líder do MDB na Assembleia. Agora, elegeu-se deputado federal - faturando mais de 100 mil votos. Suas idéias sobre novos partidos, ou melhor, sobre o papel atual do MDB, num depoimento a Emílio Silva:

«A reformulação partidária interessa ao governo. Ela se dá de baixo do regime de exceção. Nos a queremos de baixo de um regime democrático com liberdade partidária, de organização e expressão que sejam verdadeiras e não mentirosas. A reformulação partidária aprovada vem atender ao governo. No Brasil nunca se teve um partido tão popular com pessoas tão representativas, nem no tempo do PTB.

Formar uma frente ou coisa que o valha é errado. O trabalho deve ser no MDB, cada um é cada um, a exceção é a exceção, a exceção são os adesistas. O expurgo de adesistas e o próprio processo eleitoral que o fara. Os candidatos populares podem influenciar à medida que tentam fazer um trabalho de reorganização partidária, formar diretórios onde não existirem e reestrutu-

rar os que não funcionam, trazendo mais pessoas.

Como consequência das eleições de 15 de novembro, o MDB se transforma hoje, efetivamente, no grande partido popular, que em conjunto com outros setores e forças da sociedade (sindicatos, centros acadêmicos, associações profissionais, associações de bairros, etc.) é o grande instrumento de união da oposição na conquista da plena democracia.

O resultado eleitoral, e o objetivo da oposição, esta a exigir, pois:

- fortalecimento do MDB, de suas bases e de suas decisões de acordo com as exigências da luta democrática.

- A unidade da oposição em torno do objetivo principal que é a democratização do País. Para isso e preciso que não se divida o MDB em tendências, o que somente serviria para incentivar uma luta interna em detrimento da luta contra o inimigo principal: o regime. O adesismo remanescente nesse processo de fortalecimento da oposição será manietado ou então excluído naturalmente».

VELHOS RISCOS

A organização de um movimento popular que se beneficie das brechas legais, deve fugir das normas e dos estilos elitistas que marcam a nossa história.

Eder Sader, de Paris (★)

A verdade é que não é fácil acompanhar hoje a distância, a situação política brasileira. Não somente porque ela evolui muito rapidamente há alguns meses ninguém sonharia com as greves que se generalizam no país - mas também porque as vezes torna-se difícil entender o que há por trás das palavras.

Quando um Delfin Netto critica os padrões do desenvolvimento econômico recente pelas injustiças sociais produzidas, ou quando um Joaquim Andrade aparece como incansável batalhador pela liberdade sindical: aí e que a alteração das tendências sociais exige que os atores mudem de papéis. Mas por isso mesmo e também importante ter clareza acerca do significado real das questões em jogo.

Reorganização ou liberdade política?

Na chamada «reorganização partidária», a ambiguidade dos termos parece confundir ate mesmo muitos dos que se colocam contra o atual sistema. Deixemos de lado a discussão mistificadoradora entre os supostos defensores do «bipartidarismo» e os pluripartidaristas. Porque o fundamental é que este bipartidarismo foi imposto e amanhã, um sistema de três, quatro ou meia dúzia de partidos impostos não será mais que a continuidade do mesmo regime de exceção.

A tarefa previa, portanto, e a da obtenção da plena liberdade de organização partidária, da completa liberdade de expressão de idéias.

Os «partidos» Arena e MDB foram criados pela ditadura. Enquanto os partidos, movimentos e tendências anteriormente existentes foram ilegalizados, proibidos, perseguidos. Alguns desaparecem realmente - quem hoje falaria de PTN ou mesmo do PSP? - Mas outros existem. Como existem outras tendências que só não vêm à luz devido aos estreitíssimos limites da legalidade vigente.

No passado, cada vez que o MDB - expressando parcialmente insatisfações sociais - chegou a ameaçar a aplicação de qualquer desígnio do regime, a solução foi simples: cassações de mandatos e outros atos de arbítrio. Suficiente para assegurar a «maioria legal» e para atomizar os opositores. O fato é que agora, nas condições atuais de divisão nas esferas dominantes e descontentamento generalizado, tal solução já parece inviável. Para o regime, por isso, uma «reorganização partidária» que quebre o MDB e permita ao mesmo tempo a formação de um grande partido «de centro» (tal como o de Suarez na Espanha), seria o meio de alcançar uma relativa estabilidade nos anos difíceis desta imprevisível transição.

No campo da esquerda surgem então alguns que pretendem manter o MDB como expressão unida das forças democráticas para não dividi-las na esfera parlamentar. Outros, ante a notícia distância entre o caráter do MDB e os interesses dos trabalhadores, buscam criar outra representação socialista ou trabalhista, dentro do espaço que vem sendo aberto. Outros ainda, devido a estreiteza do campo legal, pensam que nem cabe pensar em tal tipo de organização.

De todo modo, a questão preliminar que se coloca é: trata-se de utilizar todos os espaços abertos para romper os entraves a interven-

ção política das grandes massas ou trata-se de querer simplesmente falar em nome delas enquanto continuam caladas? O MDB, como um PTB, ou um partido socialista, como surgiriam hoje, não expressariam tanto as correntes de opinião dominantes no seio do povo, mas sim os efeitos da repressão sobre uma representação naturalmente deformada.

Quem é representante do povo?

Temos que ter consciência, também de um fenômeno que transcende a simples legislação partidária. Quando leio que os patros da Caterpillar ainda hoje despedem impunemente uma comissão de fábrica, simplesmente porque seus componentes sustentaram uma greve; quando sei que milhares de brasileiros acordam as cinco horas da manhã para ir ao trabalho, e quando voltam pra casa não tem tempo nem de olhar a cara dos filhos, quanto mais de pensar em pensar em política; quando no interior, milhares de boias-frias têm que brigar a cada novo dia para conseguir o trabalho e o ganha-pão; tenho que perguntar qual e a relação entre essa gente e seus «representantes». Mesmo sem falar da enorme repressão política que sufocou o país, não podemos esquecer o espantoso abismo existente entre a vida social e as instituições políticas.

O fundamental é a luta por condições para que possa existir uma efetiva democracia no país. É precisamente porque a repressão que pesa sobre a grande maioria do povo esta indissolvemente ligada as suas condições de vida e de trabalho; precisamente porque eles não terao nenhuma possibilidade de desfrutar de uma eventual democratização enquanto continuarem sob o efeito da exploração que sofrem; e que a luta pela democracia esta ligada a luta contra o proprio capitalismo.

Isso tudo não quer dizer que não se deva aproveitar as brechas existentes para estender as formas de organização e expressão das classes trabalhadoras. Pelo contrario, a organização de um movimento popular que se beneficie das brechas legais para estimular a ação autonoma das massas - e não simplesmente para falar em seu nome - deve fugir das normas e dos estilos de toda essa representação elísta que marca a nossa historia. Se trata-se de utilizar um espaço para ajudar a organização do movimento popular e não de ocupa-lo para desfrutar de sua representação ilegítima, então tal organização deve hoje lutar pela ampla liberdade de organização e manifestação (e não so ao nível de estrutura política mas também nos lugares de trabalho e moradia), contra a exploração capitalista que reduz o cotidiano do nosso povo a uma interminável luta pela sobrevivência. E para fazê-lo de verdade, ela tera que constituir-se democraticamente a partir das formas de organização que ja se estão dando os trabalhadores e a população pobre do país. Nos bairros, vilas, fabricas e nos campos. Senao, as siglas poderao talvez serem novas. Mas os conteudos serao bem antigos.

* Eder Sader, ex professor da Universidade de São Paulo. Exilado apos o golpe de 64, foi professor da Universidade de Concepcion - no Chile. Atualmente é professor da Universidade de Paris 8.

Bipartidarismo: tiro pela culatra.

Seria ingênuo, face às estreitíssimas «reformas políticas» que ficam aquém do exigido pela própria burguesia, pensar em criar um partido legal que possa ser ainda que parcialmente - portador de uma alternativa ao estado de coisas reinante no país. As forças populares devem manter a todo preço sua unidade na cena política atual, sobretudo depois do sucesso eleitoral dos candidatos populares.

João Quartim, de Paris ★

A reestruturação do sistema partidário constitui evidentemente um dos principais aspectos das «reformas políticas» outorgadas pelo governo Geisel no processo de «liberalização controlada» do regime militar. Corresponde neste sentido a um compromisso entre o grupo castelista no poder e os setores politicamente mais ativos da grande industria, convencidos de que a concentração do poder de Estado nas mãos da cúpula do aparelho militar deixou de ser um fator de estabilização social.

A «necessidade histórica» reconversão liberal» de regime decorre da inexistência de um movimento reacionário de massas capaz de conferir base social a uma ditadura fascista em nosso país - e na América Latina em geral. O fascismo, entendido como regime da contra-revolução institucionalizada, através do poder político de um partido reacionário de massas que exprime a «união nacional», isto é, o apoio popular a política dos grandes monopólios nacionais - não encontra em nossa época (caracterizada pela coesão do sistema capitalista internacional em torno da potência dirigente, os Estados Unidos) condições para se afirmar na cena política.

Fascismo ou Castellismo

Os fenômenos fascistas que marcaram o processo de derrubada do governo constitucional de João Goulart (Marchas da Família com Deus pela Liberdade, MACs, CCCs, IPES, IBAD, etc.) e que encontram paralelo em movimentos análogos em outros países do continente, bastando citar o caso chileno, como as marchas das caçarolas, os grupos «Patria y Libertad», o movimento dos «camioneros», etc., embora tenham desempenhado papel extremamente importante para criar as condições políticas da intervenção militar contra-revolucionária, foram em seguida postos em quarentena pelo novo poder, que afirmou seu caráter burocrático de governo da cúpula das forças armadas. (Ver EM TEMPO n.º 6).

A «tarefa histórica» do regime militar constituiu criar as condições para a concentração monopolista acelerada da produção e, portanto, para o fortalecimento econômico da grande industria da alta-finança e das camadas burocráticas, que fizeram dos diferentes aparelhos de Estado uma eficaz correia de transmissão entre esses interesses dominantes e a cúpula do aparelho militar, que se reservara a direção do poder político.

A base industrial capitalista se desenvolveu em extensão e em profundidade, desenvolvendo ao mesmo tempo as contradições propriamente capitalistas. Não é de espantar que o epicentro das lutas reivindicativas do proletariado se concentre em São Paulo. Também compreensível que parta de setores da grande industria paulista a iniciativa da «reconversão liberal», inclusive no terreno das relações entre o capital e o trabalho.

É neste processo que ganha toda sua significação a política do grupo militar castelista. O castelismo representa da maneira a mais acabada a interpenetração e a articulação de interesses da cúpula militar e da grande industria, e não é casual, neste sentido, o que seu ideólogo principal, o general Golbery do Couto e Silva, seja ao mesmo tempo diretor perpétuo da Dow Chemical «do Brasil». Enquanto que as demais facções formadas dentro das Forças Armadas, ao longo dos já quase quinze anos que nos separam do 1.º de abril de 1964, foram o fruto de movimentos de opinião sem maior consistência nem especificidade política (pediam em geral uma linha mais «dura» na repressão à esquerda e nesta elevada aspiração se esgotava seu pensamento político). O castelismo sempre teve a noção de que a estabilidade social não era somente assunto de polícia e de que o êxito do regime militar medir-se-ia por sua capacidade em criar as condições para que os círculos mais influentes da burguesia retomassem gradualmente a direção política da sociedade.

O surgimento do bipartidarismo

É importante neste sentido evitar as interpretações «instrumentalistas» do poder militar. Não basta para as classes dominantes apertar um botão para desencadear um golpe militar. Tampouco basta

pisar no freio para mandar de volta os militares aos quartéis. O Exército e uma realidade social na qual se refletem, por mecanismos complexos de refração, as contradições da sociedade civil. O grupo castelista, para realizar a política econômica que mais convinha aos grandes industriais e aos grandes agrários, tinha antes de mais nada que estar no poder e para tanto, interpretar também o ponto de vista específico deste corpo especial de funcionários uniformizados que detem o monopólio da violência organizada e dos grandes meios de destruição material.

Isto explica porque o ritmo da normalização constitucional vista do Palácio do Planalto não coincide com o desejado pelos setores politicamente mais lúcidos da grande industria. Explica portanto o relativo descontentamento e a postura de apoio crítico que os têm caracterizado.

Para ficar só num exemplo bastante recente: numa nota editorial publicada logo após as eleições («agora e preciso respeitar o eleitor»), o jornal O Estado de S. Paulo, cujo papel no golpe de 1964 e desnecessário relembrar, proclama que «desde 1965... a nação espera a oportunidade de poder reconstituir-se enquanto autêntico corpo político e de expressar-se pelos condutos normais da democracia». 1964 e 1968 são marcos evidentes da evolução do regime militar. E por que 1965? Porque nesta data, segundo o ilustre diário «o presidente Castello Branco impediu que se consolidasse a velha expe-



riência partidária de vinte anos, a qual principiava a dar seus frutos, visíveis na clivagem político-ideológica que começava a se estabelecer na opinião pública» (ESP de 16-Nov-1978).

Eis o que se pode chamar de auto-crítica envergonhada: é verdade, com efeito, que o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, em seu artigo 18, declarou «extintos os atuais partidos políticos e cancelados os respectivos registros», e que o Ato Complementar n.º 4, de 20 de novembro do mesmo ano, determinou a criação de «organizações que terão... atribuições de partidos políticos enquanto estes não se constituírem».

Deste dispositivo nasceram por decreto, das entranhas de um congresso expurgado e desmoralizado, as duas «organizações» que até agora vinham tendo «atribuições de partidos políticos». O Ato 2, como se sabe, foi imposto ao governo Castello Branco pela nebulosa «linha dura», encarnando o que era então a «voz dos quartéis». Mandatário direto do aparelho militar e mandatário histórico da grande industria, o governo Castello Branco, cada vez que o ponto de vista do corpo de oficiais não coincidia com o ponto de vista dos representantes políticos das classes dominantes, tinha de seguir a linha de menor resistência, naquela conjuntura «linha dura» falava mais grosso e a corda rompeu do lado da burguesia liberal.

Mas coerente com sua vocação de compor os interesses do aparelho militar e da grande industria, o governo Castello Branco deixou de herança aquilo que alguns anos mais tarde os politólogos oficiais iriam chamar de «institucionalização do regime», quando não de «aprimoramento das instituições»: uma constituição outorgada (a de 1967), uma nova Lei de Segurança e o fim, rapidamente reconhecido, da «exceção».

O bipartidarismo artificial, que o próprio Ato Complementar n.º 4 pretendia provisório, foi incorporado à nova ordem institucional, na falta de alternativa viável. O que esquece, e não por acaso, o distinto diário da burguesia paulista é que a «experiência partidária», «velha de vinte anos» e que começava a «dar seus frutos», tinha sido truncada já em 1947, quando Partido Comunista do Brasil, que melhor que qualquer outro exprimia uma «clivagem político-ideológica... na opinião

pública», foi posto fora da lei pelos «democratas» de hoje, e depois de 1964, quando a CGT, as Ligas Camponesas e milhares de cidadãos situados a esquerda do espectro «político-ideológico» dela foram brutalmente afastados.

O passo adiante no caminho das liberdades políticas que representa a «reforma partidária» é mínimo. Atenua as contradições drásticas até agora impostas a criação e ao funcionamento dos partidos, tornando possível que surjam uma ou duas novas formações ao mesmo tempo pois esvazia o aspecto plebiscitário assumido pelo bipartidarismo, a partir do momento em que votar no MDB passou a ser uma maneira de dizer «não» ao regime. Mas não abre espaço algum à auto-determinação.

O verdadeiro problema não está no número dos partidos tolerados. Está na possibilidade conferida às mais diversas correntes ideológicas, sobretudo aquelas identificadas com a causa popular, de se organizar e de se exprimir sem entraves policiais ou outros. Este é um critério insofismável da democracia política e por ele se pode medir a irresponsabilidade dos que, inclusive na esquerda, a ladeiam com festiva auto-satisfação que «a ditadura já era».

Frente Popular

A crise do regime e o resultado combinado de seu desgaste enquanto instrumento de estabilização política a serviço das classes dominantes e da pressão constante, coerente e crescente do movimento popular. Muitos grandes industriais, pensam que a melhor forma de estabilizar a sociedade é aceitar como interlocutores os representantes reais do movimento sindical, fazendo passar para segundo plano o aparelho estatal, enquanto capataz da força de trabalho social.

Entretanto, aceitar como interlocutor um sindicalismo independente implica, para uma burguesia acostumada a operar a sombra da guarda pretoriana, assumir riscos. O mais sério deles não estará nunca na luta econômica - e preciso grande dose de simplismo para pensar que sem arrocho o capitalismo não sobrevive no Brasil - mas na possibilidade de que a conquista da liberdade política permita as ideias revolucionárias - hoje confinadas a pequenos núcleos militantes duramente reprimidos - adquirir amanhã caráter de massa.

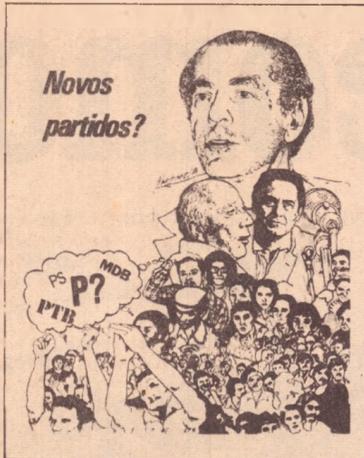
Neste sentido, a reforma partidária que almeja a burguesia liberal - ao menos tal como a exprimem seus representantes mais lúcidos - deveria cumprir uma dupla função: permitir-lhe retomar o controle direto do aparelho estatal (o que seria possível com a volta dos militares aos quartéis) e limitar a organização política dos trabalhadores as correntes reformistas e social - democratas de todo tipo, delas excluindo os comunistas e outras forças revolucionárias.

Seria ingênuo, face às estreitíssimas «reformas políticas» outorgadas pelo regime (que ficam muito aquém do exigido pela própria burguesia) pensar em criar um partido legal que possa ser, ainda que parcialmente, portador de uma alternativa popular ao estado de coisas reinantes no país.

As forças populares devem manter a todo preço sua unidade na cena política atual. O insofismável sucesso dos candidatos populares nas eleições de 15 de novembro se deveu, em larga medida, ao fato de que souberam expressar o ponto de vista das multiformes iniciativas de mobilização (Movimento do Custo de Vida, Associações de Bairros, organizações sindicais de base, comitês de anistia, «comunidades de base», imprensa independente, etc.) E também centraram sua campanha numa ideia simples, mas essencial: a conquista da liberdade política e o caminho da transformação social.

Sem prejuízo de que as diferentes correntes ideológicas mantenham sua especificidade e avancem no terreno da construção de suas organizações políticas específicas, e hoje essencial que continuem atuando unidas, quer se mantenha o MDB (eventualmente expurgado dos adesistas), quer se crie uma nova agremiação legal na qual atuarão as forças democráticas consequentes. Não se pode aceitar que uma corrente política particular - por maior que seja o seu peso eleitoral, (por exemplo, o PTB), pretenda agir em nome do conjunto das forças populares. Unidade de ação supõe respeito das diferenças ideológicas e programáticas. Por isso a resposta a «reforma partidária» outorgada pelo regime e as propostas da burguesia liberal deve ser a luta pela frente popular. A serviço da qual devem estar os eleitos populares, qualquer que venha a ser a sigla que sejam levados a adotar.

* João Quartim foi professor da USP, Condenado a 5 anos de prisão, exilou-se em 1969. Hoje é jornalista e professor da Universidade do Paris 8, tendo publicado artigos na «Critique de l'économie politique» e o livro «Dictature Shipu and Struggle in Brazil».



Almino Affonso



Francisco Weffort



José Carlos



Leonel Brizola

P.S.

Qual a tática aqui e agora?

Para os opositoristas que — de um modo ou de outro — vinham defendendo a formação de uma alternativa partidária de tipo socialista, o quadro político pós-eleitoral parece não ter apresentado «maiores novidades».

O ex-ministro Almino Affonso, o professor Francisco Weffort, assim como o presidente do Setor Jovem do MDB-RS, José Carlos de Oliveira — entrevistados na última semana por EM TEMPO —, são praticamente unânimes na seguinte conclusão: suas propostas continuam de pé, requerendo apenas uma tática adequada para o encaminhamento imediato.

Enquanto isso, admite-se a participação no MDB.

Almino: «A diferenciação no interior do leque democrático pode ser vantajosa...»

Almino Affonso, o ex-ministro do Trabalho do governo Goulart que vinha defendendo a formação de um novo partido «popular, democrático e de orientação socialista», afirma ser óbvio que para a formação deste partido é necessário que «haja quem concorde». E segundo ele, o que agora assistimos é todo «um conjunto de lideranças populares expressivas declarando ser inoportuna a formação de um partido mais à esquerda que o MDB». Esta é uma realidade que não se pode ignorar e é necessário «tomar em conta os argumentos apresentados para uma reflexão sobre se correspondem ou não às necessidades dos setores da oposição».

«Mas», argumenta Almino, «à primeira vista os argumentos apresentados para a manutenção do MDB e não criação de novos partidos não convencem». O ponto básico sustentado por aqueles contrários à formação de agremiações mais definidas é de que no momento, isto seria fazer o jogo do regime, pois estariam dividindo a frente ampla democrática que é o MDB.

«Ora», diz Almino, «este argumento não corresponde à realidade. Se atentar-

mos para as reformas recém-aprovadas pelo Congresso veremos que elas permitem, ao contrário da legislação atual, as coligações partidárias. A partir desta possibilidade, fica aberta a via para a formação de um bloco democrático amplo, tanto para concorrer às eleições como para a própria atuação no Parlamento ao longo de uma dada legislatura».

Assim, não haveria divisão da frente democrática atual que se consolidou em torno do MDB. Cada partido ou agremiação teria então lugar. Além de levar sua mensagem própria e desenvolver suas próprias bases, cada agremiação poderia atuar conjuntamente com outras agremiações também democráticas naquelas questões ou momentos em que a unidade fosse necessária.

«Isto não me parece trazer desvantagens de espécie alguma para a luta contra o regime autoritário: pelo contrário». «Pois...», prossegue Almino, «a diferenciação no interior do leque democrático só pode ser vantajosa na medida em que, contribuindo para o aprofundamento das várias posições, fará certamente com que a própria frente democrática avance no seu conjunto, e nela, o componente popular».

José Carlos: O trabalhismo poderá abrigar uma tendência socialista?

A quase totalidade dos candidatos populares eleitos no último dia 15, através de recentes entrevistas, têm-se manifestado contra a formação imediata de novos partidos. Quais as suas razões para defender o MDB? que motivos estariam por trás da já nomeada «santa aliança» contra outros partidos de oposição?

Para José Carlos de Oliveira, presidente do Setor Jovem do MDB de Porto Alegre e dirigente da Tendência Socialista do MDB gaúcho, a razão estaria no natural «ufanismo pós-eleitoral agora que o MDB obteve uma estrondosa vitória». «Mas», assegura ele, «isto seguramente é passageiro».

Tão logo o MDB comece a enfrentar, no início do próximo ano, suas primeiras lutas e a eleição de suas novas direções, «o espectro de posições que ora se escondem por trás da tão proclamada unidade consensual será revelado cristalinamente. Pouco a pouco surgirão os setores diferenciados, e mais do que na legislatura que agora se encerra, pois os autênticos não simplesmente cresceram, mas desenvolveram também sua própria qualidade».

Diante desse quadro ele afirma que a Tendência Socialista - fundada recentemente - «mantém sua orientação básica». Como Almino Affonso, o presidente do Setor Jovem menciona a possibilidade das coligações partidárias como um argumento contra aqueles que dizem que o

surgimento de novos partidos mais definidos viria dividir a frente democrática ampla que se reuniu em torno do MDB ao longo destes anos. Assim sendo, a Tendência Socialista continuará até o começo do ano que vem desenvolvendo seu trabalho de ampliação no Estado. «Ao mesmo tempo, estaremos atentos e solidários aos projetos de formação de partidos que possam corresponder melhor aos interesses da esquerda na atual conjuntura».

Mais concretamente em recente reunião, a Tendência Socialista gaúcha avaliou que a possibilidade de surgimento de uma agremiação claramente socialista se apresenta, em virtude da legislação restritiva das reformas, bastante improvável. Portanto, a Tendência se inclina agora a examinar «até que ponto o ressurgimento do trabalhismo, que se manifesta como provável, poderá abrigar no seu interior um movimento socialista que de fato contribua para o avanço das esquerdas e dos setores populares».

Enfim, para José Carlos «não há dúvida de que o MDB se dividirá e de que uma nova frente democrática se conformará a partir de posições mais definidas e - portanto - num patamar mais elevado». E arremata: «É necessário que nos preparemos desde já para enfrentar e participar da formação de blocos e futuros partidos, fatos que se darão no começo do próximo ano».

Weffort: Trata-se de uma questão política e não de uma questão eleitoral.

No mesmo sentido, o professor paulista Francisco Weffort, também defensor da proposta de um partido popular, democrático e de orientação socialista, acha que este «momento de euforia eleitoral será passageiro». «Pois», afirma ele, «o problema é político e não eleitoral».

Para Weffort, da parte do regime as razões para a promoção do fim do bipartidarismo são claramente políticas. O governo Figueiredo contará com uma base de apoio militar sensivelmente mais fraca do que aquela com que Geisel pôde contar. Assim, parece inevitável que — para ampliar sua base parlamentar — o,

governo venha a empreender ações no campo emedebista com vistas a cooptar os adesistas de vários tipos. E aí começará a formação de novos partidos.

Mas o problema vai além. As discussões até agora havidas entre as pessoas que em São Paulo se articulam em torno da ideia da formação de uma agremiação partidária de corte socialista levantam agora certas indagações. «Como desenvolver o trabalho organizativo de massas que se conseguiu durante as campanhas eleitorais? populares dentro de um partido como o MDB, que é uma agremiação eminentemente parlamentar? Como compatibilizar esta tarefa com as direções do MDB, geralmente formadas por chefes burocratas, elitistas ou até mesmo policiais? Como desenvolver este trabalho de base numa agremiação que não tem nenhuma raiz no cotidiano das massas e que é simplesmente o conduto único possível para o seu protesto no ato obrigatório de votar?»

Estas e muitas outras indagações estão também a indicar que «para as oposições populares a necessidade de novos partidos surge de uma análise política e não simplesmente eleitoral».

Francisco Weffort não acredita também que o MDB venha manter-se por muito tempo, enquanto único partido de oposição. Ele acha mesmo que «abandonar a ideia de novos partidos pode significar um sério risco para a luta democrática, na medida em que isto contribui para a permanência de indefinições e vacilações políticas da atual oposição parlamentar e, portanto, descredito dela junto às massas». Mas, de qualquer forma no caso do MDB permanecer coeso, Weffort julga oportuno e necessário que os setores populares ingressem no partido e, apesar de suas condições adversas, busquem aglutinar-se no seu interior enquanto tendências definidas que existirão como germes de futuros novos partidos.

«Fazer isto nada mais é do que tornar o MDB de fato uma frente ou federação de oposição como muitos têm afirmado que ele é». «Ora, devemos cobrar coerência deste tão declarado caráter frentista do MDB», diz Weffort. (F.A.)

PTB

“Frente emedebista obstrui PTB”

E o que afirma o ex-deputado federal cassado, e atual articulador do PTB, Matheus Schmidt, do Rio Grande do Sul.

«O partido que nós pensamos não é o que pensa a ex-deputada Ivette Vargas».

Há uma corrida pela legenda do PTB

«A ex-deputada Ivette Vargas afirmou a «Isto É» que o PTB recuperará toda a tradição populista anterior e inclusive vê no «fortalecimento da burguesia» e nas velhas alianças de classe, o eixo programático do novo partido. O que acha disso?»

Há uma corrida pela legenda do PTB e é óbvio, que a hora não é de «ficarmos atirando pedras», mas o partido que nós pensamos não é o que pensa a ex-deputada Ivette Vargas. O que colhi com o ex-governador Brizola nada tem a ver com essa proposta. O partido que pensamos é um retrato do velho PTB em seus contornos básicos, mas o retrato está descorado, pois já passaram quinze anos. A conjuntura mundial mudou a Guerra do Vietnã liquidou com os planos belicistas do Pentágono. O socialismo avançou muito nesses anos.

Não se pode construir um partido político hoje sem ter uma estratégia socialista. Agora, na conjuntura atual, precisamos um debate ideológico. Este tem mais desmiúdo do que unido o povo. Antes de construir um partido de massas já se pensa em definir ideologicamente tudo. Esse debate não facilita a unidade, a destroi.

Devemos agora, sem maiores preocupações, partir para a construção desse instrumento, se fizermos ao contrário, teremos um partido quimicamente puro, mas não teremos um partido abrangente.

— Mesmo aceitando isso, você não acha que

pontos programáticos não têm como não serem enunciados?

O partido que imaginamos e um partido que tenha como coluna dorsal a classe operária. Isso não fecha as portas para o empresário nacional, que são poucos no Brasil, mas a aceitação do programa tornaria isso viável. O programa deve ser a expressão da vontade de seus membros, de baixo para cima, e não como no passado, onde apenas as cúpulas decidiam.

— E os limites programáticos?

Na hora em que compreendermos melhor a estrutura de um partido democrático, chegaremos a compreender que dentro dele serão feitas propostas e que todos terão condições de decisão ao nível da fábrica, das bases.

O PTB tinha um caráter frentista. Com a morte de Getúlio, o PTB passou por uma mudança qualitativa a partir de sua Carta Testamento. Ali começou a existir uma definição melhor da ideologia do PTB. Este é o retrato do PTB para mim. O PTB das reformas de base no qual eu estive engajado. O processo de um partido, reiniciara o debate dentro de nova conjuntura mundial, de nova realidade brasileira.

O programa está saindo

O programa básico deverá ser colocado por pessoas credenciadas que em momento oportuno falarão por todos nós. Isto está sendo elaborado, e o que posso adiantar.

Nosso partido, porém não se confunde com o MDB, cujo trabalho se exaure na reconquista da democracia. O dr. Pedro Simon afirma que o

MDB está organizado nos 232 municípios gaúchos. Ora isso é uma estrutura para o problema eleitoral. Na maioria são direções municipais que não refletem um trabalho de base. Nossa perspectiva é a que afirmou recentemente o ex-governador Brizola: «O trabalhismo é uma realidade social e política e o seu reergimento se verificará passo a passo, simultaneamente, com a redemocratização do país».

— Você afirma que o PTB será um partido democrático internamente. Nesta semana, em Porto Alegre, Moniz Bandeira, outro articulador trabalhista, afirmou que o PTB não terá tendências. Será um partido definido programaticamente. Você concorda?

Se há acordo entre nós na estratégia, não há um pensamento comum sobre tudo. Moniz Bandeira tem o direito de defender tal posição. Eu discordo dela. Eu acho que o partido deve ter direito de tendências, mas não sei se a posição que defendo seria vitoriosa no partido.

— O trabalhismo, como você prega, não tende a social-democracia?

A realidade brasileira não admite rotulações europeias. As particularidades devem ser pesadas na hora da prática política. Aqui, por exemplo, o capital financeiro monopolista coexiste com bolsões semifeudais. Uma realidade desse tipo exige um estudo profundo, não da para rotular.

Haverá lugar para os socialistas?

— E a Tendência Socialista do MDB-RS? Ela também fala em, simultaneamente, conquistar a democracia e encaminhar a rearticulação partidária?

O MDB exaure-se na luta pela democracia. Ai e que se distingue do PTB. Este tem como objetivo estratégico a construção de uma sociedade socialista amanhã. O MDB não tem vida fora das eleições. O PTB também foi isso em outro momento. Agora, não é isso que queremos. O PTB existe subjacente em todo o país. A Tendência Socialista discorda, eu acho, de um partido desde logo. Acho que, no entanto, há possibilidade de trabalho comum em cima do patrimônio

histórico que o PTB possui, que são as reformas de base, a Carta Testamento de Getúlio Vargas.

— E a questão do nacionalismo que sempre foi o carro-chefe da ideologia do populismo trabalhista? O capitalismo brasileiro não seria impensável hoje sem o capital internacional?

— Este é um importante problema tático que tem que ser elaborado. Não teria condições de definir claramente esta questão agora, mas lhe asseguro que esta sendo examinada.

— O que você acha da proposta de um «partido popular, democrático e socialista», que buscava recuperar o vínculo popular do antigo trabalhismo, mas sem os vícios e erros do populismo, e que está sendo formulado por antigos trabalhistas e intelectuais?

— Existem sempre os «udenistas» que exauram sua postura no combate ao PTB «Ai vem o populismo», dizem eles.

Eu não posso dizer, grosso modo, que o PTB não tenha tido uma postura populista. Agora, a partir da Carta Testamento, o PTB passou a ter um conteúdo ideológico. Essa talvez seja a visão paulista do PTB. Aqui, o «populismo» do PTB desembocou com Brizola, na luta pela reforma agrária e na encampação de empresas estrangeiras. Enfim, pelas reformas de base. Isso deve ser distinguido. Seria na pior das hipóteses, um populismo em que as esquerdas estiveram engajadas. O «pacto social» que havia não era para manutenção das estruturas. É diferente do conjunto do PTB nacional.

(Entrevista a Raul Pont)

**Leia
CONTRA PONTO
CARA A CARA
CADERNOS DO PRESENTE**

Figueiredo como

O perfil do próximo governo, o de João Baptista Figueiredo, vai se delineando, como mais uma etapa d

1

O "pacote" sindical

As leis que o governo está preparando para controlar o crescente movimento operário.

Com a inspiradora ajuda dos patrões.

Passado o primeiro susto, governo e patrões se prepararam para enfrentar, na prática e através leis de repressão, o novo surto reivindicatório dos trabalhadores. Os patrões já formaram uma frente contra as comissões de fábrica, contra os contratos coletivos de trabalho e contra o direito de greve. Em todas as fábricas, lideranças e membros de comissões estão sendo demitidos. Ao mesmo tempo, os patrões já encaminharam ao governo sugestões para o enquadramento a longo prazo do movimento dos trabalhadores. Sugestões que em sua maioria o governo acatou.

A inadequação das leis que procuram reprimir o movimento operário, para um regime que precisou modificar sua maneira de dominar, é reconhecida hoje por governo e por patrões. Mas esse reconhecimento varia consideravelmente, à medida que se percorre de um extremo ao outro o vasto espectro da burguesia industrial e financeira, numa economia cada vez mais complexa e quantitativamente importante. Setores de empresas multinacionais, por exemplo, acreditam que o processo de mobilização operária é irreversível, e já se estão preparando para enfrentar a questão com as armas que tão bem conhecem. Para o diálogo, várias dessas empresas estão treinando «executivos» na arte da negociação. Para a força, estão submetendo a maior escrutínio político seus empregados. Todas as empresas, sistematicamente, estão demitindo aquelas lideranças que têm surgido em grande número em meio ao espontaneísmo do movimento operário. Exatamente porque acreditam que o novo movimento operário veio para ficar, as empresas procuram reforçar suas posições o mais possível e enfraquecer, também ao máximo as posições dos trabalhadores. Entre empresas médias e pequenas, mais tipicamente caboclas, sobrevive a ideia de que é possível manter a velha ordem praticamente intacta.

E essa a filosofia que vai predominar nas propostas que associações e sindicatos de empresários de vários lugares do País já estão encaminhando ao governo. E essa, em parte, a filosofia que inspira também os planos do próprio Governo para tentar enquadrar na lei tudo o que vem acontecendo na área operária. Apenas no caso do Governo, já funciona o know-how adquirido nas manobras de adaptação política do regime (Pacote de Abril, Lei Falcão), notando-se maior engenhosidade nos mecanismos de adaptação das leis, para que tudo fique, tanto quanto possível, como sempre esteve.

Os resultados das eleições, no entanto, mudaram de novo o quadro político do País principalmente no relativo à questão dos trabalhadores. O voto popular nunca teve no Brasil a carga ideológica e a procura de identificação com ideias e lideranças comprometidas com os interesses populares (ainda que às vezes apenas no nível de intenção), como aconteceu desta vez. Com essas presenças no Congresso, e com o término das ameaças de cassações e a devolução das garantias à magistratura, a batalha que o combalido Governo Figueiredo vai ter que travar no campo das questões salariais e sindicais será sem dúvida muito interessante.

Os atuais projetos que governo e patrões prepararam para tentar recompor o dique jurídico que represava, mas já não consegue segurar, o movimento operário, não respondem mais ao quadro político-parlamentar criado pela existência desse novo Congresso. Por outro lado, o fato de que, depois de tantos meses, governo e empresários chegaram a projetos muito semelhantes, sugere que o governo Figueiredo não será capaz de enviar ao Congresso algo muito diferente disso.

Na pior das hipóteses, as oposições parlamentares e lideranças sindicais podem e devem preparar-se para combater no Congresso a tentativa que o governo Figueiredo certamente vai fazer, de tentar enquadrar em leis repressivas o movimento operário. Na melhor das hipóteses, o governo Figueiredo se verá paralisado. Nesse caso, cabe ao movimento operário continuar fazendo, como tem feito nesses meses, as suas próprias leis, impondo a sua prática de negociação coletiva de apoio.

Bernardo Kucinski



Figueiredo: como controlar o crescimento do movimento operário, como a assembleia dos 30 mil metalúrgicos grevistas, em São Paulo?



Pouco antes de embarcar para o Peru, onde participaria de um Congresso Internacional de Ministros do Trabalho, Arnaldo Prieto assegurou que não haverá modificações na área trabalhista, sindical e de política salarial até o final do governo Geisel. Só com o novo Congresso e Figueiredo é que surgirá um «pacote» de medidas, destinadas a controlar o crescimento da movimentação dos trabalhadores, com reformulações na legislação vigente, à semelhança do Pacote de Abril, da Lei Falcão e instrumentos semelhantes. Mas as linhas gerais do projeto já estão configuradas, em certa medida.

A proposta dos patrões

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), representando o segmento patronal mais poderoso do País, já mandou ao Ministério do Trabalho as suas propostas de reformulação de leis que os recentes movimentos operários tornaram praticamente em letra-morta. Nas suas propostas, os patrões se dispõem a ceder em apenas três pontos:

1— Reconhecem que, com a taxa de inflação em torno dos 40% ao ano, não é possível manter salários reprimidos durante um ano inteiro e aceitam a ideia do reajuste semestral do salário (hoje o salário é reajustado oficialmente apenas uma vez por ano). Como alternativa, sugerem o reajuste de salário sempre que a inflação acumulada desde o reajuste anterior for superior a 20%.

2— Reconhecem que houve manipulação dos índices oficiais de reajuste salarial e propõem que no futuro esses índices sejam «calculados» de maneira «correta e irreprochável» pelo Conselho Nacional da Política Salarial.

3— Concordam em que seja elevada de 10 para 20% a multa sobre o depósito do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que o empregador paga em caso de demissão sem justa causa.

Em compensação, os patrões dizem que a estrutura sindical vigente «é a melhor, possível para o nosso estágio de desenvolvimento econômico» e que em suas linhas gerais «o atual ordenamento jurídico é o que melhor se enquadra no contexto sócio-econômico do País». A FIESP explicitamente apoia toda a legislação que regula a sistemática de reajustes salariais, a Lei 4.725, de 1965, que instituiu o índice salarial e o Decreto-Lei 15, de 1966, que tornou o uso desse índice obrigatório. Mais do que isso, além de defender a manutenção dessas leis, a FIESP defende a forma como elas foram aplicadas, apoiando «as linhas mestras da política salarial pós-1964».

A FIESP defende também a integral manutenção da Lei 5.107, de 1966, que eliminou a estabilidade no emprego, criando o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. A FIESP nega que as empresas pratiquem uma política deliberada de demissões de empregados para manter baixo o custo da mão-de-obra rotativa forçada, dizendo que, ao contrário, demissões são «necessárias» devido ao custo da mão-de-obra porque reduzem a produtividade e aumentam o desperdício de material, além de elevarem os encargos sociais. Os empresários dizem que a alta rotatividade «é provocada por

- necessidades de reduzir a produção;
- falta de aptidão do empregado ou seu próprio desejo de mudar de empresa;
- mau relacionamento com chefes ou colegas;
- adoção de técnicas mais modernas de produção pelas empresas, com menor necessidade de mão-de-obra e
- aposentadoria.

Os empresários, portanto, não negam a existência em si de altíssima instabilidade no emprego, relacionando mesmo todas as circunstâncias em que podem sumariamente demitir o empregado, e, na verdade, não abrem mão de mais essa margem de manobra adquirida após 1964, dispondo-se, mesmo, como se vê pelas poucas concessões feitas, a até pagar um pouquinho mais para manter esse direito de dispor do empregado como dispõe dos bens materiais da empresa. Querem que a instabilidade seja aceita de uma vez por todos como fenômeno natural.

As propostas mais «interessantes» da FIESP dizem respeito à Lei 4.330, de 1964, conhecida como Lei de Greve, cuja filosofia é a de tornar muito difícil, quase impossível mesmo, a deflagração de uma greve. A Lei estabelece ao mesmo tempo, punições severíssimas para os que tentem deflagrar a greve fora das suas próprias regras. O que os empresários sugerem é uma forma de enquadrar os atuais movimentos operários, e os contratos coletivos de trabalho, na lei 4.330 de forma que se tornem no futuro, de deflagração igualmente difícil.

O documento da FIESP diz textualmente que «O sistema, desde 1964, satisfaz inteiramente as necessidades coletivas, pois a limitação das greves é ditada pelo interesse da coletividade, pois repugna a consciência de todos a provocação de casos nos serviços essenciais só porque alguns têm interesse particular ou de grupos contrariados. «É importante observar como nessa altura a linguagem dos empresários se torna agressiva, e passa a falar em nome dos interesses da coletividade, que um pouco antes foram solenemente esquecidos, quando era defendido o direito patronal de despedir empregados sempre que assim o exigissem os interesses estritos de sua empresa».

Para enquadrar todo e qualquer movimento reivindicatório na atual legislação repressiva, os empresários sugerem modificações na lei 4.330, que sob a aparência de uma liberalização, na realidade torna a Lei ainda mais repressiva e mais abrangente. De fato, até recentemente só aqueles casos muito especiais de atrasos de pagamento e outros abusos (em geral por parte de empresas em situação pré-falimentar) tinham sendo enfrentados pelos operários e muito raramente) segundo o complicado rito da Lei 4.330. Os movimentos reivindicatórios normais da grande massa de trabalhadores acabaram rompendo o dique dessa Lei e ganhando existência própria. O que os patrões pedem ao governo, é que todo movimento reivindicatório volte ao dique da Lei 4.330, assim como da Lei 4.725, que trata dos dissídios coletivos. Com essa finalidade propõem:

1. Que uma das partes possa instaurar dissídio coletivo automaticamente antes da eclosão de greve, se julgar que é inviável a conciliação. Isso permitiria aos patrões enquadrar imediatamente os movimentos reivindicatórios no rigor da Lei.

2. Que, enquanto isso, se dificulte o deflagração da greve, fazendo com que:

a) a deliberação de greve seja tomada somente pelos empregados diretamente interessados, quando o conflito atingir mais de uma empresa;

b) seja aumentado o prazo mínimo de espera obrigatória dos empregados para a resposta dos empregadores às suas reclamações ou reivindicações;

3. Que haja mais rigor, abrangência e uniformidade nas punições contra greves ilegais. Para isso propõem:

a) Que seja considerada ilegal greve com objetivo de alterar qualquer condição constante de acordo ou convenção coletiva em vigor, a não ser por motivo de reajuste salarial após elevação de custo de vida acima de 20%.

b) Que seja reiterada a legislação atual, no sentido de que greve ilegal consista em justa causa para efeito de demissão do empregado.

c) Não sejam pagos os dias de greve, salvo quando a Justiça do Trabalho acolher integralmente as reivindicações dos trabalhadores.

d) Adequação do recente decreto anti-greve ao restante da legislação. Trata-se do Decreto-Lei 1632, baixado pelo presidente Geisel e aprovado recentemente pelo Congresso por decurso de prazo, e que proíbe greves em serviços públicos ou considerados essenciais estabelecendo penas severas para quem desobedecer. Os patrões, provavelmente, estão preocupados com o fato (que reconhecem) de que o Decreto-lei é inconstitucional: o direito de greve é reconhecido pelo artigo 165 da Constituição, exceto para os casos previstos num outro artigo, N° 162, que são os dos serviços públicos ou essenciais, a serem definidos por lei. Acontece que o presidente Geisel tentou definir a questão por Decreto-lei (peça de legislação que emana do Executivo e não do Legislativo), uma falha considerada essencial.

A proposta do governo

Como não poderia deixar de ser, as propostas do governo para modificação da legislação de greve e salarial inspiram-se diretamente em ideias como as da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Há, no entanto, pontos solados de divergência. Para melhor acompanhamento e compreensão, apresentamos o projeto do governo na mesma ordem (sempre que possível) do projeto dos patrões. A começar pelas concessões que os patrões se dispõem a fazer.

1— O que os patrões querem, na verdade, é oficializar as chamadas antecipações salariais, que há muitos anos as empresas já vêm concedendo aos empregados, sendo depois descontadas do aumento chamado «oficial». Com essa oficialização, os patrões esperam poder repassar o aumento no custo final de seus produtos, o que o Conselho Interministerial de Preços (CIP) só permite que seja feito por ocasião do reajuste oficial, e somente até o limite determinado pelo índice do governo. Como a intenção e o repasse, o governo não é favorável à ideia. Para os trabalhadores, essa mudança traria o benefício marginal de reconhecer um direito que atualmente fica no nível do favor (o direito de não ter seu salário comido pela inflação), além de estender a prática das antecipações a todas as empresas e regiões.

2— O governo ainda não reconhece que houve manipulação dos índices de inflação de 1973, apesar das abundantes provas em contrário, não reconhece, portanto, a necessidade de mudar o procedimento que vem sendo adotado, pelo qual, inclusive, os trabalhadores continuam desconhecendo como é calculado o fator mensal de reajuste salarial.

3— O governo reconhece o problema social da alta rotatividade exatamente assim, como um «problema», e não como resultado da perda de um direito («estabilidade») que por justiça precisaria ser reposto. Em outras palavras, a posição é a mesma da FIESP, mas o governo pretende desestimular a intensidade dessa prática de rotatividade forçada, ou aumentando de 10 para 20% a multa sobre o saldo em caso de demissão sem justa causa (exatamente como sugere a FIESP), ou, numa solução ligeiramente mais favorável ao empregado, tornando a multa progressiva, na base dos 2% ao mês por mês de emprego. Para um empregado demitido com um ano de casa, a diferença seria dos 20% (pela proposta da FIESP) para 24%, sobre o saldo devedor. Essas modificações na sistemática do FGTS poderão ser introduzidas ainda no governo Geisel, mas não é certo que isso aconteça.

Quanto ao essencial, ou seja, como combater legalmente o surto de reivindicações operárias, greves e contratos coletivos de trabalho, o governo concorda, basicamente, com o espírito das soluções propostas pela FIESP, ou seja, que se enquadre tudo o que acontece atualmente na Lei 4.330 (Lei de Greve) e na Lei 4.725 (do Dissídio Coletivo), mas difere da posição dos patrões (por enquanto), num ponto: a política salarial precisa ganhar mais flexibilidade, exatamente para que possa sobreviver.

Com a Lei 4.725, estabelecendo em 1965 o índice oficial para reajustes salariais os juizes do trabalho ainda retiveram certa margem de manobra para dar reajustes alguns pontos acima do índice. A Justiça do Trabalho tinha, portanto, algum poder normativo — mas esse poder foi eliminado um ano depois com o Decreto-Lei n° 15, que tornou obrigatório o uso do índice oficial. Atualmente, por exemplo, a Procuradoria do Estado é obrigada, por lei, a recorrer de toda sentença de juiz do Trabalho que sancione índices acima dos oficiais, se o acordo não contiver uma cláusula que comprometa o patrão a não repassar para os custos dos seus produtos nem um tostão a mais do índice oficial. Enquanto os patrões propõem a manutenção estrita do índice oficial, apenas fazendo com que ele seja «corretamente calculado», o governo acha que é preciso devolver à Justiça pelo menos uma pequena migalha do seu antigo poder normativo, senão seria difícil canalizar os movimentos reivindicatórios, pelo simples motivo de que não haveria o que negociar na Justiça. Nesse sentido o governo propõe:

a) Que seja extinta a obrigatoriedade de o procurador recorrer de acordo de juiz do Trabalho que conceda aumentos superiores aos índices oficiais, mas que

b) seja mantida a proibição de repasses de aumentos nos preços dos produtos, superiores aos índices oficiais e que

c) Continuem a ser publicados e usados como referência básica os índices oficiais. Como se vê, a divergência entre patrões e governo está em torno do repasse dos aumentos nos preços finais dos produtos. O governo como «natural» resiste porque nesse caso perdéria todo o poder de barganha sobre os empresários, que já é pequeno porque as grandes empresas podem ditar por os já se constituem em monopólios e oligopólios, e as pequenas estão praticamente liberadas desse tipo de controle, que só existe com rigor para alguns setores, como medicamentos ou empresa de porte médio. Desse impasse resulta uma situação curiosa e provisória, mesmo se for restabelecido algum poder normativo permanecem os índices oficiais que ao menos protegem as categorias menos organizadas. Teríamos, portanto, uma espécie de salário mínimo profissional, periodicamente reajustado «canta que mesquinamente», com ou sem os aumentos salariais conquistados por movimentos de reivindicação.

O governo pensaria também, em dar à Justiça do Trabalho poderes de auditoria em empresas sob dissídio, com a finalidade de verificar se podem ou não dar os aumentos superiores aos do índice oficial. Essa ideia, é claro, seria derrubada pelos empresários, que não admitem esse tipo de auditoria e talvez tenha mesmo sido colocada pela burocracia estatal só para efeito de barganha.

Com relação à Lei de Greve, e como enquadrar nela os atuais movimentos, o governo está de pleno acordo com os patrões e, na verdade, já tem algumas soluções mais avançadas (mais que as da própria FIESP). Além de concordar com o ponto (1), que joga todos os movimentos para a vala comum dos dissídios o governo propõe:

2— Que se dificulte a eclosão da greve, fazendo com que: a) A greve seja deflagrada não pela categoria profissional como um todo, mas pela empresa diretamente afetada, ou por grupos pequenos de empresas, de forma a enfraquecer o movimento reivindicatório e fragmentá-lo. No caso dos metalúrgicos de São Paulo, por exemplo, seriam encaminhados vários dissídios coletivos para certos sub-setores, e não um único grande dissídio coletivo, envolvendo diretamente, como foi o caso 250 mil trabalhadores, e indiretamente, talvez 400 mil. Numa primeira etapa, o governo tentaria uma modificação legal, que permitisse a um único sindicato veicular separadamente esses vários dissídios. Numa segunda etapa, o governo gostaria de fragmentar a própria estrutura sindical, quebrando em categorias menores, os atuais sindicatos de grande porte. Por outro lado, os núcleos mais modernos da indústria, em que uma fábrica, isoladamente, desenvolve espírito de luta e solidariedade, facilitados pela própria concentração dos operários no mesmo local de trabalho (a indústria automotobilística é o caso típico), seriam forçados a se dissolver, como categorias, em um conjunto maior de operários, mas que contivesse grande número de trabalhadores dispersos e de difícil conscientização e mobilização (essas soluções parecem uma espécie de «pacote de abril» para o movimento sindical, pelo menos em seu espírito de dar mais peso aos setores mais atrasados do movimento operário).

b) que seja aumentado de 5 para 20 dias o prazo obrigatório de que gozam os patrões para responder às reivindicações dos trabalhadores, antes da deflagração da greve.

c) a deliberação de greve seja tomada pela maioria absoluta dos sindicalizados diretamente envolvidos e não pela maioria simples (ou seja metade dos presentes mais um) como permite a lei atualmente.

O governo não parece preocupado com os itens finais da proposta dos patrões, porque todos eles já fazem parte da lei e a intenção dos empresários, no caso, foi apenas reforçar sua própria posição e poder de dissuasão frente a um movimento de trabalhadores (como é o caso do não pagamento dos dias de greve), ou mesmo seu poder de negociação caso a greve mesmo assim ecloda. O governo, obviamente também não reconhece que o Decreto-lei 1632 é inconstitucional.

manda o figurino

e «pacotes» autoritários e antipopulares para os sindicatos, a agricultura a segurança nacional e a concentração de renda.

2

Na agricultura, um manequim desastroso

A se acreditar nas palavras do próprio general Figueiredo, a agricultura será o carro-chefe da economia brasileira. O maquinista terá poderes de um superministro, com a tarefa básica de aprofundar a introdução do capitalismo no campo. Ênfase nas culturas voltadas para a exportação, visando amenizar a dívida externa; cautela ao tratar da possibilidade da reforma agrária; e expansão da fronteira agrícola. São alguns dos ingredientes do modelo do futuro presidente. Os resultados não são difíceis de prever: aumento do desemprego no campo, êxodo rural, inchaço das cidades, avanço do desemprego e do subemprego nos centros urbanos, deterioração da qualidade de vida, multiplicação dos bóias-frias, entre outras.

Ricardo Bueno

Deu no jornal «Uma ideia se espalha por Nova Iorque» a de fabricar manequins de vitrina tão bonitas quanto as de passarela e tão reais quanto as mulheres mais elegantes, para substituir as bonecas sem vida criadas dez anos atrás.

Com pequenas adaptações, é possível afirmar que é isso o que o futuro presidente, general João Baptista Figueiredo, pretende fazer com o modelo agrícola brasileiro. Examinando cuidadosamente as declarações dispersas (e não muito brilhantes) do general, mata-se a charada, o que ele quer e embelezar o modelo de modernização agrícola, tornando ainda mais profunda e disseminada a introdução do capitalismo no campo.

Essa alusão, a se acreditar nas palavras do general Figueiredo, será prioridade n.º 1 do próximo Governo. A agricultura será o carro-chefe da economia e quem ocupar essa pasta deverá ter a tarefa básica de aprofundar a introdução do capitalismo no campo. E o general Figueiredo chegou a declarar que «o setor agrícola deve ter mais importância do que o combate à inflação, pois a própria agricultura pode combater a inflação». Uma tese que o atual ministro da Fazenda, Mario Henrique Simonsen, certamente não aceita, como demonstrou tantas vezes na prática, ao dar preferência ao ataque fracassado à inflação.

O general Figueiredo não tem primado (para dizer o mínimo) pela clareza, concisão e coerência em suas declarações. Mas de sua retórica tortuosa e claudicante já surgiram alguns sinais de como será o «modelo agrícola». Vamos ver, ponto por ponto.

Modernização acelerada

O perverso modelo de modernização agrícola, que acelerou a brutal concentração da propriedade da terra, deverá ser aprofundado. O general Figueiredo pretende, como já afirmou várias vezes, dar tração apoio as grandes empresas agrícolas. Traduzindo: tomar os latifúndios (que atualmente tem mais de 50% de suas áreas sem utilização) mais produtivos, mais «eficientes», mais capitalistas. É evidente que os latifundiários procurarão se dedicar às culturas mais rentáveis, o que provavelmente será sinônimo de culturas de exportação. Através dessas culturas de exportação o Governo pretende obter superávits na balança comercial e tentar «segurar» um pouco o crescimento da dívida externa.

O general Figueiredo não esconde sua admiração pela agricultura americana, pois os «irmãos» do Norte, «sem desprezar a genética e o «cap», químico-biológico, acrescentaram a esses fatores o «cap» a mecânico. Talvez se encontrem nos Estados Unidos a agropecuária mais mecanizada do mundo». E completando: «As perspectivas para o Brasil indicam a conveniência de capitalizarmos a nossa agropecuária com insumos químicos-biológicos, adicionando-lhe os instrumentos mecânicos adequados».

Como o Brasil não é parecido com os Estados Unidos, a estratégia do general Figueiredo deverá ser um desastre. Basta lembrar que nos EUA há falta de mão-de-obra no campo. No Brasil há sobra. Basta lembrar que no Brasil há escassez de capital. Nos EUA sobra. Como o irmão do Sul é totalmente diferente do irmão do Norte, os resultados da modernização também serão diferentes: aumento do desemprego no campo, êxodo rural, inchaço das cidades, avanço do desemprego e do subemprego nos centros urbanos, deterioração da qualidade de vida, multiplicação dos bóias-frias etc. E, em detalhes que o general Figueiredo está esquecendo: nos EUA a modernização foi feita com base em pequenas e médias propriedades. No Brasil, quer fazer-se o mesmo premiando as grandes propriedades. A não ser que o general Figueiredo esteja pensando em redistribuir a terra, para tornar menos perversa sua estratégia de modernização. Está? Não.

Reforma agrária

Quando se fala em reforma agrária o general Figueiredo mostra-se cautelossíssimo. «A reforma agrária é um capítulo à parte. Depende. Aquelas áreas produtoras não. Aquelas que não são produtoras talvez possam ser utilizadas», afirmou numa visita que fez a Minas Gerais há uns três meses. Posteriormente, Figueiredo afirmou que em seu governo pretende implantar grupos de trabalho em cada Estado para tratar da reforma agrária, «pois quem está trabalhando a terra tem direito a ela».

O que concluir? Figueiredo pretende dar continuidade à política do atual governo, que só redistribui terras em áreas em que a tensão social já atingiu níveis quentíssimos. «Reformas agrárias» em miniatura, em áreas pequenas e só em casos extremos. Enfim reformas que nem de longe contrabalançam o avanço do processo de concentração. Apenas tentar jogar areia nos olhos de quem acha que as coisas no campo não vão muito bem.

Fronteira agrícola

Em lugar de redistribuir terras, tudo indica que o governo Figueiredo vai mesmo e tentar colocar mais terras no circuito produtivo. Modernizando os latifúndios. Mas, não apenas assim: expandindo a fronteira agrícola. Uma tática já tentada (com péssimos resultados) no governo Médici, que em vez de realizar a reforma agrária no Nordeste, transferiu agricultores dessa região para a Amazônia. O general Figueiredo ao que parece vai embarcar na mesma canoa. Num discurso no Instituto Agronômico de Campinas, nos primeiros dias de novembro, disse: «Naturalmente, o aumento substancial da produção agropecuária pode ser obtido pelo aumento das áreas plantadas. Pela incorporação ao sistema produtivo de vastas parcelas de terras virgens, ainda existentes».



Um assessor do general Figueiredo deu mais detalhes, observando que ao Centro-Oeste será dispensado as maiores atenções no próximo governo. Será montado, inclusive, um sistema de incentivos especiais para os produtores do Brasil Central e para aqueles interessados em implantar negócios na região (as «modernas empresas agrícolas»). Como o grosso das terras de Mato Grosso já está nas mãos de fazendeiros e especuladores de São Paulo, é fácil adivinhar quem sairá ganhando com a expansão da fronteira agrícola. Talvez o general Figueiredo sonhe em transferir para os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, expulsos de outras áreas. E o caso de se perguntar: em que terras? Nas dos grandes latifundiários paulistas? O general parece estar esquecendo (mais uma vez) que a concentração da propriedade da terra no Centro-Oeste também já é brutal e que não há mais lugar para os pequenos nem da própria região, que de lá estão sendo expulsos. Logo, seu sonho de dar terras aos pequenos na nova fronteira agrícola provavelmente não passará de um sonho mesmo.

Mercado interno

Mas, nem só de culturas de exportação pode viver a agricultura brasileira. Há que alimentar a população (pelo menos a parte dela que tem renda para comprar alimentos e não vive em condições de miséria quase absoluta). Figueiredo vive falando em baratear os alimentos mais consumidos nos centros urbanos. Logo, haveria um lugar também para os pequenos produtores em sua estratégia de modernização (pelo menos para os que não forem expulsos do campo nos próximos anos). Afinal, são os pequenos que abastecem o mercado interno. Eles possivelmente receberiam mais crédito do que agora para plantar e o governo investiria em infra-estrutura (estradas vicinais, armazéns etc) para facilitar o escoamento das safras. Assim, o governo desejaria evitar perdas das safras e facilitar sua chegada aos centros urbanos.

Mas essa é uma estratégia tola para baratear os alimentos. Uma estratégia digna desse nome teria que incluir pelo menos:

a) Redistribuição da renda para criar um mercado mais amplo para os alimentos populares e evitar que safras sejam jogadas fora, como está acontecendo agora com o leite e já aconteceu em anos anteriores com a cebola, o tomate, a batata etc.

b) Eliminar a interferência nefasta dos «tubarões», ou seja, os grandes intermediários que compram as safras dos pequenos agricultores a preços aviltados e vendem a preços escorchantes nos centros urbanos.

c) E principalmente dar muita segurança ao pequeno produtor, aumentando suas chances de acesso à terra (via reforma agrária) e comprando suas safras a preços compensadores através de órgãos do governo. Só assim seria possível atenuar a contínua expulsão dos pequenos produtores do campo.

Enfim, o modelo do general Figueiredo não promete nada de novo em relação ao que está aí. A tática é velha: «mudar» tudo na aparência para que tudo continue na mesma. Essa a realidade, que a pomposa retórica oficial tentará certamente esconder.

3

O embrulho da insegurança

Com absoluta certeza, a nova Lei de Segurança Nacional aprovada esta semana no Congresso, por decurso de prazo, dará ao governo Figueiredo mais instrumentos para perseguir implacavelmente os opositores do regime militar. Penas menores, para prisões em massa, possibilidade de apreensão de publicações e manutenção de vários princípios vigentes na lei anterior, são alguns dos aspectos do «pacote» para a área de segurança nacional.

Luiz Eduardo Greenhalg

Acaba de ser aprovada a «nova» Lei de Segurança Nacional que entrará em vigor em janeiro próximo.

Os jornais e revistas da chamada grande imprensa, de um modo geral, foram favoráveis nas apreciações do projeto chegando até a listar a situação jurídica de cada preso político brasileiro a ser «beneficiado».

Houve quem chegou ao cúmulo de afirmar que a nova lei seria uma «amnistia disfarçada» pois muita gente sairia dos cárceres políticos, etc.

Os parlamentares dos dois partidos se agitaram em sugerir emendas que «aperfeiçoavam» o projeto original. Nessas emendas somente as do grupo «autêntico» que atentavam para os verdadeiros problemas: a filosofia da lei.

Ja na exposição de motivos, o ministro Armando Falcão resumia em treze itens as modificações no projeto enviado. E já os estudiosos da matéria vislumbraram que a Doutrina de Segurança Nacional, ceceadora das mínimas possibilidades de atuação política, estava mantida integralmente.

A essência da nova lei seguia a essência das reformas políticas pretendidas pelo Governo: mudar a forma para manter o conteúdo. Reformar para se manter. Enganar para continuar.

O ministro da Justiça acentuava o abrandamento geral das penas justificando-o como necessário para que houvesse maior possibilidade de aplicação da lei. Isto significa a preferência das condenações massivas ao invés das qualitativas.

A custódia do preso também mereceu destaque, com a redução do prazo de incomunicabilidade e a garantia de verificação da integridade física do detido. Ao invés de 10 dias reduziu-se para oito a incomunicabilidade. E a defesa adquiriu o direito de pedir ao encarregado do inquerito exame médico sobre seu cliente. Mas com médicos indicados pelos delegados da polícia política, e certamente da confiança deles. Evidentemente.

Como se vê o propalado abrandamento de rigor da futura lei em nada garante a integridade física do detido. A o contrário a manutenção desses princípios são de molde a nos indicar como a canção, que tudo será como antes, amanhã.

Além disso, aproveitou-se o Governo para expandir seus poderes em alguns campos.

A nova lei dá direito ao ministro da Justiça de determinar a apreensão de livros, jornais, revistas, boletins, panfletos, filmes que constituam, ou possam vir a constituir, meios de perpetração de riscos para a segurança nacional. Tudo de acordo com a opinião pessoal do ocupante da pasta de justiça. Evidentemente. Como se vê a arbitrariedade, o casuismo, como diria Ulisses Guimarães, não só foram consolidados na nova lei como seus limites foram expandidos.

Outra questão que merece destaque é o procedimento da comunicação à Justiça Militar da prisão. Contrariando, como de costume, a própria Constituição vigente, que determina seja a prisão, comunicada ao Poder Judiciário competente tão

logo seja efetivada, a nova lei inova com a chamada «comunicação reservada» que é uma comunicação clandestina ou seja, uma não-comunicação. A dita comunicação reservada é filha do Decreto-Secretó. Imaginem o desespero dos familiares e dos advogados que tomando conhecimento da prisão por motivos políticos de um cidadão se dirigem às Auditorias Militares e não adquirem a certeza da prisão em função de que sua comunicação é reservada, isto é, não publica.

Estes são alguns pontos que indicam com absoluta certeza que a nova lei foi proposta para, de um lado, tentar enganar a maioria da população brasileira na grande encaenação das reformas e de outro para mostrar que os opositores do regime militar vão ser implacavelmente perseguidos em maior quantidade do que até agora temos presenciado.

Estes fatos servem também para que os setores conscientes e democráticos da nação possam projetar o que, o Governo de Figueiredo, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações poderia fazer, agora em seis anos, com todos aqueles que tiverem a dignidade e a coragem de se opor às aberturas pretendidas. Por tudo isso é que exatamente os setores democráticos e conscientes devem se unir, como já estão fazendo, no repúdio total a nova de segurança nacional.

A Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil as Comissões de Justiça e Paz, a imprensa independente, os parlamentares populares, o movimento estudantil, os sindicatos combativos e autênticos, as oposições sindicais consequentes e, principalmente, os movimentos pela anistia não devem cessar na luta contra a doutrina de segurança nacional, consubstanciada na atual e na futura lei de segurança até que as leis de nosso país tenham o requisito básico da legitimidade popular garantidas do controle de aplicação pelo Legislativo e pelo Judiciário, tirando, assim, o cidadão da permanente ameaça de interpretação de seus atos, arbitrariamente como subversivos. Se não houver essa união, o regime militar vai ficando, por decurso de prazo.

Além, a comissão de advogados reunida no Congresso Nacional pela Anistia, já apelou para que todas as associações civis e profissionais venham a se juntar a essa luta democrática a luta, contra os atos e leis de exceção-promovendo campanhas de esclarecimento público sobre o perigos dessa legislação para todo cidadão brasileiro. Somente a mobilização popular pode dar uma resposta ao regime militar.

E por isso que os movimentos de anistia, que conhecem de perto os sequestros, as torturas, as cassações os desaparecimentos, as mortes os flagelos do exílio não se iludem nem jamais se iludiram, com as reformas anunciadas pelo Governo.

A luta que desmascara qualquer proposta de retorno a normalidade democrática com efetivas garantias, é a luta pela conquista da Anistia ampla geral e irrestrita como requisito prévio de qualquer modificação institucional.

4

Os óculos distorcidos do governo

O pacote para conter a inflação é o prenúncio de que o Figueiredo espera poder contar com a «casa em ordem» para administrar o país em tranqüilidade.

Eduardo Matarazzo Suplicy

Os homens que estão no Palácio do Planalto e aqueles que virão não conseguem enxergar a realidade nacional, a não ser sob a ótica distorcida dos que vestiram um óculos denominado «pacote de abril».

Por essa razão o novo presidente pode declarar-se «satisfeito» com o resultado das eleições de 15 de novembro, apesar de o número de eleitores que em todo o Brasil votaram no partido governamental tenha sido vergonhoso para qualquer governo que aspire estar atendendo as aspirações populares.

Um governo cujo partido só consegue se manter no poder a custa de expedientes autoritários também procura informar mal o público a respeito da evolução econômica do País para tentar levar adiante a aplicação de diretrizes econômico-financeiras que tem se mostrado adequadas mais para atender interesses de alguns do que os interesses de bem-estar da maioria da população.

Um exemplo de má informação e análise foi expressa na semana passada pelo presidente Ernesto Geisel, por ocasião da abertura do 2º Congresso Brasileiro da Indústria Eletro-Eletrônica, quando afirmou que «a distribuição da renda em nosso País não é tão precária quanto se alardeia por aí». «O desenvolvimento industrial não criou essa concentração da renda que hoje nos acusam e que decorre de uma interpretação nem sempre correta de dados do recenseamento de 1970».

Para comprovar o que disse, o presidente Ernesto Geisel citou o aumento do volume de vendas de aparelhos elétricos e eletrônicos de 1966 a 1977, que passaram, respectivamente, de 2 milhões e 900 mil para 12 milhões e 600 mil unidades. Segundo o presidente, «esses aparelhos, evidentemente foram vendidos à população. Significa que a população dispôs de recursos e de renda para aquisição desses aparelhos e passou a usufruir de melhor bem-estar».

Ainda que a venda maior de aparelhos elétricos e eletrônicos possam representar uma melhoria significativa de bem-estar para muitos, isso não significa melhoria de distribuição a renda em 1976, segundo os dados que o Governo ainda não divulgou oficialmente referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 1976, estava mais concentrada naquele ano do que em 1970 ou do que em 1960.

O PNAD-1976, segundo os dados divulgados pelo economista José Serra em artigo na «Folha de S. Paulo» em 4 de junho de 1976, e pelo economista Pedro Sampaio Malan em conferência realizada em 2 de agosto passado na Escola Superior de Guerra, indica que os 5% mais ricos na população economicamente ativa detinham em 1976 39% da renda nacional. A fatia dos 5% mais ricos aumentou substancialmente pois, em 1960, segundo o Censo do IBGE, era de 27,7% e, em 1970, de 34,9%.

A PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS SETORES NA RENDA INTERNA (%)

Ramos de atividade	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975 (a)	1976 (a)	1977 (a)
1. Agricultura	15,9	13,3	12,8	11,7	11,1	10,2	10,7	10,4	11,0	11,2	10,5	10,7	12,2
2. Indústria	32,5	33,5	32,5	34,7	35,8	36,3	36,2	37,3	38,1	39,8	39,4	38,4	36,7
3. Serviços	51,6	53,2	54,7	53,6	53,1	53,5	53,1	52,3	50,9	49,0	50,1	50,9	51,1
a. Comércio	15,1	15,2	14,8	15,3	15,5	15,7	15,8	15,9	16,1	16,3	15,9	15,7	15,3
b. Inter. finan.	4,4	5,0	5,1	5,0	5,6	5,8	6,2	6,4	6,5	6,2	6,9	8,3	8,9
c. Transp. comunic.	6,2	5,5	6,0	5,6	5,4	5,2	5,0	5,1	5,2	5,1	5,1	5,2	5,3
d. Governo	8,5	8,9	9,3	8,9	8,7	9,1	9,1	8,8	8,2	7,6	8,0	8,1	7,4
e. Aluguéis	7,0	7,9	9,1	8,9	8,2	8,1	7,9	7,4	6,9	6,2	6,8	6,5	7,3
f. Outros serviços	10,4	10,7	10,4	9,9	9,7	9,6	9,1	8,7	8,0	7,6	7,2	7,1	7,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

(a) dados preliminares. Fonte: Centro de Contas Nacionais e Centro de Estudos Fiscais — Conjuntura Econômica.

Fantasma de Brizola ronda os quartéis

Os militares não estão dispostos a tapar o sol com a peneira e sabem que a oposição sensibilizou parte considerável da opinião pública. Uma ação agora contra o Brizola teria apenas o efeito de acirrar os ânimos.

«O que vai acontecer com Brizola quando ele voltar? Mas vai ser preso, claro».

A resposta dos porta-vozes militares quando colocados diante da questão e invariavelmente essa, acompanhada da seguinte explicação: «Vai ser preso para responder na Justiça pelos crimes que e acusado».

É a posição oficial sobre o assunto, repetida na falta de outra. Não é propriamente uma posição das Forças Armadas, mas a repetição de que já foi dito por porta-vozes da Presidência da República. Pelo menos em Brasília, a anunciada volta de Brizola não empolga o dia-dia da burocracia dos Ministérios ou do Quartel General. Os militares preferem fazer crer que embora não estejam alheios ao assunto, cabe ao Palácio do Planalto decidir-lo. E se não se arriscam a uma posição mais definida e porque há rumores de que o Palácio ainda não se arriscou, igualmente a dar a última palavra.

Segundo todos os dados disponíveis, o Palácio preferiria negociar com Brizola. A sua volta, sem problemas, estaria condicionada ao seu (bom) comportamento. É difícil saber o que isso quer dizer exatamente. O que significaria ser bem comportado politicamente, no momento? No caso de Brizola, isso quereria dizer que ele deveria velar para que o eventual partido que viesse a organizar no Brasil se mantivesse dentro dos limites das reivindicações econômicas — das lutas pela melhoria dos salários. Esse partido, na sua forma trabalhista, representaria o socialismo tal como é visto e tolerado no Palácio do Planalto, ou seja, um socialismo sem socialização, que não proponha a socialização dos meios de produção.

Mas também esse socialismo a «sueca», como se diz, encontra também raros

partidários entre os militares, porque, mesmo afastada a conotação «marxista», acredita-se nesses meios que ainda assim seria «uma porta aberta ao comunismo».

Durante esses últimos 14 anos, o socialismo tem sido discutido nas Forças Armadas mais como artigo de fé do que como problema social. Não nos cabe discutir aqui as razões disso. Mas se compreende porque mesmo um «socialismo a sueca» desperte os maiores receios de «uma volta aos tempos tumultuosos de 1964». De uma maneira geral, os militares não acreditam que Brizola pudesse voltar «bem comportado». «Você acha que ele ia querer ficar na janela, olhando a banda passar?», me pergunta um coronel.

Nesse sentido, a opinião mais comum do pessoal que serve nos Ministérios em Brasília e a de que a empreitada do Palácio do Planalto para trazer Brizola de volta e no mínimo muito arriscada, podendo abrir um flanco permanente de agitação social. E os militares, não custa repetir, vêem a sociedade como um todo naturalmente sem divergência, no qual as forças em presença têm uma índole pacífica. São os agitadores de toda a ordem que perturbam esta harmonia original. É preciso dizer que Leonel Brizola tem alguma coisa com isto?

Um segundo aspecto do problema se esconde por trás de afirmações como essa de um oficial: «Brizola vai voltar acompanhado de cinco jornalistas ameri-

canos? Ótimo, assim saberemos quem é que é bom brasileiro e quem é mau brasileiro».

Os maus, naturalmente, estariam do lado de Brizola. Não propriamente, no caso, por serem de esquerda. Mas porque estariam fazendo, com Brizola, o jogo de uma nação inimiga, no caso, os Estados Unidos.

Essa versão circulou durante algum tempo nos quartéis. Brizola, segundo ela, viria ao Brasil ajudado pelo presidente Carter e em troca seria o interlocutor compreensivo dos norte-americanos para liderar uma política sindical bem comportada. Durante o último período de sua estada no Brasil, o embaixador Crimmins não escondia a preocupação dos Estados

Unidos pelos rumos da política sindical brasileira. Falava disso abertamente aos jornalistas. Daí para se ligar Brizola, asilado nos Estados Unidos, a mesma corrente, não é muito difícil.

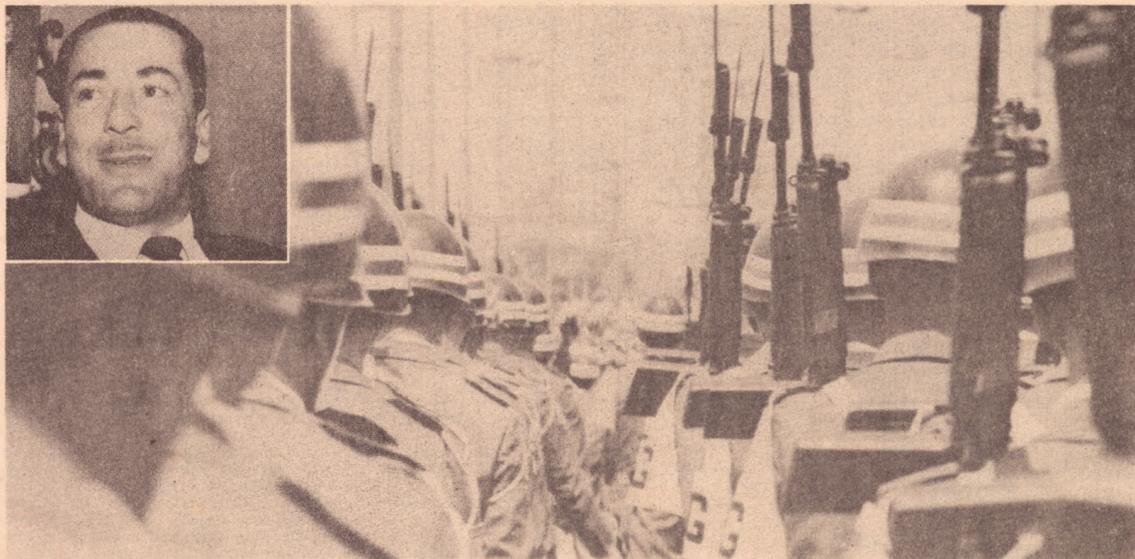
Aliás, dependendo da importância da fonte e mesmo fácil fazer circular qualquer boato em Brasília.

O certo é que se disse nos quartéis que Brizola poderia estar vinculado a uma política norte-americana de desestabilização do Governo brasileiro. Uma versão que não tem dificuldades também de encontrar eco nas tropas porque Brizola e, de alguma maneira para os militares, a lembrança viva de uma política que se combateu em 1964, e em, consequência, o seu exílio e a prova de que «a revolução continua».

E também por isto que a volta provoca sentimentos contraditórios: uns acham que a revolução já acabou e nesse caso Brizola tem mesmo o que voltar e pagar pelos pecados que lhe atribuem. Para outros — e eles têm peso determinante — a revolução continua e melhor faria Brizola se ficasse fora do país.

De qualquer maneira, tudo isso são opiniões individuais. Nas Forças Armadas elas não fazem naturalmente uma decisão. São os ministros ou ainda o Alto Comando do Exército que deveriam decidir um assunto político. E aí não, ao que tudo indica, uma decisão tomada. É possível que a volta de Brizola não se transforme em nenhum caso especial. Os resultados das últimas eleições não são indiferentes a isso. Os militares, como já disse, não estão preocupados em tapar o sol com a peneira e sabem que a oposição sensibilizou uma parte considerável da opinião pública. Uma ação contra Brizola, no momento, teria apenas o efeito de acirrar os ânimos.

Antônio Belluco Marra



Sérgio dos Santos, Geraldo Siqueira, Marco Aurélio Ribeiro, Eduardo Suplicy:

MARINHEIROS DE PRIMEIRA VIAGEM

Assembléia Legislativa de São Paulo terá 10 novos deputados comprometidos com os interesses populares. Que poderão fazer?

E agora, o que é que devem fazer os 10 candidatos populares que se elegeram para a Assembléia Legislativa de São Paulo?

A resposta ainda não existe de forma definitiva, até porque estes novos deputados são marinheiros de primeira viagem e terão muito a aprender com a própria experiência parlamentar. Contudo, tanto um rápido balanço do que foi a campanha destes parlamentares como a revelação de suas preocupações pós-eleições, são um bom indicativo de que há algo de novo na esfera parlamentar.

A própria maneira pela qual estes novos parlamentares se elegeram indica que eles partiram de pontos diferentes. Enquanto Eduardo Suplicy se elegeu pela penetração do seu nome na opinião pública graças à sua atuação jornalística e às críticas que fez ao modelo

econômico brasileiro, Sérgio dos Santos chega à Assembléia em consequência de um longo trabalho de base numa só área — Freguesia do Ó, onde conquistou quase 16 mil votos. Já Geraldo Siqueira se elegeu a partir de uma campanha sem fortes redutos, mas pequenas bases espalhadas e desenvolvidas em São Paulo. Marco Aurélio Ribeiro tinha uma base localizada no movimento dos «loteamentos clandestinos» mas obteve votação em praticamente todo o Estado.

Todos têm pontos em comum e devem formar na Assembléia um bloco que se preocupe tanto com a organização popular como com a atuação parlamentar propriamente dita, inclusive com os destinos do MDB.

Sérgio:
«Agora é fazer um trabalho muito ligado ao pessoal da periferia»

Geraldo:
«Acho fundamental a formação de um bloco dos parlamentares populares».

Marco Aurélio:
«O Parlamento vai servir principalmente como uma tribuna de denúncia».

Suplicy:
«Devemos batalhar pela democratização efetiva e imediata».



O diretorio do MDB na Freguesia do Ó em São Paulo representa uma experiência sui generis. É um dos poucos onde o trabalho político não é realizado apenas em época de eleições, além de ter se constituído num instrumento de organização das camadas populares que moram na área.

Como consequência desse trabalho, o diretorio elegeu

Sérgio dos Santos, que agora faz novas propostas para avançar mais ainda no nível de organização da população dos bairros próximos. Sérgio fala a EM TEMPO.

A minha campanha surgiu como necessidade do trabalho anterior. Não houve interrupção do processo para participar das eleições. Travamos uma luta de oposição em um determinado momento. Daí porque os moradores militantes do diretorio acharam importante participar com um candidato próprio do processo eleitoral. O resultado foi bastante animador, com o surgimento de gente nova e companheiros que estavam adormecidos e que despertaram. Na campanha, sempre levei uma mensagem de «Comissões de Moradores, de fortalecimento do Movimento de Custo de Vida, da organização sindical e de continuidade da luta».

Bom, quanto a minha atuação como parlamentar, estarei permanentemente em contato com os grupos existentes nos bairros. Não sou eu, mas o Diretorio da Freguesia do Ó, que é uma entidade política. Procuraremos fazer um trabalho combinado: inclusive fora da Freguesia já marcamos reuniões com lideranças que participaram da campanha para estabelecer um programa de ação inicial. Nestes lugares da periferia, há interesse em formação de Comissões de Moradores pelo fato de as Sociedades de Amigos do Bairro estarem sendo manobradas pela administração regional, que é um órgão do Poder Executivo Municipal.

Agora a perspectiva é fazer um trabalho muito ligado ao pessoal da periferia. Aqui na região a ideia é fazer um levantamento da situação urbana. Pensamos até em realizar uma assembleia popular ampla organizada pelos representantes das vilas e dos bairros, que vai do Perus à Casa Verde, para discutirmos nossos problemas. Tais como transportes, esgotos, moradia, saúde, etc. Esta é uma ideia que vem crescendo entre os moradores e é ideia nossa não ficarmos apenas nas reivindicações pingadas.

Enquanto parlamentar de oposição, a minha primeira bandeira e a luta pela conquista da democracia. Nessa eleição teve uma característica diferente, pois boa parte dos parlamentares eleitos para a Câmara ou Assembleia são representantes, têm um trabalho de oposição e um passado de luta. Isto vai pesar no MDB. Vão existir dificuldades para uma atuação deste bloco novo, mas vai ser muito mais fácil, porque já nas eleições houve uma coincidência nos programas de uma série de parlamentares que foram eleitos. Temos uma linguagem comum e isto vai solidificar a nossa atuação.



Ex-diretor e um dos reorganizadores do DCE-Livre Alexandre Vanucci, Geraldo Siqueira, (Geraldinho) era visto antes dos resultados das eleições como um candidato com bases fundamentalmente estudantis. Durante a sua campanha, contudo, esta tendência foi revertida e ele conseguiu penetrar em áreas da periferia de São Paulo. Agora sua preocupação é:

como dar continuidade ao trabalho, e sobretudo como manter o seu comitê organizado, a fim de estimular a organização nos bairros populares e ter um controle da sua própria atuação parlamentar. Eis o seu depoimento:

Minha votação não teve um ponto de estouro e embora dois terços dela tenham vindo da Capital, não cheguei a ter um reduto. Estivemos entre os 10 primeiros em bairros da classe média, como Indianópolis, Jabaquara e outros, mas também na periferia, como em Brasília, Jardim São Luis, Campo Limpo, Pirituba, São Bernardo, Santo André e outros. Naturalmente, fui melhor votado onde já existia um trabalho anterior, embora a minha explicação política em áreas onde antes não tinha penetrado também tenha favorecido. E creio que isto aconteceu porque não fiz campanha apenas com slogans gerais, mas com uma visão política bastante explicitada, centrada no combate ao regime militar.

Creio que é fundamental manter organizado o meu comitê, este entendido como as forças que participaram da campanha e que necessitaram de uma coordenação, composta de representantes das várias frentes de trabalho organizado e que vai procurar levar um trabalho de massas combinado com a atuação parlamentar. Não podemos ter a visão de que trabalho no parlamento passará a ser a coordenação das várias frentes localizadas, pois estas necessitam de uma autonomia própria, ao tempo em que devem ter também um controle da atuação no parlamento que é uma das frentes contra a ditadura.

Alem desta via, haverá a mobilização de massas, que não pode ficar restrita a qualquer limitação legal. E a tarefa da coordenação do comitê seria fazer a ligação do parlamentar com o movimento de massas; pois o parlamentar e representante de uma força política, uma corrente, e como representante desta força terá o papel de polarizar com suas posições, tanto no parlamento como na sociedade.

Por outro lado, acho fundamental a formação de um bloco dos parlamentares populares, tanto para fazer avançar a organização nas fabricas e nos bairros, como para a atuação parlamentar propriamente dita. É necessário somar as forças de diferentes campanhas, que mesmo com todas as diferenças existentes estão todas elas comprometidas com as organizações populares. Uma das ideias em curso e a realização de uma assembleia destes comitês, que me parece deve ser ativa da como um primeiro passo.



Marco Aurélio Ribeiro, advogado, trabalhou junto as posições sindicais metalúrgicas de São Paulo, São Caetano e Campinas, entre outras. Destacou-se pela participação na luta dos moradores em «loteamentos clandestinos» e agora, eleito deputado estadual, preocupa-se com a organização popular e com o fortalecimento dos diretorios do MDB. Seu depoimento:

O trabalho que permitiu a minha eleição foi fundamentalmente desenvolvido junto as camadas populares, especialmente os trabalhadores. E na minha plataforma, o que se deu mais ênfase foi a necessidade da organização popular. Mesmo depois das eleições, nos já realizamos varias reuniões com trabalhadores, principalmente nos locais de moradia, dando continuidade ao trabalho da campanha. Enfim, o trabalho continua e deve prosseguir durante a legislatura, porque o objetivo a médio prazo é conseguir uma organização forte do trabalhador e construir um outro regime: uma outra sociedade diferente da atual em que a gente vive.

O parlamento vai servir principalmente como uma tribuna de denúncia dos problemas da população e podemos utilizar o mandato para fazer ressoar os problemas e as lutas dos trabalhadores. Tendo em vista a bancada que foi eleita para a Assembleia Legislativa, criou-se uma expectativa que a princípio não estava colocada, porque se conseguiu realmente eleger uma bancada muito boa no MDB. Isto cria a possibilidade de se fazer um bloco dos parlamentares autênticos que terão uma atuação conjunta na defesa dos trabalhadores. Quanto a projetos concretos a apresentar na Assembleia, eu ainda não me preocupei com isto, até porque não e através de projeto de lei que a gente vai resolver os problemas do povo brasileiro.

Acho que a gente não deve esquecer do trabalho partidário, principalmente em suas bases. Isto porque, se fizermos um trabalho de base totalmente desvinculado do MDB — para simplesmente daqui há dois ou quatro anos lançar novos candidatos — quem estiver fazendo este trabalho de base pode ter espaço para lançar candidatos. É necessário conciliar as duas coisas. É importante fazer o trabalho de base partidária e fundamental tomar, disputar e tomar os diretorios do MDB que estão nas mãos dos adiestrados e fisiológicos, pois temos que saber usar um diretorio como um instrumento de trabalho.

Isto não significa carregar para dentro dos diretorios do MDB todos os trabalhadores de base que existem hoje em São Paulo. Estes trabalhos independentes devem continuar mantendo a sua independência em relação ao partido de oposição. Mas não podemos deixar de ocupar o espaço dos diretorios. Principalmente agora, porque senão este espaço será ocupado por outros, o que criaria problemas no futuro.



Eduardo Matarazzo Suplicy, economista e professor da Fundação Getúlio Vargas, além de jornalista da «Folha de S. Paulo», foi um dos candidatos mais votados do MDB à Assembleia Legislativa paulista (70.377 votos). Devido a seu programa, ele é agora um dos deputados populares da nova Assembleia, pretendendo formar — juntamente com o grupo

auténtico do MDB — uma frente parlamentar contra o autoritarismo e por melhores condições de vida e trabalho da população.

Antes mesmo de assumir seu mandato, Suplicy já entrou em cena na última semana: propôs a renúncia do governador nomeado, Paulo Maluf, bem como dos senadores «bionicos». A seguir, o novo deputado fala ao EM TEMPO:

Minhas bases de apoio foram constituídas a partir dos locais onde trabalho: Fundação Getúlio Vargas e Folha de S. Paulo. Foi por meio deles que eu consegui uma ampla propagação da minha candidatura, seja no meio acadêmico, seja no âmbito mais geral da opinião pública. Além disso, a minha penetração no Interior está ligada às várias conferências sobre economia, e ultimamente sobre política, que durante três anos eu realizei em cerca de quinze cidades. E, na medida em que eu vinha escrevendo sobre política salarial, índices de inflação e melhoria da distribuição da renda, passei a ter um diálogo muito maior com as principais lideranças dos trabalhadores.

Isso em termos de apoio. Quanto à campanha em si, o lançamento do meu livro, resumo dos principais artigos que eu havia escrito na imprensa diária, foi de extrema valia. Procurei contar o máximo com o trabalho voluntário, excluindo a contratação de cabos eleitorais profissionais, para poder gastar o mínimo possível necessário à divulgação da minha candidatura.

Agora, em primeiro lugar, devemos batalhar pela democratização efetiva e imediata. Esta é a razão porque, logo após as eleições, julguei natural solicitar ao futuro governador Paulo Maluf e ao seu vice, como também ao senador eleito indiretamente, que diante dos resultados das eleições em São Paulo, eles deveriam renunciar.

Poderíamos encaminhar também uma proposta para que o prefeito de São Paulo fosse eleito diretamente, mobilizando para isso uma ampla parcela da opinião pública.

Isso poderia ser o primeiro passo para uma batalha maior pela Anistia e pela Assembleia Nacional Constituinte.

Além disso, ainda há duas coisas importantes a fazer. Procurar ampliar os contatos com as bases de apoio de todos os candidatos do MDB. E depois, iniciar um contato com todos aqueles companheiros que foram eleitos, e mesmo com aqueles que não foram, mas possuem um programa semelhante ao nosso, para estabelecermos uma atuação conjunta.

VIRA MUNDO

BOLÍVIA

Meia volta, volver!



Mineiros, vanguarda na Bolívia

«Vamos ver se Banzer e Pereda vão ter condições de segurar essa manobra continuista a essa altura do campeonato». EM TEMPO nº 21, logo após o golpe militar de 21 de julho, quando o general da Força Aérea, Pereda Asbur, derrubou o general Hugo Banzer, há sete anos no poder e em fim de mandato. Fora um golpe entre amigos. Pereda era candidato de Banzer nas eleições presidenciais de 9 de julho. E, depois de derrubado, foi nomeado embaixador do país na Argentina, onde se encontra atualmente. Na semana passada, após quatro meses de governo, Pereda caiu. Não conseguiu segurar a manobra, principalmente por querer manter-se no poder até 1980 -

certamente à espera de tempos melhores para a «linha dura», para quando então prometera realizar novas eleições.

As pressões de massa foram decisivas para a queda do governo Pereda. A União Democrática Popular, da qual fazem parte o Partido Comunista, o Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR) e outras agremiações de esquerda, convocaram uma grande manifestação no centro de La Paz para protestar contra a decisão de Pereda de só realizar eleições num prazo de dois anos. A Central Operária Boliviana (COB), dirigida por Juan Lechin, já estava sabendo do plano golpista e também manifestou satisfação com o projeto. O governo negou permissão para a realização do protesto. A UDP, que reúne setores de esquerda e liberais, mas não toda a esquerda, garantiu que realizaria de todo modo a manifestação. E o fez. Mas só que, nesse dia, 25 de novembro, Pereda já tinha sido substituído por um novo general, David Padilla, ex-comandante do Exército, à frente de uma junta que promete a realização de eleições no dia 1º de julho de 1979.

Tudo indica que o Departamento de Estado norte-americano, que considerou o golpe de Pereda um sério desafio à política dos «direitos humanos de Jimmy Carter», manobrou para ajudar a derrubar o fraudulento vencedor das eleições de 9 de julho, anuladas - a seu próprio pedido - pela Justiça Eleitoral Boliviana.

Sem tiros, sem estado de sítio nem toque de recolher, a Bolívia retoma por sua «via natural», ou seja, o golpe de Estado, o caminho interrompido da «institucionalização». E, nesse novo processo, talvez a maior mudança não seja a que define a realização de novas eleições cuja oportunidade de vitória se abre para Hernán Siles Suazo, candidato da UDP, mas a busca do fim do chamado Pacto Militar-Camponês, que desde 1966, garante o apoio de grande parte dos dois terços da população boliviana que vive no campo para os regimes militares no país. Rompido o Pacto, a esquerda terá oportunidade de estender sua influência também para o interior do país.

VENEZUELA

Liberais. Comunistas. Fascistas.

Quase todo mundo está dentro do processo eleitoral venezuelano. As classes dominantes, mais ou menos divididas nos dois grandes partidos do país, a Ação Democrática, de Rómulo Betancourt e do atual presidente Carlos Andrés Pérez, social-democrata e cabeça-de-ponete da Internacional Socialista de Willy Brant na América Latina, e o Comitê de Organização Política Eleitoral Independente (COPEI) - democrata-cristão - do velho cacique e ex-presidente Rafael Caldera.

O candidato dos adeianos, como são chamados, Luis Pinerua Ordaz, não é bem o concorrente desejado por Pérez para substituí-lo em nome do seu partido. As prévias contudo o derrotaram. O candidato do COPEI, Luiz Herrera Campins, já foi o escolhido para concorrer dentro de «lutas internas» menos graves.

A esquerda participa das eleições, disputando o terceiro lugar. A dúvida maior fica entre o Movimento ao Socialismo (MAS) e a Causa Comum. Mas também participam o PC venezuelano e o Movimento de Esquerda Revolucionária. A extrema direita, saudosista dos longos anos da ditadura de Pérez Jimenez, derrubado há vinte anos, também



José Vicente Rangel, do Movimento ao Socialismo

concorre por meio de dois partidos, cada um querendo ser mais fascista que o outro. Ao todo são dez candidatos.

Na fronteira norte do Brasil, com todas as limitações da democracia burguesa, tem um país onde, mais uma vez, no dia 3 de dezembro, o povo vai votar. Em democratas liberais, conservadores, comunistas, socialistas e até em fascistas.

CHILE

Pressões contra a ditadura



Pinochet, cada vez mais isolado.

A ONU denunciou as violações dos direitos humanos no Chile. A ORIT (Organização Regional Internacional do Trabalho) decidiu boicotar economicamente o regime ditatorial do general Augusto Pinochet. A viúva do ex-chanceler socialista Orlando Letelier, assassinado no centro de Washington, no dia 21 de setembro de 1976, pela famigerada polícia política do regime chileno, a DINA, voltou a Santiago, pela primeira vez, para exigir dos militares a restituição da nacionalidade do seu marido, cassada arbitrariamente. Esses três fatos marcam as pressões ocorridas na última semana contra o regime chileno.

O relatório da ONU, que afinal conse-

guiu enviar uma comissão de investigações ao Chile, dá conta de que continuam ocorrendo, em grande escala, prisões, desaparecimentos, torturas e morte de opositores no país.

O boicote da ORIT ocorreu depois que os observadores da AFL-CIO, norte-americana, conseguiram contatos com o chamado «Grupo dos 10», democrata-cristão, e com outra organização de trabalhadores chilenos, a Coordenadora, que assume posições de esquerda.

Apesar de não ter feito declarações políticas mais contundentes, só a presença de Isabel Letelier em Santiago foi suficiente para pressionar, por dentro, o regime pinochetista.

CHINA

Mao não tem herdeiros

Desde a proclamação da República Popular da China, em 1º de outubro de 1949, até 1959, Mao Tse-tung, o grande líder da Revolução Chinesa, acumulou a dupla função de presidente da República e de presidente do Partido Comunista chinês, como Lenin na União Soviética. E, aos olhos do observador externo, para além das particularidades de cada um desses países, até o ano de 1956, a construção do socialismo na China parecia seguir as grandes linhas do socialismo russo.

Nesse ano, os dirigentes chineses tomam conhecimento do informe secreto que Kruschchev fizera ao Comitê Central do PUCS, denunciando Stalin. Imediatamente proposto por Mao, tem início um movimento que visa incentivar a liberdade de discussão e de crítica primeiro no interior do partido comunista e, em seguida, externamente, sob a palavra de ordem «Deixai florescer as cem flores».

Os resultados vão além das expectativas: as divergências ideológicas e políticas, que configuram tendências diversas são muito mais numerosas e profundas do que se poderia supor. A campanha é desativada. Nesse momento trata-se de construir a unidade em torno do «grande salto para a frente»: um plano de desenvolvimento baseado principalmente na coletivização da agricultura que exigirá os maiores sacrifícios da população. Mas o grande salto se revelaria logo, logo, apenas um pulo.

MUDANÇAS

Em meio a ele a China rompe relações com a URSS e os técnicos soviéticos, que teriam um importante papel a cumprir no plano, retiraram-se do país. Os resultados das novas medidas são irrisórios. Um descontentamento geral, embora difuso, cresce no seio da população, que se vê obrigada a um ritmo de vida extenuante. O conflito se instaura no interior do partido e do governo. Mao decide se apresentar como candidato às eleições presidenciais e, em 1959, deixa a Presidência da República. Mas permanece no cargo mais importante, que é o de presidente do Partido. O impacto da decisão é grande. A imprensa estrangeira fala em golpe e perda de poder. A população e as bases do partido ficam inseguras. Os dirigentes do partido esforçam-se por explicar a decisão de Mao, como sendo unicamente dele, por acreditar em que o maior serviço que ele pode prestar à Revolução é o de dedicar-se inteiramente à crise no interior do Partido. Mao se fecha num grande silêncio.

O novo presidente da República é um ex-companheiro de escola de Mao, Liu Shao-chi, que se propõe corrigir os defeitos da política do grande salto para a frente. São lançados planos anuais, mais facilmente controláveis, com base ainda no desenvolvimento da agricultura, mas sobretudo dos bens de consumo. O mais importante, porém, é que eles se apoiem não na experiência da coletivização proposta por Mao, mas na manutenção das pequenas unidades de produção e portanto nos pequenos produtores.

Perigos

Mao está muito preocupado. Teme que a China se torne uma sociedade de consumo de segunda categoria, porém substancialmente corrompida como a sociedade capitalista. Ainda acredita, apesar do fracasso do grande salto para a frente, em suas próprias idéias. Mas é necessário convencer o Partido. O novo presidente da República conta com aliados importantes, sobretudo com o secretário-geral do Comitê Central, Teng Hsiao-ping, e com o prefeito de Pequim, Peng Cheng.

Mundo de enigmas



Em todas as partes a China se envolve em enigmas. O que pensar sobre a atual política externa chinesa, que beneficia, em suas relações, o Chile de Pinochet, o Irã do xá Reza Pahlevi, o Zaire do corrupto Mobutu? O que pensar sobre o processo atual, em que, aparentemente, a Revolução Cultural fica restrita a um «movimento idealista», que afasta dirigentes que, poucos anos depois, voltam à tona e assumem a direção do país? O que pensar sobre a consequência e inconsequência do processo de transição ao socialismo na China, em termos internos e externos, no que tem de valor e de equívoco para as experiências em outras partes do mundo? Teria o maoísmo herdeiros, dentro ou fora da China? Essas e outras questões vinculadas ao processo chinês exigem aprofundamento e respostas. EM TEMPO dedicará esforços para, dentro de suas limitações, ajudar a debatê-las.

«Os homens que formam as fileiras de um partido comunista não são diferentes dos demais homens» diria Mao a André Malraux, em 1967. «Não é agradável entregar-se à Revolução a vida toda». «Uma vez tomado o poder, os quadros comunistas que o exercem enfrentam uma prova em que muitos embora eminentes em outras circunstâncias, sucumbem. O gosto pelo conforto e por uma vida fácil cresce. Seu trabalho se torna rotineiro. Tornam-se complacentes com eles próprios e rigorosos para com os subordinados. Perseguem privilégios salariais e materiais, que algumas vezes conseguem, e ajudam a institucionalizar essas tendências». Para Mao era essa a questão fundamental na China do início dos anos 60.

Em 1962, o enfrentamento entre as duas grandes tendências políticas assume proporções maiores. O ex-ministro da Defesa, Peng Tehnai, considerando o momento favorável, solicita sua reabilitação, na medida em que fora substituído por Lin Piao, um dos mais combativos maoístas do Partido, por ser contra o restabelecimento das milícias populares e a favor de um exército permanente, do tipo clássico. De seu lado, Liu Shao-chi reedita seu livro Como ser um bom comunista com um longo prefácio no qual lança ataques aos «esquerdistas» sem nomeá-los, faz acusações indiretas contra Mao e pede a «paz» no Partido.

Sentir de perto

Mao reage. Em 1963, lança o que seria um ensaio da Revolução Cultural: o Movimento de Educação Socialista, que se propunha combater o individualismo e as características do que passa então a ser chamado de revisionismo, isto é, a política kruscheviana. De forma organizada, os militantes e os intelectuais são enviados para o campo. Deviam não apenas sentir de perto e informar-se sobre as condições de vida dos trabalhadores agrícolas como também reeducar-se através de trabalho manual. Em 1964, o movimento assume nova direção: as massas organizadas foram convocadas a examinar o comportamento dos militantes e denunciarem todos os abusos de que tivessem notícias. O movimento estende-se também para as cidades.

Todo o processo do MES e da Revolução Cultural que se seguiu, partia do pressuposto de que a luta ideológica e política era uma luta de classes e não de grupos ou de pessoas. Nesse sentido, por mais que se tivesse força para fazer uma depuração, ficando ela a nível apenas dos dirigentes, de nada adiantaria, uma vez que suas ramificações pelas bases permaneceriam ocultas e sempre poderiam voltar à tona.

Do ponto de vista da direção maoísta, a Revolução Cultural foi um sucesso. O principal objetivo, que era enfraquecer a linha de Liu Shao-chi e Teng Hsiao-ping, foi plenamente alcançado. Mas no próprio interior da direção maoísta haviam contradições, que, mais tarde, já terminada a Revolução Cultural, teriam desdobramentos que desgastariam os méritos do processo anterior. Nesses termos, a própria direção ficaria sob suspeita.

O primeiro deles é o episódio até hoje pouco esclarecido da traição de Lin Piao, aliado a Chen Po-ta. Lin Piao havia sido o único dirigente, além de Mao, unanimemente reconhecido como não criticável pela



Até onde Mao apoiava Chiang Ching

Revolução Cultural. Todos os demais, até mesmo Chu En-lai, começaram a ser atingidos pelas críticas, quando Mao decide interromper o processo. A versão oficial é a de tentativa de golpe com vistas ao cargo de presidente da República, vago com o expurgo de Liu Shao-chi e hoje extinto.

Silêncio

Do período 1970-75 pouco se sabe. Em 1975, sem nenhuma explicação e com o aparente assentimento de Mao, Chu En-lai reabilita Teng Hsiao-ping reconhecido como administrador capaz. Quando Chu En-lai morre, em fevereiro de 1976, tudo indicava que Teng o substituiria no cargo de primeiro-ministro. Mas um ilustre desconhecido emerge para a cena política: Hua Kuo-feng, aparentemente um homem capaz de fazer a mediação entre a esquerda, isto é, o «grupo de Xangai», que tivera papel dirigente na Revolução Cultural, e a direita, isto é, os partidários de Teng Hsiao-ping.

Dois meses depois isto se revelaria ilusório. Teng tinha mais força do que se poderia supor: é motivo de uma grande manifestação pública na Praça da Paz Celestial. Os manifestantes são reprimidos e Teng Hsiao-ping é expurgado pela segunda vez, só que agora por pouco tempo. Mao morre em setembro. Hua assume também o seu lugar e, em seguida, passa-se ao expurgo do grupo de Xangai, agora conhecido como a «camarilha dos quatro». Teng é novamente reabilitado. Assume os cargos de chefe do Estado-Maior do Exército, vice-presidente do Partido e vice-primeiro-ministro.

Em fevereiro deste ano na abertura da Quinta Assembleia Nacional Popular, Hua explicava sua aliança com Teng, afirmando a necessidade da unidade do país para levar adiante o desenvolvimento econômico inteiramente menosprezado pelo grupo de Xangai. «Esta forma», dizia ele, «encerra-se o ciclo da Grande Revolução Cultural Proletária e abre-se um novo período de desenvolvimento para o país».

Mas a crise não se encerra aí. A reabilitação de Teng e de seus partidários continua a cada dia obtendo novas vitórias. Em outubro, alguns velhos maoístas perderam seus postos, inclusive Wu Teh, o homem que substituíra o prefeito de Pequim, Peng Chen no início da Revolução Cultural. Mao começa a ser abertamente criticado (ver boxe) e a memória de Chu En-lai tende a ganhar mais destaque que a do Grande Timoneiro. Esses dias, o grande debate é a reabilitação de todos os manifestantes de abril na Praça da Paz Celestial. As cartas de um novo acordo já estão postas para o Comitê Central: Teng Hsiao-ping pode assumir o cargo de primeiro-ministro, ganhar mais quatro adeptos no Comitê Central e Hua continuar com a presidência do Partido. Mas até quando?

Vera Martins

Às massas, a verdade.

O maoísmo teve suas fraquezas. Uma delas, sem dúvida, foi o culto da personalidade.

Hoje, entre outras coisas baseando-se nela, os partidários de Teng Hsiao-ping exigem a reabilitação plena do seu líder.

E nas ruas de Pequim, no dia 22 de novembro, um ferroviário anônimo pergunta em seu dizibao:

«O presidente Mao cometeu ou não erros?» «Claro que sim», responde, escudando-se em autocriticas públicas do próprio Mao. «Mao tem razão ao reconhecer seus erros. Mas por que será que sempre que as pessoas falam dos erros de Mao imediatamente são colocados chapéus (rótulos políticos) contra-revolucionários sobre suas cabeças?»

«É que nos espíritos de muitos, sobretudo dos membros do Partido, e veneno de Lin Piao e da «camarilha dos quatro» fazendo de Mao um deus e um mito, está sempre presente.» E ele prossegue: «Mao é o grande dirigente do povo chinês. Mas não é porque suas contribuições são imensas que ele não cometeu erros. Senão, perguntem-se:

1) «Se Mao não estivesse de acordo, como Lin Piao conseguiria reunir tanto poder quanto ele reuniu?»

2) «O presidente Mao não sabia que Chiang Ching, sua esposa, era uma traidora?»

3) «O presidente Mao não sabia que Chiang Chun-chiao (membro da «camarilha dos quatro») era um renegado?»

4) «Se o presidente Mao não estivesse de acordo, como que a «camarilha dos quatro» poderia lançar a campanha contra o vento de viciacionista de direita e abater Teng Hsiao-ping?»

5) «Se o presidente Mao não estivesse de acordo, como o incidente da Praça da Paz Celestial poderia ser qualificado de contra-revolucionário?»

«Nós todos pretendemos ser marxistas-leninistas. Bem... mas o materialismo dialético pressupõe dizer a verdade às massas tal qual ela é e não enganar as massas e violar a história. O presidente Mao é um homem. Não é um deus... Chegou o momento de dar a ele seu devido lugar. É somente assim que se poderá proteger o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao. É apenas mostrando que um grande homem como Mao cometeu erros que os quatro do Partido e as massas aceitarão seu ensinamento e evitarão uma grande tragédia histórica.»

«Se o povo não tem uma opinião correta a respeito de Mao, a liberdade de discussão é uma palavra vazia de sentido. Sem uma revolução ideológica profunda, nossa revolução fracassará e não se poderá realizar as modernizações.»

E conclui: «Chegou o momento de o povo chinês se levantar e para se levantar, ele deve libertar-se de todas as algemas ideológicas.»

Dizibao é uma espécie de cartaz pregado nas ruas por pessoas ou grupos para expressar seus pontos de vista sobre os problemas políticos. É uma herança da Revolução Cultural.

FEMINISMO

Um projeto de revolução

Luta feminista: Alexandra Kollontai foi uma das precursoras desta luta e foi também líder bolchevique. Seus escritos, de logo após a I Guerra Mundial, causam polêmica até hoje. Seu livro «A Nova Mulher e a Moral Sexual» teve agora uma reedição no Brasil (Ed. Global). Aqui as idéias de Kollontai:

As linhas mestras da análise de Kollontai podem ser resumidas da seguinte maneira: com o desenvolvimento da grande produção capitalista, a família patriarcal é abalada pela raiz. Ou seja, com a entrada da mulher na grande produção capitalista, uma das bases essenciais da família tradicional se encontra solapada: «o domínio da economia doméstica se restringiu até tornar-se irreconhecível».

Quanto mais a mulher é recrutada pela grande indústria, menos tempo ela pode dedicar a seu lar: por outro lado, e mais fundamentalmente ainda, mais se encontra reduzida a função social da economia doméstica, desde sempre lugar de recomposição da força de trabalho e também unidade de produção «privada» (notadamente na família camponesa).

Novas condições

Esta análise não é só de Kollontai. Seus elementos podem ser encontrados em Marx e Engels e nos teóricos da II Internacional. Porém, Kollontai, bem antes de 1917, pretende levá-la até seu fim lógico, afirmando sem reservas: «quanto mais o trabalho assalariado da mulher se generaliza, mais a família se decompõe». Para ela, esta decomposição cria condições absolutamente novas para a emancipação da mulher, evolução que a I Grande Guerra imperialista precipita e leva a seu termo: o vazio criado na grande indústria pela partida dos homens para a guerra faz com que as mulheres afluam para a produção, criando um novo proletariado feminino.

Para Kollontai, portanto é sobre os escombros do capitalismo agonizante que as novas relações sociais germinam, quando surgem condições absolutamente novas para a emancipação das mulheres. Deste ponto de vista, os efeitos da revolução apenas prolongariam os efeitos da guerra, levando-os até o fim. Esta visão pesa em todo o pensamento de Kollontai. Para ela, depois da Guerra e da Revolução não resta, por assim dizer, pedra sobre pedra da antiga família. «A família, sob sua forma atual, não passa de um detrito do passado.»

Para Kollontai, a desagregação da antiga família significa ainda o aparecimento de novas relações sociais entre os sexos, superiores do ponto de vista da evolução da humanidade. Depois da Revolução de Outubro, o essencial de sua produção teórica se aplica em exprimir positivamente o conteúdo e a forma

destas novas relações: a união livre de seres livres e iguais, «ambos independentes, ambos trabalhadores». Neste sentido, Kollontai, foi, entre os teóricos bolcheviques, um dos que com mais justeza acentuou a dimensão necessariamente plena de uma revolução cultural.

E o proletariado que, em primeira instância, se torna o portador destas novas relações e da «nova moral» que as exprime. É sobre ele que pesa mais fortemente os efeitos das convulsões econômicas, sociais, ideológicas. Mais ainda: para Kollontai, na sociedade soviética, esta nova moral, numa ruptura radical com a ideologia burguesa que fetichiza o egoísmo sagrado, reconhece o amor como fator social, vetor de coesão e de progressão da humanidade. Um amor que se exprime sob formas a tal ponto novas que, progressivamente dissolvem o ideal conservador do exclusivismo afetivo e sexual da monogamia.

Uma mulher livre

Kollontai prega abertamente a causa desta «reeducação fundamental da psicologia humana». Ela afirma que, para as tarefas de classe do proletariado, é indiferente que existam entre os sexos relações de tipo monogâmico ou liberadas da velha moral monogâmica. E chega mesmo a acrescentar: «A forma reconhecida normal e desejável da relação entre os sexos terá provavelmente por base a saudável, a livre, a natural atração dos sexos». Como não identificar nesta proposta uma ruptura radical com a teoria do velho Engels (sacrossanta no movimento socialista do início do século), segundo a qual «o casamento monogâmico com amor» representaria uma das mais incontestáveis aquisições da civilização da época moderna?

E finalmente Kollontai considera que a nova mulher, liberta da herança maldita da sociedade patriarcal, será a portadora por excelência destes novos valores. Esta nova mulher que Kollontai tenta retratar em seus romances é uma mulher que trabalha. Isto é, que desempenha um papel motor na produção social, uma mulher independente em sua existência social desde que vive de seu trabalho. Uma mulher que tem acesso à vida da coletividade na base da igualdade estrita entre os sexos: uma mulher livre de suas submissões afetivas, livre para desabrochar os traços específicos de sua especialidade feminina. Uma mulher que Alexandra Kollontai, em sua existência pessoal — mais que «privada» — reforçou-se em ser, com muita exigência.

Alan Brossat



Visão fatalista do curso da História

Com relação à obra de Kollontai, é preciso chamar a atenção para um «deslocamento» importante que pode ser constatado com frequência entre os discursos teóricos, de tom «esquerdista-utopista», e suas propostas mais diretamente políticas, ligadas ao combate político concreto e, portanto, às condições concretas da época.

Ao prever o desaparecimento da antiga família — a família patriarcal — Kollontai certamente se enganou. Este erro se situa na interseção de dois erros teóricos mais amplos. Por um lado, ela enganouse (como todos os bolcheviques antes do III Congresso da III Internacional) a respeito dos ritmos históricos: ao ligar uma visão eufórica da evolução dos processos sociais na URSS à certeza de que a revolução mundial estava a caminho.

Por outro lado, de uma maneira talvez mais fundamental ainda, sua concepção da relação entre os processos econômicos e a evolução das relações ideológicas sociais mostrou-se extremamente esquemática. É evidente que o desenvolvimento da grande produção capitalista transforma as relações familiares entre as camadas sociais que afluem do campo para a cidade com o objetivo de vender sua força de trabalho, incluindo mulheres e crianças. Mas se este processo poderia ser descrito sem problemas, como «destruição da antiga família», na época em que Engels escrevia *A situação das classes trabalhadoras na Inglaterra*, seria radicalmente falso fazer disto um traço permanente da sociedade capitalista na época da grande produção industrial. Kollontai analisa como destruição da família patriarcal a crise de uma forma desta família. Mas parece que ela não vê que no final do século XIX desenvolvem-se nos países capitalistas mais avançados novas formas de família patriarcal (burguesas ou operárias), determinadas pela evolução social, econômica e histórica. Da mesma maneira, ela considera erroneamente como um fenômeno histórico irreversível o relativo transtorno social que significou a entrada maciça das mulheres na produção durante a Primeira Guerra Mundial. As classes dominantes da Europa mostraram, desde os anos 20, que pretendiam utilizar as mulheres conforme as necessidades da produção, como um exército de reserva — e, paralelamente, recompuseram-se formas sociais em que a família continuava a ocupar um lugar central.

Utopia e sociedade de transição

O mesmo se observa em Kollontai quanto à sociedade de transição. Para ela, a derrubada do poder político burguês e a expropriação dos capitalistas

fariam das antigas relações sociais, notadamente a família, puras formas vazias. A experiência (e o destino) da Revolução Russa mostrou que, ao contrário, a crise dessas relações sociais, nesta fase histórica, não implicava automaticamente seu perecimento; mostrou que sua derrubada ou seu fortalecimento eram o centro da luta de classes em uma sociedade de transição. O caráter mecânico, o fatalismo revolucionário da análise de Kollontai saltam aos olhos: sua visão teórico-abstrata do engendramento natural das condições do comunismo (relações livres entre indivíduos livres) sobre as ruínas do capitalismo procede de uma visão utopista, não dialética, das contradições em uma sociedade de transição: ela não percebe que o simples jogo «natural» dos processos sociais, nesta sociedade, independentemente da intervenção política constante de uma direção revolucionária apoiada sobre forças sociais progressistas, não conduz ao comunismo, mas à restauração do capitalismo.

Tanto suas propostas na Oposição Operária de 1921-22 quanto suas posições teóricas sobre o perecimento da família e a emancipação das mulheres subestimam o fato de que a sociedade soviética perpetua a divisão do trabalho e reproduz em parte o fetichismo da mercadoria. Isto é, ela perpetua e reproduz, por um lado, as antigas formas sociais e, por outro, a alienação do trabalhador. Kollontai subestima consideravelmente a base material de perpetuação dessas formas sociais antigas (e, em primeiro lugar, a família), qualquer que seja a clarividência e a determinação da direção que conduz o processo revolucionário a seu termo e qualquer que seja o dinamismo histórico das camadas sociais sobre as quais esta direção se apóia.

Um feminismo proletário radical

As obras e a atividade feminista revolucionária de Kollontai tiveram, incontestavelmente, na URSS revolucionária, um alcance social e político. Foi a justo título que ela apareceu como ponta-de-lança de um feminismo proletário radical: não foi por acaso que convergiram sobre ela os ataques vingativos de muitos filisteus fantasiados de revolucionários «realistas».

Trata-se de um feminismo proletário em seu próprio princípio, desde que liga indissolavelmente a eclosão de novas relações sociais que emancipam a mulher ao progresso do proletariado e dos novos valores de que ele é portador. Um feminismo radical que coloca em primeiro plano de suas preocupações (e isto bem antes da Revolução de Outubro) a auto-organização das mulheres sob a bandeira da revolução proletária e que retorna sempre, e incansavelmente, sobre afirmação das prerrogativas das mulheres na sociedade socialista. Durante toda sua

Alexandra Kollontai



Alexandra Kollontai

Alexandra Kollontai nasceu em 1872 em uma família da nobreza agrária. Seu pai é um general russo, sua mãe é finlandesa. Não lhe é permitido frequentar a escola, por «temor de más companhias».

Em 1898 segue para Zurique, para cursar a universidade. Torna-se uma marxista «ortodoxa», tomando partido de Kautsky contra Berstem. Em 1899 vai para a Inglaterra. Ao retornar à Rússia, situa-se no campo marxista à esquerda, contra o «marxismo legal».

Em 1901 parte novamente para o exterior, ligando-se a Kautsky, Rosa Luxemburgo, Lafargue, Plekhanov. De volta à Rússia, em 1903, ocupa uma posição independente entre bolcheviques e mencheviques. No «domingo sangrento» de 1905 ela está nas ruas.

Depois da Revolução de 1905, ela é uma das primeiras socialistas russas a colocar os fundamentos de uma organização das mulheres operárias. Separa-se dos bolcheviques em 1906 e permanece na fração menchevique até 1915.

Em 1917, Kollontai foi a primeira mulher eleita para o comitê executivo do soviete de Petrogrado. No momento da revolução é membro do comitê central do Partido Bolchevique. A partir de 1920, é responsável pelo setor feminino do partido para a organização das operárias. Em 1921, é um dos dirigentes da Oposição Operária.

Depois de 1924 torna-se diplomata, sendo embaixadora sucessivamente no México, Noruega e Suécia. Seria um dos únicos dirigentes da Oposição Operária a sobreviver aos expurgos. Ela retorna a Moscou em 1945 e morre em 1952.

vida Kollontai se opôs radicalmente ao feminismo burguês.

Por todas estas razões, Kollontai se encontrou, na URSS dos anos 20, colocada nas primeiras fileiras da batalha política pela emancipação da mulher, inclusive em seus aspectos menos «utópicos»: proteção às mães, à maternidade, propaganda pela liberdade do aborto, promoção da educação feminina etc. A aquisição de sua prática revolucionária a serviço da emancipação das mulheres faz parte da aquisição geral da Revolução de Outubro.

Uma contradição insuperável

O que se coloca como problema são todas as contradições que se situam na interseção do utopismo e do fatalismo revolucionário de Kollontai e de sua prática concreta de dirigente bolchevique-feminista. Assim, tomadas ao pé da letra, suas posições gerais sobre o perecimento rápido da família na sociedade soviética podem muito bem resultar no contrário, em suas consequências sociais concretas: na URSS dos anos 20, esgotada, arruinada, miserável e faminta, são as mulheres que, em primeiro lugar, suportam o peso da crise da instituição familiar. São elas que ficam com os encargos das crianças e as primeiras a serem dispensadas do trabalho para o qual a guerra as havia lançado, etc. Em tais condições não se pode pura e simplesmente tornar-se advogado do desaparecimento «natural» da família, em um momento em que o Estado proletário é incapaz de se encarregar das funções essenciais da reprodução da força de trabalho e da existência social tradicionalmente assumida pela família.

Ai está a contradição insuperável da posição de Kollontai: de uma certa maneira, seu «utopismo», seu «esquerdismo» social exprime as aspirações de frações avançadas da sociedade soviética, especialmente da juventude, que descobre o habitat coletivo, o amor livre etc. Estas posições se inscrevem na poderosa corrente vanguardista, que, tanto no terreno social como no terreno artístico, exprimi a radicalidade potencial, todas as promessas da Revolução de Outubro, na medida em que esta encarnava a utopia comunista em sua dimensão plena e completa.

Porém, no plano social, este vanguardismo esbarrou em condições concretas, no estado concreto da sociedade soviética: não havia, por assim dizer, lugar nesta sociedade para a realização da «nova forma» de relações sociais que ela advogava.

Muito antes de a contra-revolução stalinista atuar sobre os costumes, estas aspirações esbarrraram em um poderoso conservadorismo social, aliás bem «natural», do qual Kollontai subestimou extremamente as raízes objetivas. (A.B.)

“Socialismo feminino”

Diante das diversas tendências dos movimentos feministas internacionais, a obra da Alexandra Kollontai se reatualiza, ampliando o espaço dos debates políticos.

Conhecida como uma das bolcheviques mais combativas com relação às questões femininas, Kollontai procurou lançar as bases de uma transformação genuína nos usos e costumes de uma Rússia recém-saída do despotismo czarista e que necessitava realizar simultaneamente a acumulação primitiva do capital e da cultura.

Este atraso refletia particularmente sobre a situação da mulher. Ela mais frágil da sociedade, a mulher sempre foi abatida por preconceitos e arcaísmos. A dominação e a exploração que o homem sofre no mundo do trabalho produtivo — com seu cortejo de humilhações e angústias — são por ele reproduzidas sobre a mulher que aparece a seus olhos, no universo doméstico, como consumidora e não como produtora (quando na realidade ela transforma matéria-prima em alimentos, etc. além de outros benefícios capazes de reproduzir a força de trabalho), e que além da corveia do trabalho doméstico é infantilizada no estreito espaço social da família isolada. Deste ponto de vista, a participação da mulher na produção era considerada por Kollontai como um passo dado na liberação feminina de sua dependência econômica. Quanto ao Estado, este se encarregaria das creches, das lavanderias públicas, dos restaurantes coletivos.

A mulher passa a exercer, antes de mais nada, a função de trabalhadora. Trata-se de um período, na URSS, em que são abundantes os discursos oficiais (acrescidos aos de Kollontai) sobre a necessidade de um registro de todas as forças produtivas na construção da sociedade socialista. De onde afirmações tais como «toda alegria deve ter um fim produtivo». De onde ainda a apologia realizada por Kollontai do «amor-camaradagem» e da mulher celibatária — que não desviaria suas energias para fins improdutivos, com uma vida emocional e amorosa indesejáveis. Quanto ao ciúme, ligado ao sentimento de posse e à propriedade privada, este

transborda uma abordagem simplesmente ideológica, pois, pelo menos depois de Freud, seria preciso trazer à luz suas fundas raízes psicanalíticas.

A obra de Kollontai se inscreve em uma URSS onde sucessivamente se dão o comunismo de guerra, a militarização do trabalho e a NEP (Nova Política Econômica). Lançar a todos na produção vai-se transformando de necessidade em virtude. A prostituição é combatida não apenas porque se procura extinguir suas raízes econômicas, mas porque se trata de «ociosidade» de trabalho não-produtivo.

Em 1920, Kollontai elogia o trabalho da mulher fora «da atmosfera asfiziante da família» e sua participação nos «sábados comunistas» — trabalho voluntário para a coletividade que completava o trabalho obrigatório. Ou seja, esta libertação feminina acabou sendo mais uma «igualdade» no mundo do trabalho do que norteadora pela ideia de «liberdade». Porque a igualdade não é a liberdade. No mundo do trabalho não se delimita apenas a emancipação feminina: ela desenvolve a agressividade e se torna competitiva no mundo dos homens e sua libertação se concebe em termos masculinos. Os valores propriamente femininos são ainda uma vez recalçados: a ideia da feminilidade como receptividade, ternura, sensibilidade, não-violência — enfim, o «eterno feminino», ligado à sensualidade da mulher e ao culto de sua beleza etc. — são fatais no mundo da produção porque se referem à gratuidade improdutiva, incompatível com o mundo inteiramente voltado para a produtividade crescente que escapa às mãos dos próprios indivíduos. Trotsky costumava dizer que era preciso que tanto os homens quanto as mulheres vissem os problemas femininos com olhos de mulher. A luta por um «socialismo feminino» talvez possa justificar o poema de Aragon: «a mulher é o futuro do Homem».

Olgária Matos

Cinema

“O mundo de Doramundo”

Enquanto dezenas de filmes permanecem nas prateleiras da Embrafilme à espera do lançamento, a empresa oficial adota mansamente as regras ditadas pelos exibidores: capricha e promove com entusiasmo um «Amor Bandido», dotado de todos os ingredientes fáceis do sucesso.

O cinema brasileiro vem recebendo através dos anos os mais diversos rótulos e definições ligeiras. Ainda recentemente foram feitas, através dos jornais, denúncias contra a Embrafilme e mais uma vez se perdeu oportunidade para discutir com seriedade questões sobre distribuição e exibição de filmes brasileiros num mercado ainda dominado pelo produto estrangeiro. Entre as dezenas de filmes produzidos aqui e que enfrentaram obstáculos para chegar ao público está «Doramundo», de João Batista de Andrade, veterano realizador de documentários e filmes para a TV, entre os quais o «Caso Norte», exibido este ano na Globo, e o recente «Wilsinho Galiléia», proibido pela censura sob alegação de ser muito violento. Com «Doramundo» ele chegou a enfrentar situações constrangedoras, como no recente Festival de Cinema de Paris. Convidado oficial, o filme não foi exibido na data previamente estabelecida por um dos tantos motivos extrafilmmicos que travancam o cinema brasileiro: a cópia ficou engasgada nos labirintos da burocracia oficial e foi enviada a outra capital europeia. No seu depoimento, Batista, que também é diretor da Apaci (Associação Paulista dos Cineastas), fala sobre alguns dos problemas mais agudos da produção brasileira, o que leva à constatação de que mudança de nomes na empresa oficial de cinema (Embrafilme) não resolve nada. O mais premente é dotar o país de uma infra-estrutura que permita a todos os profissionais o acesso à prática cinematográfica, e a definição de uma política de distribuição que viabilize o contato regular com o público.

Em Tempo «Doramundo» foi considerado o melhor filme brasileiro no Festival de Gramado deste ano e só agora vai chegar a São Paulo. Com a exibição dele em outras cidades, como é que você está se relacionando com o filme hoje?

João Batista de Andrade. Olha, depois de ficar seis anos afastado do longa-metragem, foi muito difícil entender uma série de coisas do filme pronto. Muitas vezes eu fiquei na defensiva, respirando aliviado quando o crítico falava bem e ficando agoniado quando surgiam restrições (embora a nossa crítica se valha de alta dose de subjetivismo). O episódio com o Geraldo Ferraz, por exemplo, me tirou o sono. No início eu valorizava, nas entrevistas, os elementos políticos e a intencionalidade política do filme; hoje eu acho que isso cria uma falsa expectativa. O filme é um mundo novo, um poema onde os aspectos mais gritantes de nossa realidade foram usados, fazendo parte da estrutura dramática como fazem parte de nossa vida a repressão, o arbitrio, o medo, a fuga e a dificuldade de entender o que se passa com a gente e com o nosso próprio país. Então, ele é um filme político no sentido de tentar construir um universo com esses dados, tentar trazer de novo às telas uma reflexão mais geral a respeito da nossa vida durante esses anos. O filme não é uma resposta, é um aviso, uma aproximação, o vislumbre de uma possibilidade de visão mais ampla da vida brasileira sem ter que se ater a certos esquematismos tipo «marginalidade». É um filme do começo da «abertura», da reconquista. E representou para mim um esforço grande para ser atual e atuante. É digno.

ET. Você citou o episódio com o Geraldo Ferraz e sabe-se que o filme não é uma adaptação direta. O livro e o filme são em diferentes. Como é que se concebeu a adaptação?

JB. O filme não é uma adaptação pura do livro, onde as pessoas vão ver as imagens como reflexo. Eu achava que o filme deveria ser uma obra original, um reflexo da realidade, que ele fosse um irmão do livro, mesmo que fosse um irmão mais novo. A partir da leitura do livro, Vlado (Vladimir Herzog) e eu começamos por entrevistar o próprio Geraldo Ferraz, quando discutimos a origem do livro para depois no deslocarmos a Paranapiacaba, onde ocorreram os fatos no final da década de 30. Com a visita ao local nós começamos a retomar o livro, mas agora a partir de um novo referencial adquirido na cidade, e com isso foram feitas algumas alterações — junção de personagens, ampliação de outros, eliminações — em função de conseguir, usando a dramaturgia do livro, uma reprodução daquela realidade. Para nós foi uma experiência

incrível, ainda mais que no Brasil há uma tendência a se fazer adaptações para o cinema que pecam por um certo imobilismo — você pega o livro importante, faz o filme sobre o livro e só.

ET. Que pode ser até uma forma de distanciar o cinema de certas questões quentes da atualidade...

JB. Pois é, e o que foi feito com «Doramundo» foi romper com isso. O livro foi importantíssimo, uma janela para ir à realidade e criar o roteiro do filme. Sem a posição cômoda de que tem uma aula pronta e faz roteiro sobre o assunto.

ET. Dá pra pensar até que ponto o seu trabalho na TV influenciou o tratamento que você deu ao «Doramundo», em termos de narrativa, por exemplo?

JB. Eu acho que influenciou, não sei se diretamente, mas pelo menos aprendi na TV — principalmente na Hora da Notícia — que não se pode em comunicação assumir a confusão dos fatos e você tem que, no caso de elaborar um trabalho, esclarecer as coisas, nem que seja pra dizer que elas são confusas.

ET. O que se tem observado em relação a alguns filmes atuais é que voluntária ou involuntariamente eles apresentam momentos-chave para detonar uma reação do público. Acho que foi o Avelar que se referiu a um episódio ocorrido quando foi exibido o «Zé Bigorna» no Festival de Brasília do ano passado: que o público vibrava quando o Zé (Lima Duarte) fazia um gesto de conotação fascista. Então eu pergunto (e de antemão que nenhum realizador responderia afirmativamente a esta questão) se há momentos-chave neste sentido em «Doramundo»?

JB. Não, e inclusive eu me coloco contra esse tipo de referência. Eu tento fazer com que o filme descubra as coisas na própria realidade à qual ele se refere. Eu tive um problema, que eu vou te dizer, que ocorreu na primeira montagem. O empresário que vira político, está meio arrebatado, falando pelos ingleses, fazendo um discurso político onde dizia que estava tudo maravilhoso, «estamos aqui neste campo de futebol, blá, blá, blá...» Eu mudei porque me fazia mal, pois era uma referência desligada do contexto narrativo. Acabava sendo uma referência exterior e por isso o discurso que ele faz é mais ou menos no sentido de que «nós não admitimos que as loucuras de alguns e as irresponsabilidades de outros criem esse clima contrário ao bom andamento da empresa, tão importante para os produtos nacionais». Ele faz um discurso de prensa política. O dr. Flores apresenta uma evolução no decorrer do filme. Ele está assumindo uma postura de novo político, que é aquele que



João Batista de Andrade, ao centro, e a equipe de «Doramundo» durante as filmagens em Paranapiacaba, cidade próxima a São Paulo.

já está dando prensa, está usando a autoridade dele pra fazer discurso chamando à responsabilidade. O que adianta, se você não aprende nada com um filme, mas acha muito engraçada uma caricatura do Getúlio?

ET. Você que dizia só dividir os filmes entre os que têm e os que não têm clareza — ou seja, simplificadores —, não acha que esse «perigo» pode estar ligado ao envolvimento do cineasta brasileiro com a Embrafilme? Será que este tipo de vínculo com entidades estatais não se torna uma variável importante para pensar no assunto?

JB. Quando você faz um filme com a Embrafilme, você está se relacionando com um representante fortíssimo do sistema, mais forte até que o produtor isolado. Agora, a Embrafilme não obriga você a fazer um filme «reto», só porque é da Embra. O que funciona, mas é o seu despreparo, despreparo de cineasta. Se ele, individualmente não é nem um grande nome, ele é muito pequeno para passar pelos corredores da Embrafilme, pra falar com os funcionários, pra responder perguntas e inclusive para arriscar um voto mais alto; agora, o que é preciso é fortalecer a própria organização do povo brasileiro, fortalecer no caso o cineasta brasileiro e fazer com que ele tenha mais força de reivindicação junto a uma entidade que é um monstro perto da gente. Necessário, mas um monstro.

ET. Talvez a Embrafilme pudesse cuidar mais da infra-estrutura do cinema brasileiro...

JB. Claro. Um processo em que a Embrafilme deixe de interferir nos projetos e passe a alimentar a infra-estrutura de produção, independentemente do projeto; que ela crie formas livres de liberação de capital, que incentive empresas que aluguem equipamentos de som, por exemplo, laboratórios de imagem. Que ela passe a financiar a produção através da infra-estrutura de produção...

ET. Podia até alugar cinemas...

JB. ... sem se ligar ao realizador, de forma que este faça o seu projeto e tenha um direito já adquirido, de participação, sem ter que passar pelos corredores. Eu acho que a gente vai caminhar para isso, para obter maior liberdade de trabalho.

ET. Se comenta que hoje em dia não dá para fazer um longa-metragem com menos de 2 milhões de cruzeiros. A vinda de um Carlo Ponti, por exemplo, não implica justamente isso? A Filmar do Brasil (ou Brazil?) não vai colaborar para essa inflação?

JB. O que há é que várias empresas estão entrando no ramo de longa metragem e a Filmar do Brasil (do Brazil?) é uma delas. A Filmar foi uma empresa organizada pelo Carlo Ponti para produzir filmes para exportação. É a soja do cinema brasileiro. Então, qual é o macete? Na verdade é um grande jogo financeiro que está por detrás disso, porque o Carlo Ponti é um cara ligado às multinacionais do cinema, ao capital internacional, e que tem o controle sobre o mercado de quase o mundo inteiro. Então ele vem para cá oferecer o que? Ele não vai entrar com nada! Diz que vai entrar com know-how através da distribuição no mercado externo. O capital de produção vem de onde? Vem do Brasilinvest, que é uma empresa que lida com lucros retidos das multinacionais do país, quer dizer, com o lucro que as empresas não podem remeter pela Lei de Remessa de Lucros; por incrível que isso possa parecer, ainda fica uma parte no Brasil, e essa parte acaba sendo muito grande pelo volume de lucros que as empresas têm. O Brasilinvest só trabalha com esses lucros e investe em coisas certas e que permitam novas remessas, sendo que o cinema entra aqui como atividade privilegiada. Na verdade, é um mecanismo financeiro onde você pega o dinheiro da Volks, da Ford, etc e faz um filme, uma superprodução, de preferência — quanto mais dinheiro investido melhor. O Carlo Ponti pega o filme, leva pra fora e esse filme vai ser comercializado e pode render os tubos que o dinheiro não vem pra cá não. Porque não há nenhuma empresa de distribuição organizada em cartões que faça voltar dinheiro ao país de origem. E o caso de tantos filmes brasileiros distribuídos por aí por empresas do tipo Columbia, que chegam a alegar prejuízos na comercialização.

ET. Isso já é bem manjado... É o caso de «O Cangaceiro», não é?

JB. Claro, exatamente. Isso foi feito na Espanha até secar o cinema de lá. No Brasil, além de tudo isso, os filmes ainda vão ter nacionalidade brasileira, pois vão ser feitos aqui. E tudo igualzinho ao Volks, que também não tem nada a ver com o Brasil. Os filmes vão se beneficiar da obrigatoriedade, das taxas, dos prêmios, de tudo porra! Como um filme brasileiro!

ET. A impressão é que atrás do Ponti vem mais gente...

JB. Ele está apenas começando. O próprio Harry Stone, representante da Motion Pictures, americana, está interessado no assunto. Outro perigo dessa história é que se descaracteriza

culturalmente a produção. Além disso, tem o caso dos supererçamentos, porque você está fazendo filmes para o mercado internacional e não para o interno. Isso pode levar o cinema brasileiro a um tipo de devaneio... «vou passar o meu filme num cinema de New York... quando você não consegue passar nem aqui no Brás.

ET. Eu não entendo esse «frisson» em torno dos filmes que o Carlo Ponti iria produzir no Brasil. E só ler a coluna do Zózimo Barroso no JB que a gente fica sabendo tudo sobre Marisa Berenson, Lee Majors, etc., que um passa os dias telefonando para a esposa que está nos EUA, que outro sofreu acidente...

JB. Eu acho inclusive que o aspecto mais odiado, mais terrível da dominação cultural não se refere a coisa puramente comercial. É uma coisa que atinge as pessoas. Elas têm um comportamento colonizado. O cinema brasileiro é marginalizado até pelo próprio brasileiro que não o programa, não dá matéria em jornal, que tira um assunto importante para colocar um artigo sobre o King Kong. Isso é um negócio terrível, que é fruto da dominação no mercado. Eu estou achando que a coisa está começando e por enquanto não deu em nada concretamente, é bastante viável. Nós estamos lutando contra esse tipo de iniciativas e apresentando propostas como a de definir o similar brasileiro, que resolveria pelo menos parte da questão. O que nós queremos é que haja uma definição do que é produto brasileiro de longa metragem e que isso inclua a definição de empresa brasileira produtora de longa metragem.

ET. E as outras medidas, quais seriam?

JB. Eu já apresentei uma proposta na Apaci (Associação Paulista de Cineastas) no sentido de que fosse proibido o pagamento de know-how no cinema, que não se pagasse, por exemplo, o know-how de mercado internacional. Em último lugar, que houvesse monopólio estatal do comércio exterior e que não se permitisse a comercialização do produto brasileiro por particulares, porque aí nós sabemos, quem começa a comercializar é a multinacional...

ET. Além de «O Cangaceiro», deve ter havido outros filmes que «não renderam» nada...

JB. Ah! O Caso dos Irmãos Naves, que foi exibido em Nova York, foi elogiado, badalado, etc, e veio com dívidas pra cá. Veio cobrança. E até engraçado, não é?

Embaixada suíça confisca passaporte de brasileiro



Frederico Capistrano

«Ao sr. Deputado Jean Ziegler:

Conhecendo sua dedicação na defesa das causas justas no mundo e seu apego particular à democracia e à defesa dos direitos do homem, permito-me expor-lhe um fato que, embora pessoal, não deixa de ser menos revelador de uma negação de justiça perpetrada pela ditadura militar de meu país com a cumplicidade benevolente da Embaixada da Suíça em Havana. Que o sr. mesmo julgue:

Antigo dirigente do Sindicato dos Aviadores Civis Brasileiros, em 1964, eu me exilei em Cuba para fugir à repressão policial da Junta brasileira. Toda minha família (minha esposa, meus cinco filhos menores) pode reunir-se a mim graças à solidariedade ativa dos aviadores brasileiros.

Até hoje eu pude sobreviver em Cuba trabalhando no controle da navegação aérea.

O sr. não ignora que o seu Governo foi encarregado da defesa dos interesses brasileiros em Havana depois da ruptura das relações diplomáticas entre meu país e Cuba. Assim, fui levado repetidas vezes a efetuar tramitações administrativas em sua embaixada, notadamente para regularizar a situação de meus filhos.

Recentemente, meu filho Frederico, cidadão brasileiro nascido em 13/09/61 no Nordeste, apresentou-se nos serviços da Embaixada suíça em Havana para renovar seu passaporte brasileiro obtido no Brasil quando tinha quatro anos. Este passaporte foi regularmente apresentado à Embaixada e qual não foi o meu espanto ao ver recusada sua restituição.

Depois de diversas e vãs tramitações administrativas, meu espanto se transformou em estupe-

Recebemos do exilado brasileiro Breno Capistrano uma carta solicitando que publicássemos sua denúncia, também em carta ao deputado Jean Ziegler, onde aponta que seu filho — Frederico foi vítima de arbitrariedades por conta da Embaixada suíça em Havana. Eis a denúncia:

«Ao sr. Deputado Jean Ziegler: Conhecendo sua dedicação na defesa das causas justas no mundo e seu apego particular à democracia e à defesa dos direitos do homem, permito-me expor-lhe um fato que, embora pessoal, não deixa de ser menos revelador de uma negação de justiça perpetrada pela ditadura militar de meu país com a cumplicidade benevolente da Embaixada da Suíça em Havana. Que o sr. mesmo julgue: Antigo dirigente do Sindicato dos Aviadores Civis Brasileiros, em 1964, eu me exilei em Cuba para fugir à repressão policial da Junta brasileira. Toda minha família (minha esposa, meus cinco filhos menores) pode reunir-se a mim graças à solidariedade ativa dos aviadores brasileiros. Até hoje eu pude sobreviver em Cuba trabalhando no controle da navegação aérea. O sr. não ignora que o seu Governo foi encarregado da defesa dos interesses brasileiros em Havana depois da ruptura das relações diplomáticas entre meu país e Cuba. Assim, fui levado repetidas vezes a efetuar tramitações administrativas em sua embaixada, notadamente para regularizar a situação de meus filhos. Recentemente, meu filho Frederico, cidadão brasileiro nascido em 13/09/61 no Nordeste, apresentou-se nos serviços da Embaixada suíça em Havana para renovar seu passaporte brasileiro obtido no Brasil quando tinha quatro anos. Este passaporte foi regularmente apresentado à Embaixada e qual não foi o meu espanto ao ver recusada sua restituição. Depois de diversas e vãs tramitações administrativas, meu espanto se transformou em estupe-

e incorporar o fato de que um serviço oficial suíço se faça o agente gratuito da política repressiva brasileira e utilize métodos reprovados pela moral internacional.

Recuso-me, igualmente, a acreditar que a opinião dos suíços admita ver um menor separado de sua família em troca de um passaporte. Eis por que esta carta, levada ao conhecimento de seus concidadãos, me trará, estou certo, a tranquilidade que um pai angustiado espera.

Acrescento que a Embaixada suíça recusa igualmente levar em consideração meu pedido de registrar como cidadãos brasileiros meus dois últimos filhos nascidos no exílio, enquanto que o Direito Brasileiro lhes confere automaticamente a nacionalidade do pai.

De passagem por Argel, por razões profissionais, estou disposto a trazer meu testemunho, junto com o de meu filho, diante das organizações humanitárias suíças.

Apesar de suas múltiplas ocupações, estou persuadido de que minha carta não o deixará insensível e que lhe tocará conhecer meu drama de pai».

Argel Breno Capistrano

Cartas, críticas, sugestões, apartes, etc, para Rua Mateus Grou, 57 - Pinheiros, São Paulo CEP: 05415.

Aparte

A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos dos textos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 50 linhas de texto datilografado, E mais: solicita-se que os correspondentes na base de 70 toques por linha, dêem seus nomes e endereços completos.

COLEÇÃO POLÊMICA 1

EUROCOMUNISMO X LENINISMO

A via italiana para o socialismo
Giorgio Amendola

O que não pode mais perdurar no
Partido Comunista Francês
Louis Althusser

Dois passos adiante e dois atrás
Ernest Mandel

Uma Crítica da Ecologia Política
Hans-Magnus Enzensberger

Os Sindicatos na época da decadência imperialista
Leon Trotsky

A venda nas melhores livrarias.

"Mistério" gaúcho:

QUEM FACILITOU O SEQUESTRO DOS EXILADOS URUGUAIOS?

«É um casinho bobo, sem a menor importância», foi a primeira explicação oficial da polícia brasileira sobre o sequestro em Porto Alegre de dois refugiados políticos uruguaios e seu casal de filhos.

Nada mais natural para as autoridades, pois afinal de contas cerca de 30 mil pessoas desapareceram nos últimos anos no Cone Sul: quatro a mais ou a menos não fariam diferença!

Enquanto o governo uruguaio apresentava a versão de tê-los detido na fronteira, surgiam indícios evidentes de que houve colaboração de organizações brasileiras na ação.

«É preciso criar um caso diplomático sobre esta questão.

Se não fizermos isso, depois ficaremos sabendo que eles morreram de colapso cardíaco ou afogados na banheira»,

declara o advogado da família,

Omar Ferri, que teme a utilização de torturas e até mesmo pela vida dos sequestrados.

Ampla cobertura que a imprensa deu ao sequestro de Universindo Rodrigues Diaz, Lilian Celiberti Rosa de Casariego e seus dois filhos, efetivado no último dia 17 em Porto Alegre, obrigou a que, uma semana mais tarde, o governo uruguaio reconhecesse tê-los em seu poder. Um comunicado das Forças Conjuntas policiais-militares explicava, descadamente, que eles tinham sido detidos quando tentavam atravessar a fronteira com «material sedicioso», acusando-os de pertencer a uma vasta organização internacional marxista. E completava dizendo que só sacrificavam o «segredo dos procedimentos e seu eventual êxito» a fim de satisfazer a «natural inquietação criada pela notícia na imprensa nacional e estrangeira».

Esta mentirosa nota do governo uruguaio, que seguramente foi pressionado a divulgar as pressões para evitar dificuldades às autoridades brasileiras, não convenceu ninguém que acompanhou o sequestro de Universindo, 27 anos, Lilian, 29 anos, e seus filhos Camilo, 8 anos, e Francesca, 3 anos. Além disso, o êxito dos procedimentos de que fala o comunicado ficou comprometido desde o momento em que a imprensa tomou conhecimento do sequestro e assim impediu que mais uma vez as forças repressivas do Uruguai, possivelmente auxiliadas por organizações brasileiras, agisse impunemente.

Após este primeiro sucesso, quando se conseguiu pelo menos que Lilian e Universindo fossem publicamente reconhecidos como prisioneiros e que as duas crianças ficassem aos cuidados dos avós residentes em Montevidéu, resta agora levar uma campanha para exigir sua libertação: «acredito que eles estejam sendo torturados.

«Precisamos salvar suas vidas», conclama o advogado da família sequestrada, Omar Ferri, denunciando a violência praticada e exigindo a devolução dos quatro. «É preciso criar um caso diplomático sobre esta questão. Se não fizermos isso, depois ficaremos sabendo que eles morreram de colapso cardíaco ou afogados na banheira», assegura Ferri, que desde o dia 17 se lançou na denúncia deste ato. «que significa um ultraje ao nosso sentimento de incolumidade pública e desprestígio ao nosso país, porque prova que não temos segurança no Brasil». Para atingir este objetivo, Ferri já entrou em contato com deputados estaduais e federais e pretende, nos próximos

dias, falar diretamente com o governador Sinval Guazzelli, para comunicá-lo oficialmente do caso e exigir providências.

Gaúchos armados

A denúncia de que teria ocorrido um sequestro em Porto Alegre foi recebida através de um telefonema de São Paulo pelo jornalista Luis Cláudio Cunha, chefe da sucursal de Veja em Porto Alegre, na manhã do dia 17. Na tarde do mesmo dia, ele e o fotógrafo J. B. Scalco se dirigiram ao local indicado pelo telefonema anônimo um tranquilo bairro da capital gaúcha.

Apesar do informante com sotaque espanhol ter indicado que o sequestro teria acontecido no dia 12, ao chegar no apartamento 110, bloco três, do número 621 da rua Botafogo, Luis Cláudio e Scalco foram recebidos por uma mulher, que mais tarde seria identificada como Lilian. No momento em que eles tentavam explicar porque ali se encontravam, a porta foi aberta brusca e um revólver calibre 45 foi apontado contra seus rostos. Sob a ameaça da arma, Luis Cláudio e Scalco foram levados para dentro do apartamento, colocados contra a parede de braços levantados, e minuciosamente revistados por cinco indivíduos.

Teve início então um cuidadoso interrogatório. Em um determinado momento, o que parecia ser o chefe do grupo, um homem branco e magro, 1m74, cabelos ruivos e bigodes espessos, perguntou irritado: «Mas vocês saem atrás do que diz qualquer telefonema? Luis Cláudio se limitou a responder que era repórter e que saía, sim, atrás de qualquer telefonema. Após verificar suas identidades e concluir as perguntas, os dois jornalistas tiveram permissão para se retirar do local.

No depoimento prestado mais tarde na Polícia Federal, Luis Cláudio informou que os cinco indivíduos que se encontravam na casa de Lilian falavam corretamente o português inclusive com sotaque gaúcho. Observou ainda que os membros do grupo não tinham aparência de marginais, mais parecendo serem policiais, pela técnica e maneira de falar.

No mesmo dia 17, no início da noite, o advogado Ferri, também alertado sobre o caso por um telefonema de São Paulo, esteve no apartamento

de Lilian e não encontrou ninguém. Falou com o zelador e não obteve nenhuma informação que confirmasse a denúncia de sequestro. Assim, limitou-se a deixar um bilhete e retornar no dia seguinte. Até aquele momento, ele desconhecia o que tinha ocorrido com os dois jornalistas e por isso preferiu não fazer nenhuma denúncia, pois temia envolver gratuitamente Lilian, exilada uruguaia, com a polícia brasileira.

Somente na segunda-feira o assunto se tornou público e foi realmente confirmado o sequestro desta ex-líder sindical da Federação dos Professores Uruguaios, anteriormente exilada em Milão, e do estudante de medicina Universindo, exilado na Suécia. Lilian, que estivera presa durante dois anos em seu país antes de partir para o exílio, tinha chegado a Porto Alegre no dia 17 de outubro, quando alugou o apartamento e matriculou seus filhos numa escola das proximidades.

As investigações realizadas posteriormente revelaram que os dois filhos de Lilian deixaram de ir à escola no dia 13, o que confirma a informação do telefonema recebido por Luis Cláudio de que o sequestro teria ocorrido no dia 12. Mas o que teria acontecido entre o dia 12, domingo, e sexta-feira, dia 17, quando o desaparecimento de Lilian se tornou definitivo?

«Acredito que os sequestradores estavam esperando alguém mais e por isso ficaram no apartamento», sugere Ferri, que lamenta não ter tomado uma atitude após ter estado pela primeira vez no apartamento. «Errei, confesso que errei, mas como ter certeza? Temia dar alarmas falsos. Ele acredita que os sequestradores desistiram da espera após terem sido descobertos e, temendo um fracasso total da operação, decidiram agir rapidamente.

Colaboração policial

O simples fato de os indivíduos armados que receberam Luis Cláudio e Scalco falarem português, com sotaque gaúcho, e o posterior reconhecimento pelo Uruguai de que Lilian e Universindo estavam presos naquele país, a 900 quilômetros de Porto Alegre, é suficiente para explicar a colaboração entre a polícia uruguaia e organizações brasileiras. Estes dois fatos não deixam dúvidas. Resta saber que tipo de organizações brasileiras estariam envolvidas nesta ação. No Uruguai é conhecido o grupo «Azul y Blanco», liderado pelo fascista Celio Riet, auxiliado por

torturadores como Martin Gutierrez e Felipe Herrero, e que tem não apenas um apoio efetivo na polícia e no Exército, como também na própria Secretaria da Presidência da República. O «Azul y Blanco» tem sido responsável por crimes da ditadura uruguaia, como por exemplo o recente assassinato de uma senhora conhecida pelo nome de Heber.

Além disso, a morosidade e o descaso mostrado pelas autoridades brasileiras serve, no mínimo, para levantar suspeitas. A primeira declaração do diretor da Divisão de Comunicação da Polícia Federal, Paulo Leite, não podia ter sido mais infeliz: «É um casinho bobo, sem a menor importância». Afirmação depois criticada pelo próprio diretor-geral do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacyr Coelho, que preferiu insistir no não envolvimento da polícia brasileira na realização do sequestro. E o advogado Ferri, que atuou diretamente para tentar acionar as investigações policiais, não esconde seu desagrado pela maneira como o caso foi encaminhado: «As autoridades diziam que eles desapareceram. Desapareceram como, se apareceram lá no Uruguai? Isto não é um sequestro? As autoridades fizeram operação tartaruga». Na verdade, as autoridades tentaram caracterizar o sequestro como um simples desaparecimento, tanto que na sexta-feira, dia 24 todos os jornais de Porto Alegre usavam nas suas manchetes a palavra «desaparecimento» e não mais sequestro.

Mas os órgãos policiais não tiveram sucesso nesta sua tentativa de mascarar este grave atentado à segurança destes refugiados políticos uruguaios. Talvez a presença em Porto Alegre, desde a quarta-feira, da mãe de Lilian tenha ajudado a sensibilizar os jornalistas e a convencê-los de que realmente se tratava de um sequestro. Lilian Tarrow Rosas - ela tinha visto sua filha há um mês e meio em Milão, profundamente emocionada e temerosa pela sorte de Lilian e seus netos, preferia pedir pelo menos para reaver as crianças. Falando muito pouco, desde o início ela deixou claro que só contava com o apoio da imprensa para saber de seus familiares. E isto seguramente fez com que os jornalistas ficassem do seu lado.

Telefone com eco

Lilian, que retornou a Montevidéu, no sábado assim que foi informada por seu marido de que as crianças tinham sido entregues pelas autorida-

des uruguaias, tentou no domingo falar com o advogado Ferri. Duas vezes a ligação caiu, mas chegou a dizer que estava bem e confirmou que as crianças estavam com ela.

«Meu telefone está com eco, está sendo controlado. Mas eu não desisto», confessa Ferri, insistindo na denúncia de que «este sequestro foi praticado por autoridades militares uruguaias ou por uma elite para militar, com evidente colaboração de uma organização brasileira. E este fato se constituiu num ultraje ao nosso princípio de soberania. É necessário que o Itamarati exija as mais cabais explicações ao governo uruguaio».

Para Ferri, é muito estranho «a minimização que as autoridades brasileiras conferiram ao assunto. Tenho a impressão de que desde o início estavam a par do que ocorreu. Imagino que se a imprensa não tivesse divulgado os fatos é evidente que isto seria explicado como mais um caso de desaparecimento de pessoa e já que, no Cone Sul, desapareceram 30 mil nos últimos anos, quatro a mais ou a menos não alteraria nada».

Quanto à versão do governo uruguaio, de que Universindo e Lilian teriam sido presos ao tentar atravessar a fronteira, Ferri não hesita em negá-la: «É fato público e notório que hoje se respira no Uruguai a mais poluída atmosfera atentatória à dignidade humana. Quem foi torturado não volta ao local da tortura ainda mais portando fardo material subversivo. Ora, Lilian além de pessoa de incrível lucidez e inteligência - como me confirmou sua mãe - não é uma recruta ingênua e não cairia neste erro. Portanto, a versão do governo uruguaio tem apenas o sentido de sonegar a verdade e evitar um conflito internacional».

Assim, o objetivo hoje é impedir que a forjada explicação do governo uruguaio seja suficiente para isentar o governo brasileiro de suas responsabilidades com a segurança de Universindo e Lilian. E preciso investigar o caso e descobrir quem são os brasileiros, os gaúchos, que auxiliam a repressão uruguaia neste sequestro. Não se pode permitir que no Rio Grande do Sul no Brasil exista uma organização nos moldes OCOA (Organização Coordenadora de Operações Anti-subversivas), que em sua atuação em Buenos Aires foi responsável pelo desaparecimento de sessenta refugiados políticos uruguaios. A luta agora é pela devolução de Universindo e Lilian e a punição dos brasileiros responsáveis por seu sequestro.

Letânia Menezes



“Não há médico ou santo que dê saúde ao povo”

«É preciso reestaurar as condições de vida e trabalho», concluem setecentos moradores de uma região da periferia de São Paulo, que se reuniram para apresentar e discutir experiências de organização própria para enfrentar as precariedades de saúde que enfrentam, já que «as autoridades não têm feito nada e só constroem hospitais para dar lucro».

«Estamos aqui reunidos para ver como está a saúde. Nossa região está contaminada de tifo, paralisia infantil, verminoses. Por que? Porque a saúde da Região Leste, de São Paulo, do Brasil, está esquecida pelas autoridades. Sabemos que existe fome. E quase metade da população desnutrida. E por isto que no Brasil a cada dez minutos morre uma criança de fome. Por que? O povo não sabe comer? Não, o povo não ganha o que dá pra isto. No Brasil a cada meia hora morre um de tuberculose. 88% das casas da periferia são construídas pelos próprios moradores. Como ter saúde sem lazer, sem férias? E o que tem sido feito? As autoridades não têm feito nada. Não há médico ou santo que dê saúde ao povo. É preciso que se reestruture as condições de vida e trabalho da população. As autoridades constroem hospitais para dar lucro, os que têm e os que não têm convênio com o INPS. O homem que constrói a Praça da Sé vem depois morar na periferia de São Paulo. Só se valorizam os grandes».

Desta maneira o médico Júlio César abriu a 1 Reunião de Saúde da Zona Leste, na periferia de São Paulo. Pretendendo ser o primeiro encontro de uma série anual quase setecentas pessoas estiveram na Igreja do Cangaíba para apresentar e

discutir o trabalho pela melhoria da saúde, que se vem desenvolvendo há três anos.

A Zona Leste é muito concentrada, com 1,5 milhão de moradores, e, como toda periferia de São Paulo, possui péssimas condições de vida.

«Vila Aimore e Itaim organizaram a assembleia com mais de 2 mil moradores e foi conseguido o recolhimento do lixo das ruas»; iniciou-se assim, no palco, um verdadeiro desfile de representantes dos moradores portando cartazes e apresentando as vitórias dos diversos grupos de saúde já formados.

«Em Vila Coruça conseguimos água encanada»; «Em Itaquera e Vila Nordeste lutamos e conseguimos um Posto de Saúde e a eleição de sua diretoria»; «Em Vila Romana conseguimos mais ônibus», prosseguiram e a assembleia aplaudia vibrante: «O povo unido jamais será vencido!»

«Ai está a resposta do povo ao esquecimento das autoridades», concluiu Júlio César.

Se existe rico, é porque existe pobre

Falou o Padre Chico, da Vila Granada: «Minha gente, temos que conseguir com que as

autoridades devolvam pra nós o que é nosso. Temos que conquistar nosso lugar, tomar conta de nossas vidas, tomar conta das fábricas, exigir assistência médica pra todos e as nossas terras. Se existe rico é porque existe pobre. O Brasil é o maior exportador de alimentos primários, arroz, feijão e soja, e o povo morre de fome! Precisamos começar a gritar pra incomodar o ouvido das autoridades. Temos mais de 28 mil marcas de remédios, só de rótulos, e ainda somos cobaias das farmacêuticas. Vamos fazer do evangelho nossa espada. A igreja tem que cobrir suas portas, está abrindo e hoje cá estamos. Temos de denunciar com coragem o sistema capitalista que é opressor, o imperialismo. Temos que dizer basta. Vamos levantar e gritar juntos: Saúde para o povo! Basta de opressão! Abaixo a carestia!»

Na reunião foi ainda muito aplaudida e ouvia atentamente uma representante do Movimento do Custo de Vida, que fez um histórico ressaltando como se conseguiu unir tantas e tantas pessoas em torno às suas reivindicações.

Um representante da oposição sindical metalúrgica da região lembrou a recente greve salarial, denunciando a diretoria do sindicato que traiu a categoria quando encerrou a greve sem consultar os metalúrgicos. «Agora estão nos despedindo, as empresas estão mandando embora quem lutou. Mas isto só serve de incentivo, serve pra dar mais coragem pra continuar a luta». E concluiu: «Nós constatamos que só nossa união pode mudar tudo isso. Rico pensa como rico. Pobre tem que pensar com pobre, tem que se unir, dar as mãos. Eles podem fazer o que quiser, até tirar nossas vidas, mas não tiram o que tá na nossa cabeça, a nossa vontade e coragem. E ninguém nunca viu um ministro ir à feira com sacola na mão», e a plateia cai na risada.

Agora chegou o bispo D. Angélico Bernardino Saudalo: «Gostaria de transformar a presença de todos nós aqui num compromisso, para que tudo que aplaudimos se transforme em realidade. Não é fácil o povo ter tudo aquilo que ele tem direito. Isto tudo iremos conquistando com muito trabalho e luta: Não sei se todos que estão aqui aplau-



O encontro de saúde na Zona Leste.

Agência Folhas

dindo já estão num grupo de base. O povo não vai conseguir libertar-se se não tiver organizado na sua rua, no bairro, na vila, na fábrica. Vamos sair daqui com o compromisso de que quem não estiver engajado num destes grupos, que faça isto e venha conosco levar tarefas adiante».

Para animar a manifestação um conjunto musical e quatro garotas cantaram junto com todos os presentes o hino do Movimento do Custo de Vida, o «Peixe Vivo», e a música de Chico Buarque, só agora liberada, Apesar de Você.

O encerramento foi com uma divertida apresentação de uma peça teatral, onde se encenou a entrega dos abaixo-assinados do MCV em Brasília. No corre-corre das autoridades no palácio, diante do que fazer com os representantes do MCV, Figueiredo entra cavalcando e arranca largas risadas da plateia. Um curta-metragem feito na região mostrou as péssimas condições de higiene, assistência médica e lazer local.

Um balanço, um impulso

«Foi um sucesso total», era o comentário do grupo dos médicos que estes anos todos trabalharam na região. De acordo com Júlio César, «apesar da dificuldade de chegar até aqui, todos chegaram. Tivemos vinte bairros aqui presentes que têm trabalho de saúde na Zona Leste. Agora vamos continuar o trabalho iniciado há três anos, fazendo as reuniões por bairros, formando grupos de saúde. Esta foi uma grande reunião para fazer um balanço, dar um novo impulso. E

cumpriu otimamente este papel. O movimento sempre foi setorial, hoje foi um salto, unificou, saiu somente da reivindicação imediata quando uniu com o Movimento do Custo de Vida, com o movimento sindical, quando discutiu a greve dos metalúrgicos, criando inclusive uma consciência coletiva».

A 1 Reunião de Saúde foi organizada pela Pastoral de Saúde da Região Leste II. São doze médicos e dezenas de populares nos grupos de saúde por bairros. O médico Valter Nascimento fala do trabalho do grupo de médicos: «A nossa preocupação é fazer um trabalho que cumpra dois objetivos: o primeiro é de pegar a realidade da saúde no Brasil, em São Paulo, na região, e colocar para a população. Naturalmente, esta tarefa fica a cargo dos profissionais de saúde. Segundo, contribuir para a população se mobilize em torno desta realidade, ela própria construindo as melhorias de condições e crescendo na sua organização». Um exemplo deste trabalho foi quando há duas semanas a região de Arthur Alvim foi invadida pela enchente das fortes chuvas e cinco famílias ficaram desabrigadas. A Pastoral de Saúde conseguiu novas casas para elas. «Agora é continuar pressionando, pois a Cohab prometeu as casas e está enrolando. Mas eles foram obrigados a reconhecer a Pastoral. Estamos vendo que a união firme dos moradores é que vem dando esse poder de barganha», afirmou um dos moradores do local.

Samira Zaidan

EM TEMPO